

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



**Requalificação do espaço público: intervenção nos
logradouros do Bairro de Alvalade (Lisboa)**

Paulo Maciel

Relatório de Estágio
Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo

2015

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



Requalificação do espaço público: intervenção nos logradouros do Bairro de Alvalade (Lisboa)

Paulo Maciel

Relatório de Estágio orientado pela Prof.^a Doutora Margarida Queirós

Coorientação de estágio pelo Eng.^o Biofísico Rui Simão

Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo

2015

AGRADECIMENTOS

Um relatório de estágio embora seja um trabalho assinado individualmente não deixa de ser o resultado de um conjunto de contributos, sem os quais seria impossível atingir o objetivo pretendido. Assim, gostaria de agradecer:

À orientadora deste relatório, a professora Margarida Queirós, por toda a atenção dada ao longo do meu percurso académico, e no qual foi um enorme privilégio ser orientado por esta pessoa magnífica e uma excelente profissional naquilo que faz e acima de tudo pela transmissão de conhecimentos, ideias, a sua compreensão e por nunca ter deixado de acreditar em mim, mesmo nos momentos em que tudo parecia estar perdido;

Ao engenheiro Rui Simão por ter possibilitado a realização do estágio na Unidade de Intervenção Territorial Centro da Câmara Municipal de Lisboa, bem como a pronta disponibilidade no apoio deste projeto. Foi fundamental a sua prontidão, assim como a partilha de materiais, conhecimentos e ideias;

À equipa da Unidade de Intervenção Territorial Centro, por todo o carinho e apoio prestado ao longo do estágio. Posso considerar-me um verdadeiro sortudo pelo estágio ter sido uma experiência verdadeiramente positiva;

À Inês Ascenso, para além da sua amizade, reconheço que foi uma verdadeira “help desk” em todas as dúvidas relacionadas com os Sistemas de Informação Geográfica;

À Daniela Ferreira por ter sido amiga e boa colega ao longo de todo o percurso académico, em especial pela sua boa disposição e disponibilidade em ajudar naquilo que estivesse ao seu alcance;

À Katielle Silva pela sua amizade, pela ajuda no superar das dificuldades que surgiram ao longo da vivência em Lisboa e pelas suas mãos de fada na cozinha, que em muito alegraram a minha gulodice;

À Mafalda Abreu, por estes dez anos de verdadeira amizade e cumplicidade e que assim perdure ao longo das nossas vidas;

Aos meus amigos em geral, que desde o início em que entrei nesta aventura sempre estiveram lá e me apoiaram de uma maneira ou de outra. Cada um da sua forma e do seu jeito;

À minha família que sempre esteve presente e me apoiou quando mais precisei, é sem dúvida um dos pilares na minha existência;

Ao Alcemar Araújo, por toda a dedicação e companheirismo. Um obrigado por toda a paciência, pelos conselhos, pela motivação, pela compreensão e por tornar tudo mais simples;

À minha mãe, por ser uma pessoa verdadeiramente boa, por todos os valores que me transmitiu, pelo seu positivismo e acima de tudo pelo seu AMOR.

Por último, ao meu gato Valentim Maciel, pela companhia e alegria.

RESUMO

Esta investigação incide sobre a gestão e manutenção do espaço público do Bairro de Alvalade em Lisboa, tendo como caso de estudo a estratégia de recuperação dos logradouros das Células 1 e 2 do Plano de Urbanização de Alvalade. Neste contexto, analisaram-se as formas de transformação e apropriação privada do espaço público dos logradouros, ao nível das vivências e usos, identificaram-se as condições da sua revalorização que facilitam a presença de diferentes utilizadores e a sua interação, assim como estratégias de legibilidade urbana que fortalecem o carácter identitário do bairro.

O estudo foi realizado no âmbito de estágio curricular na Unidade de Intervenção Territorial Centro da Câmara Municipal de Lisboa e contempla somente as áreas referentes aos logradouros, cuja ocupação atual é contrária à função inicialmente projetada para estes espaços, pelo que foi considerado de elevada importância desenvolver uma proposta, que contemplasse uma visão integradora do espaço público do bairro. Neste seguimento, o estágio decorreu tendo em conta o cumprimento dos seguintes objetivos:

- a) atualizar o documento programa de intervenção nos logradouros de junho de 2014, devido à alteração de condicionantes e intervenientes, pela reversão para a CML dos "terrenos sobranceiros da construção" anteriormente alienados à Federação das Caixas de Previdência e ultimamente geridos pelo IGFSS;
- b) alargar o capítulo de "Análise e Caracterização" a todos os logradouros constituintes das Células 1 e 2, redefinindo os limites da área de intervenção;
- c) apresentar uma proposta para a organização geral e funcional do espaço, nomeadamente no que respeita à recuperação do sistema de hierarquização de percursos e ligações em rede através dos logradouros e que impulsionará o usufruto destes espaços.

A metodologia de análise desenvolveu-se em três etapas: na primeira procurou-se caracterizar o bairro no território correspondente ao Plano de Urbanização de Alvalade (em particular as Células 1 e 2); na segunda, identificar os problemas relacionados com a evolução dos espaços públicos correspondentes e, por fim, apontam-se os desafios da gestão destes espaços que se colocam às entidades administrativas de Alvalade.

Discute-se, todavia, até que ponto as atuais estruturas e as propostas de recuperação dos logradouros vão ao encontro às necessidades da população. Assim, este estudo procura interpretar as recomposições resultantes de adaptações sucessivas aos modos de habitar que se foram alterando, provocando transformações ao nível da relação entre os sectores funcionais da habitação e os espaços públicos.

Palavras-chave: Bairro de Alvalade, logradouros, espaço público, planeamento urbano.

ABSTRACT

This research focuses on the management and maintenance of the public space of Alvalade neighbourhood (Lisbon), with the case study of the recovery strategy of the public park's cells (1 and 2) of Alvalade Urbanization Plan. In this context, we analysed the ways of transformation and private appropriation of public space in terms of experiences and practices, also identified the conditions of its revaluation that facilitate the presence of different users and their interaction, as well as urban readability strategies that strengthen the identity character of the neighbourhood.

The study was conducted in a curricular internship under the Territorial Intervention Unit of the Municipality of Lisbon which covers the areas related to public spaces, whose current occupation is opposite to the function originally designed for these spaces, so it was considered of high importance to develop a proposal, entailing an integrated view of public space in the neighborhood. Following this, the training took place with the following objectives:

- a) update the document of the intervention program in public parks, June 2014, due to the changing conditions and actors;
- b) extend the chapter "Analysis and Characterization" to all constituents public spaces of cells 1 and 2, redefining the limits of the intervention area;
- c) to submit a proposal for the general and functional organization of the space, especially as regards the recovery of the hierarchical system of routes and network connections through public parks and that will boost the enjoyment of these spaces.

The research methodology developed in three stages: first we characterized the neighbourhood of the Alvalade Urbanization Plan (specifically cells 1 and 2); in the second stage, we identified problems related to the evolution of the corresponding public spaces, and finally pointed out the challenges of managing these spaces facing the administrative authorities of Alvalade.

However, we evaluate to what extent the current structures and the playgrounds recovery proposals will meet the population's needs. This study tries to interpret the rearrangements resulting from successive adjustments to the ways of living that were varying, causing changes in terms of the relationship between the functional areas of housing and public spaces.

Keywords: Alvalade neighbourhood, public spaces, public parks, urban planning.

ÍNDICE

LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE QUADROS	12
INTRODUÇÃO.....	13
1. Espaço Público: dimensão e identidade	17
2. Enquadramento e objetivos do estágio.....	27
2.1. Apresentação da Unidade de Intervenção Territorial Centro	28
2.2. Atividades Realizadas.....	32
2.3. Competências desenvolvidas durante o estágio	33
3. Reforma administrativa em Lisboa – contexto e a sua pertinência	35
4. Alvalade: breve história do Plano de Urbanização até à atualidade	37
4.1. Projeto inicial.....	37
4.2. Células do Plano de Urbanização de Alvalade	40
5. Breve diagnóstico do espaço público na freguesia de Alvalade	45
6. Intervenção nos logradouros.....	47
6.1. Antecedentes	48
7. Caso de estudo: análise e caracterização das Células 1 e 2.....	51
7.1 Evolução urbana e ocupação do espaço	52
7.2 Análise demográfica	58
7.3 Análise Cadastral	61
7.4 Valores culturais	66
7.5 Valores e recursos ambientais Condicionantes ecológicas	66
8. Caraterização da situação atual das Células 1 e 2	69
9. Programa de intervenção integrada.....	93
10. Proposta de intervenção	97
11. Prioridades de intervenção	101
12. Inquéritos aos utilizadores do espaço público do bairro.....	105
CONCLUSÃO.....	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119

ANEXOS

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Valores e indicadores do espaço	20
Figura 2. Diagrama do espaço – Project for Public Spaces (PPS)	25
Figura 3. Organograma da Unidade de Coordenação Territorial	29
Figura 4. Localização e freguesias que compõem a UITC em relação à cidade de Lisboa	29
Figura 5. Plano de Urbanização de Alvalade	39
Figura 6. Delimitação das células que constituem o Plano de Urbanização de Alvalade	39
Figura 7. Ortofotomapa do Plano de Urbanização de Alvalade e respetiva delimitação	42
Figura 8. Total edifícios construídos nas células do Plano de Urbanização de Alvalade	43
Figura 9. Tipologia dos edifícios por célula	43
Figura 10. Usos dos edifícios por célula	44
Figura 11. Logótipo utilizado para o estudo de Intervenção nos Logradouros	47
Figura 12. Fotografia aérea tendo em primeiro plano as Células 1 e 2 do Plano de Urbanização de Alvalade, com respetiva delimitação	51
Figura 13. Enquadramento cartografia histórica 1911	53
Figura 14. Enquadramento cartografia histórica 1950	54
Figura 15. Enquadramento cartografia histórica 1970-83	55
Figura 16. Enquadramento ortofotomapa 2001	56
Figura 17. Enquadramento ortofotomapa 2011	57
Figura 18. Total indivíduos residentes nas Células 1 e 2	58
Figura 19. Total indivíduos residentes por grupo etário nas Células 1 e 2	59
Figura 20. Total indivíduos residentes por sexo e grupo etário nas Células 1 e 2	60
Figura 21. Escolaridade dos indivíduos residentes nas Células 1 e 2	61
Figura 22. Titularidade do terreno nas Células 1 e 2	63
Figura 23. Construções precárias e irregulares identificadas nas Células 1 e 2	64
Figura 24. Esboço da carta de cadastro predial - tipo de uso do solo nas Células 1 e 2	65
Figura 25. Rua José Lins do Rego (Célula 1): estacionamento irregular	69
Figura 26. Rua Mário de Sá Carneiro (Célula 2): estacionamento irregular	69
Figura 27. Rua Eugénio de Castro (Célula 1): estacionamento irregular	70
Figura 28. Rua Bernarda de Lacerda (Célula 2): estacionamento irregular	70
Figura 29. Logradouro nascente da R. Afonso Lopes Vieira (Célula 1): estacionamento em logradouro	71
Figura 30. Logradouro poente da R. Antónia Pusich (Célula 1): estacionamento em logradouro	71
Figura 31. Logradouro nascente da R. Alberto de Oliveira (Célula 2): estacionamento em logradouro	71
Figura 32. Logradouro nascente da R. Alberto de Oliveira (Célula 2): estacionamento em logradouro	71
Figura 33. Passagem interior no Logradouro poente da Rua Alberto de Oliveira (Célula 1)	72
Figura 34. Passagem entre a Rua Branca de Gonta Colaço e a Rua Fernando Caldeira (Célula 1)	72
Figura 35. Passagem para o logradouro da Rua António Patrício (Célula 2)	72
Figura 36. Passagem interior no logradouro nascente da Rua João Lúcio (Célula 1)	72
Figura 37. Logradouro nascente da Rua Afonso Lopes Vieira (Célula 1): acumulação de material vegetal	73

Figura 38. Logradouro nascente da Rua Camilo Pessanha (Célula 1): acumulação de material vegetal	74
Figura 39. Logradouro poente da Rua Mário de Sá Carneiro (Célula 2): acumulação de material vegetal	74
Figura 40. Logradouro entre a Rua Antónia Pusich e a Escola Básica de Santo António (Célula 1): construções irregulares	75
Figura 41. Logradouro nascente da Rua Camilo Pessanha (Célula 1): construções irregulares ..	75
Figura 42. Logradouro entre a Rua Fernando Caldeira e a Escola Básica de Santo António (Célula 1): construções irregulares	75
Figura 43. Ocupação atual do solo	76
Figura 44. Esquema da escala de acessibilidade pedonal nos logradouros.....	77
Figura 45. Acessibilidade pedonal nos logradouros da Célula 1.....	78
Figura 46. Acessibilidade pedonal nos logradouros da Célula 2.....	79
Figura 47. Rua Afonso Lopes Vieira (Célula 1): passeios estrangulados	80
Figura 48. Rua Afonso Lopes Vieira (Célula 1): passeios estrangulados	80
Figura 49. Rua Antónia Pusich (Célula 1).....	81
Figura 50. Rua Fernando Pessoa (Célula 2).....	81
Figura 51. Rua Alberto de Oliveira (Célula 1): passeio estreito e ocupado.....	82
Figura 52. Rua Branca de Gonta Colaço (Célula 1): passeio estreito.....	82
Figura 53. Rua José Lins do Rego (Célula 1): desgaste do asfalto	82
Figura 54. Rua Alberto de Oliveira (Célula 2): desgaste do asfalto	82
Figura 55. Rua José Lins do Rego (Célula 1): desgaste do asfalto	83
Figura 56. Rua Fernando Caldeira (Célula 2): sumidouro obstruído.....	83
Figura 57. Jardim frontal da Escola Básica de Santo António (Célula 1): degradação espaços verdes	84
Figura 58. Canteiro na passagem entre a Rua Rosália de Castro e a Rua Alberto de Oliveira (Célula 1): degradação espaços verdes	84
Figura 59. Canteiro na R. Fernando Caldeira (Célula 2): degradação espaços verdes	84
Figura 60. Percurso no jardim da Rua Fernando Pessoa (Célula 2): desgaste do pavimento	84
Figura 61. Rua Eduardo Vidal (Célula 2): canteiro frontal.....	85
Figura 62. Rua Afonso Lopes Vieira (Célula 1): canteiro frontal	85
Figura 63. Rua Afonso Lopes Vieira (Célula 1): canteiro frontal	86
Figura 64. Rua Afonso Lopes Vieira (Célula 2): canteiro frontal	86
Figura 65. Rua Afonso Lopes Vieira (Célula 1): canteiro frontal	86
Figura 66. Rua Branca de Gonta Colaço (Célula 2): canteiro transformado em estacionamento ..	86
Figura 67. Rua Antónia Pusich (Célula 1): resíduos depositados indiscriminadamente	87
Figura 68. Passagem entre a Rua João Lúcio e Rua Branca de Gonta Colaço (Célula 1): resíduos depositados indiscriminadamente	87
Figura 69. Passagem entre Rua Antónia Pusich e o logradouro poente da Rua Fausto Guedes Teixeira (Célula 1): resíduos depositados indiscriminadamente	88
Figura 70. Logradouro nascente da Rua Camilo Pessanha (Célula 1): acumulação de resíduos em logradouro privado	88
Figura 71. Ocorrências nas Células 1 e 2 mencionadas no portal “Na Minha Rua”	88
Figura 72. Passagem entre a Rua Fernando Caldeira e as traseiras da Escola Básica de Santo António (Célula 1): paredes pichadas	89
Figura 73. Rua Castelo Branco Chaves: paredes pichadas.....	89

Figura 74. Passagem interior no logradouro entre a Rua Branca de Gonta Colaço e a Rua Fernando Caldeira (Célula 2).....	90
Figura 75. Passagem interior no logradouro entre a Rua Branca de Gonta Colaço e a Rua Fernando Caldeira (Célula 2).....	90
Figura 76. Ocupação no logradouro entre a Rua Branca de Gonta Colaço e a Rua Fernando Caldeira (Célula 2): ocupação irregular	90
Figura 77. Ocupação no logradouro entre a Rua Branca de Gonta Colaço e a Rua Fernando Caldeira (Célula 2): ocupação irregular	90
Figura 78. Passagem pedonal no logradouro nascente da Rua Florbela Espanca (Célula 2)	91
Figura 79. Praça pública no logradouro nascente da Rua Florbela Espanca (Célula 2)	91
Figura 80. Placar do Projeto “senoritas”	95
Figura 81. Idosa a colaborar para o Projeto “senoritas”	95
Figura 82. Logradouro nas traseiras da Escola Básica de Santo António (Célula 1).....	98
Figura 83. Proposta de intervenção para as Células 1 e 2	100
Figura 84. Faseamento de intervenção para as Células 1 e 2.....	103
Figura 85. Área de residência dos inquiridos não residentes nas Células 1 e 2	106
Figura 86. Piso de residência dos inquiridos residentes nas Células 1 e 2.....	107
Figura 87. Tempo de residência dos inquiridos residentes nas Células 1 e 2	107
Figura 88. Locais públicos do Bairro de Alvalade que os inquiridos têm por hábito frequentar .	108
Figura 89. Aspetos positivos do Bairro de Alvalade mencionados pelos inquiridos.....	110
Figura 90. Aspetos negativos do Bairro de Alvalade mencionados pelos inquiridos	110
Figura 91. Responsáveis pelos aspetos negativos do Bairro de Alvalade mencionados pelos inquiridos	110
Figura 92. Impacto da transferência de competências na qualidade do espaço público do bairro	111
Figura 93. Intervenções e equipamentos necessários para os logradouros das Células 1 e 2, segundo os inquiridos	112
Figura 94. Ocupações nos logradouros por parte dos inquiridos residentes no bairro	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Tipologias de espaço público.....	18
Quadro 2. Metodologias de diagnóstico de valores identitários	19
Quadro 3. Melhoria de ambientes caracterizados por predomínio da infraestrutura.....	21
Quadro 4. Componentes e respetivos fatores da qualidade do ambiente urbano	24
Quadro 5. Intervenções preconizadas para o espaço público da Freguesia de Alvalade	46
Quadro 6. Dados estatísticos para a Freguesia de Alvalade (variação 2001-2011)	59
Quadro 7. Idade e escolaridade dos inquiridos.....	105
Quadro 8. Empregabilidade e profissão dos inquiridos.....	106
Quadro 9. Concorde com os limites da Freguesia de Alvalade	111

INTRODUÇÃO

A cidade de Lisboa é marcada no século XX por um novo reordenamento e modernismo que surge no âmbito da política de expansão e embelezamento do Estado Novo e da qual surgiram projetos urbanísticos inigualáveis. Destes destaca-se o Plano de Urbanização de Alvalade (anos 40), para dar resposta aos problemas de alojamento causados pela ausência de políticas habitacionais e urbanas e ao forte crescimento demográfico. O plano vem promover a expansão da cidade para nordeste, dando-lhe continuidade e integração e se revela-se peculiar pela sua quadrícula hierarquizada, definida por uma rede de vias principais que a subdividem em oito células distintas. Destas células, é dado particular interesse às designadas Células 1 e 2, por serem as áreas de análise para este estudo.

As Células 1 e 2 do referido Plano de Urbanização devem a sua génese à construção de casas de renda económica, destinada a uma população de baixos rendimentos, e cujos edifícios procuraram utilizar formas simples, o equilíbrio das fachadas e a inclusão de logradouros anexos aos edifícios, os quais promoviam a imagem rural cruzada com a influência da cidade-jardim. Os logradouros para além de serem concebidos como percursos de atravessamento dentro do bairro que facilitassem as relações de vizinhança e a independência face à circulação automóvel, têm por função assegurar a salubridade das construções, atendendo, em particular, à ventilação e insolação dos edifícios, garantir a privacidade das habitações, o desafogo e a fruição e recreio, assim como a infiltração de águas pluviais. Nestes espaços, verificou-se desde os anos 1960 uma ocupação massiva dos terrenos públicos do bairro, através de construções privadas por iniciativa dos moradores e a invasão pelo automóvel, que claramente provocaram uma adulteração do projeto inicial, colocando em causa a noção de espaço público concebido para estes espaços, não esquecendo de referir a ineficiência ao nível da gestão e manutenção por parte dos organismos públicos que de igual modo afetaram de igual modo estes espaços quanto à sua conceção original.

Surge então por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, a Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa e a Junta de Freguesia de Alvalade, uma intervenção conjunta para o espaço público das Células 1 e 2, devido às deficientes condições para a circulação pedonal, provocadas na sua maioria pelo estacionamento irregular que se verifica ao longo dos arruamentos do bairro. Como solução, foi decidida a intervenção em quatro logradouros do bairro para a criação de bolsas de estacionamento, mas logo se verificou a

necessidade de um projeto de âmbito mais alargado para todos os logradouros das duas células no sentido de uma prossecução de novos objetivos de requalificação urbana, arquitetónica e paisagística, bem como a sensibilização dos moradores para este processo. Este projeto é sem dúvida de extrema relevância, sobretudo para reforçar a identidade do bairro, resolver os problemas com que a população se depara e para que haja a possibilidade de revitalizar o seu espaço público para usufruto da população. A pertinência deste projeto também se prende com o facto de nos últimos anos, o bairro registar uma afluência de população jovem, sendo necessário mantê-la, para inverter a perda populacional que o centro da cidade de Lisboa tem assistido nas últimas décadas, bem como para responder aos novos desafios da sustentabilidade urbana.

A oportunidade concedida pela Unidade de Intervenção Territorial da Câmara Municipal Lisboa para a realização de estágio curricular, possibilitou-me a integração no projeto “Requalificação do Espaço Público – Intervenção nos Logradouros”, no qual pude desenvolver este trabalho, tendo como objetivos: atualizar o documento de apoio à intervenção preconizada para os referidos logradouros devido à alteração de condicionantes e intervenientes, de forma a dar resposta às linhas orientadoras do Plano Diretor Municipal; analisar e caracterizar todos os logradouros constituintes das Células 1 e 2, redefinindo os limites da área de intervenção e apresentar uma proposta para a organização geral e funcional do espaço, nomeadamente no que respeita à recuperação do sistema de hierarquização de percursos e ligações em rede através dos logradouros e que impulsionará o usufruto destes espaços; e contribuir para um diagnóstico mais pormenorizado da área em estudo e que venha auxiliar as equipas de trabalho futuras.

Quanto à metodologia utilizada, esta desenvolveu-se segundo a seguinte orientação: numa fase inicial foi importante aprofundar a análise de caracterização das Células 1 e 2 do Plano de Urbanização de Alvalade, através de pesquisa bibliográfica para um enquadramento histórico; seguidamente foi efetuado um levantamento de mapas cartográficos e ortofotomapas para descrever e compreender a ocupação do espaço. Procedeu-se à recolha de dados estatísticos para obter uma análise demográfica pormenorizada e verificação da composição da população (para a elaboração do projeto de acordo com os indivíduos residentes); levantamento de plantas cadastrais e posterior tratamento com *software* ArcGis, a fim de verificar a titularidade dos terrenos, tipo de uso do solo e ainda identificar construções precárias e irregulares. Foi ainda efetuada uma análise do Plano Diretor Municipal de Lisboa, no que se refere aos valores culturais e ambientais da área em estudo, e posterior tratamento da informação cartográfica, no

qual são demonstradas as diversas condicionantes das Células 1 e 2. Foi realizada uma caracterização da situação atual do espaço, através de diversas visitas ao local, onde são apresentadas as precárias condições de circulação pedonal, a apropriação indevida do espaço público e as deficientes condições de salubridade. Por fim, o desenvolvimento de um programa de intervenção integrada, com sugestões para uma intervenção no espaço público, no edificado e na comunidade e posterior realização de inquéritos aos indivíduos que frequentam o espaço público da área em análise com o intuito de revelar a sua perspetiva de acordo com as temáticas abordadas neste trabalho.

Dos principais problemas detetados nos logradouros do bairro, é de salientar as deficientes condições de circulação pedonal, como a restrição à passagem pedonal por portões, muros e vedações, a acumulação excessiva de material vegetal, e a proliferação de construções precárias irregulares. Para o restante espaço público do bairro são evidentes os problemas relacionados com a falta de gestão e manutenção, desde a degradação e a largura reduzida das calçadas, colocação de pilaretes de forma indiscriminada, degradação do asfalto, a deterioração dos espaços verdes e a falta de civismo por parte dos utilizadores do espaço público. A resolução dos problemas existentes no bairro revelam-se um desafio e sobretudo pedem uma maior atenção por parte das entidades públicas através de uma intervenção com qualidade e uma mudança no comportamento dos cidadãos para com o espaço público.

“Hoje todos reconhecem que qualquer intervenção no espaço público tem de apostar decisivamente na qualidade, que começa pela qualidade do projecto, passa pela qualidade dos materiais e acaba na qualidade da manutenção. A qualidade do projecto não se reduz ao desenho, que se pretende sóbrio e intemporal. Implica igualmente a compreensão do sítio, o conhecimento da história do lugar, das vivências que por ali passaram, para que se possa projectar no futuro sem ruptura com o passado ou, quando essa ruptura existe, que seja justificada e compreendida. A qualidade dos materiais relaciona-se com aspectos estéticos mas também com outros que asseguram a sustentabilidade do projecto, a sua adaptação ao meio e resistência às agressões externas. E, sem conservação permanente e cuidada, não há projecto, por melhor que seja, que resista à enorme pressão que, nos grandes centros urbanos, se faz sentir sobre o espaço público” (Valada, 2004).

1. Espaço Público: dimensão e identidade

Segundo Borja e Muxí (2001), a cidade é a sua gente e com “gente” não se quer dizer apenas quantidade e densidade, mas também diversidade, heterogeneidade, multifuncionalidade, relação entre indivíduos e coletivos diferentes. A cidade é assim, “urbs” (concentração de população) e “civitas” (cultura, comunidade, coesão). Mas também é a polis, um “local” de poder, de política, da organização e representação da sociedade, onde se expressam os grupos de poder, e os marginalizados. O espaço público é aquele onde a sociedade, desigual e contraditória, pode expressar os seus conflitos. O espaço público não é apenas representação, é também cenário de alteração política e ainda um conceito jurídico enquanto submetido à regulação da administração pública (Borja e Muxí, 2001).

Desde que existe aglomeração urbana, é no espaço público que mais acentuadamente se manifestam as crises da cidade e também nele se colocam os maiores desafios em questões-chave como a mobilidade-centralidade, a privatização-coletividade, a forma-função, etc. Por isso, é indiscutível a relevância que o urbanismo e a gestão urbana têm na sua configuração física e dimensões (vitalidade, adequação, sentido, acessibilidade, etc.) e representação individual e social do espaço público.

De acordo com Carmona (2010), o espaço público também está relacionado com todas as partes do ambiente construído e natural, onde a população tem livre acesso, no qual são abrangidas todas as ruas, praças e outros direitos de passagem, os espaços e parques abertos, e os espaços público / privado onde o acesso público seja ilimitado (pelo menos durante o dia). Estão também incluídas as interfaces com espaços internos e privados essenciais para que a população tenha acesso livre. Este mesmo conceito foi adotado pelo governo britânico para definir espaço público.

O espaço público pode também ser visto como um conjunto de tipologias, as quais podem ser observadas no Quadro 1 e que representam as diferentes transformações estruturais na cidade. Para Brandão (2008), as diferentes morfologias do espaço público conferem a um lugar diversidade, pois o espaço pode ter origem a partir de formas urbanas distintas, segundo as suas características dimensionais, de escala, ou de elementos da definição da sua forma, como edifícios, iluminação, disposição de mobiliário, entre outros. Por outro lado, existem os elementos de informação e significado que concedem um cenário visual identificador, não só pelas referências icônicas, bem como pela estrutura e pelos elementos comunicativos, dos quais

se destaca a toponímia, a planta da cidade, a arquitetura e os elementos simbólicos, como os monumentos. O espaço público também pode ser um resultado das novas tendências ou as novas características do espaço e que decorre de novos factos urbanos com impacto no espaço público. Salientam-se o automóvel, e o espaço induzido por funções lúdicas e turismo que vieram atribuir novos traços e eventualmente uma redução da identidade dos lugares. Dos traços exóticos destaca-se o valor comunicacional do espaço público apropriado pela publicidade com fins meramente comerciais e até mesmo políticos, com a transmissão de mensagens que não são de interesse geral e as quais podem ser consideradas um agente poluidor do espaço público.

Quadro 1. Tipologias de espaço público

a. Espaços – traçado	Encontro	1 Largos, praças
	Circulação	2 Ruas, avenidas
b. Espaços – ‘paisagem’	Lazer – natureza	3 Jardins, parques
	Contemplação	4 Miradouros, panoramas
c. Espaços – deslocação	Transporte	5 Estações, paragens, interfaces
	Canal	6 Vias-férreas, auto-estradas
	Estacionamento	7 ‘Parking’, silos
d. Espaços – memória	Saudade	8 Cemitérios
	Arqueologia	9 Industrial, agrícola, serviços
	Memoriais	10 Espaços monumentais
e. Espaços comerciais	Semi-interiores	11 Mercados, centros comerciais, arcadas
	Semi-exteiores	12 Mercado levante, quiosques, toldos
f. Espaços gerados	Por edifícios	13 Adro, passagem, galeria, pátio
	Por equipamentos	14 Culturais, desportivos, religiosos, infantis
	Por sistemas	15 Iluminação, mobiliário, comunicação, arte

Fonte: Brandão, P. (2008). *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva*. DGOTDU

O espaço público é algo que a todos pertence, sem diferenciação de estatuto e com o qual todos se identificam. Esse processo de identificação exige tempo para se consolidar, para que se exerça interação entre as pessoas e os lugares. Assim se forma o *genius loci* através do qual se define um sentimento de pertença a um determinado lugar, assim como é reconhecido pelas suas dimensões, qualidades e pela sua identidade. O espaço público pode assim ser pensado em termos das suas qualidades, como a pertença, acesso e utilização, e também aos seus valores (Quadro 2).

Quadro 2. Metodologias de diagnóstico de valores identitários

<p>Acessos e ligações – É acessível e bem ligado a outros lugares?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pode-se avistar o lugar à distância e tem-se uma visão larga a partir dele? • Tem boas vistas – contemplar – ver (verdes, pessoas, mar, movimento)? • Há uma ligação fácil entre o espaço e edifícios adjacentes? • Os passeios têm ligação fácil – contínua a áreas adjacentes? • Há opções variadas para chegar ou sair (carro, autocarro, metro, bicicleta)?
<p>Conforto e imagem – É confortável e projeta boa imagem?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qualidade funcional (andar, estar, sentar, falar)? • O espaço causa uma boa impressão? Há motivos a fotografar? • Há espaços suficientes para sentar à sombra, ao sol? • A área parece segura? Terá vigilância regular? • Os peões dominam os veículos no uso do espaço, ou o inverso?
<p>Usos e atividades – É atrativo para as atividades das pessoas?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Há pessoas usando o espaço ou está vazio? • É usado por pessoas de várias idades, sexos, culturas, deficientes? • Há vários tipos de atividades a decorrer? • Pode-se identificar alguém responsável presente ou acessível? • Há conflitos de uso (cargas-descargas, limpeza, venda ambulante, 'graffiti')
<p>Socialização e significados – É sociável, as pessoas encontram-se, identificam significados?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Há pessoas em grupos, sorrindo, falando uns com os outros, cumprimentam-se? • Existem sinais de memórias compreensíveis (monumentos, árvores, narrativas)? • Podem-se identificar pessoas diferentes que usarão o espaço com frequência? • Há vivências sociais (festas, jogos, quiosques, cafés) e sítios com frequência? • Há uma visão de futuro, ou orgulho da comunidade, partilhando com o visitante?

Fonte: Brandão, P. (2008). *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva*. DGOTDU

“Os valores da identidade no espaço público podem ser intrínsecos, mas mais frequentemente são valores relativos, com um carácter contextual e operativo, que difere de uma cultura para outra, de um actor urbano para outro e de uma época para outra. São valores intangíveis que se manifestam de forma recorrente no espaço público, como o valor da pertença, o valor emocional, o valor estimativo ou sentimental, o valor estético e simbólico” (Brandão, 2008: 25).

Para além da identificação de valores referidos no Quadro 2, a associação sem fins lucrativos para o planeamento, desenho e educação, dedicada à criação e sustentação de espaços públicos capazes de construir comunidades fortes (<http://www.pps.org/>) – Project for Public Spaces (PPS) – propõe um método de diagnóstico baseado na perceção dos valores identitários do espaço público por parte dos atores, através da sua relação com os atributos do espaço que constrói a imagem do lugar, seja de forma positiva ou negativa e que influencia diretamente o seu desenvolvimento económico e social. Cada valor é caracterizado por um conjunto de indicadores que são nada mais do que manifestações indiretas do valor.

Figura 1. Valores e indicadores do espaço



Fonte: Brandão, P. (2008). *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva*. DGOTDU

Neste contexto, o espaço público é o espaço da cultura urbana e da cidadania, é físico, simbólico e político e representa valores (que podem ser quantificados através dos respetivos indicadores), transmite conforto, fomenta o encontro e o passeio, é de todos mas também onde se manifestam as crises da cidade e onde surgem as suas repostas. As crises da cidade implicam mudanças e essas hoje estão relacionadas com a privatização da cidade, a degradação dos núcleos históricos, a fragmentação/compartimentação física e social, a violência, o medo dos espaços abertos ou a fobia social. Estes são pontos sensíveis da análise urbana. Visto que o projeto de requalificação dos logradouros no Bairro de Alvalade em Lisboa, que será apresentado no próximo capítulo, assenta numa estratégia de qualificação e valorização do espaço público, é relevante a reflexão que a Figura 1 sugere, o qual aponta ações/indicadores que possam reforçar a imagem e a usabilidade do espaço.

Qualquer intervenção em espaço público deve ter em conta a adaptação a novas funções e a novos requisitos da vida contemporânea, como o caso do automóvel. Devem também ser incluídas novas valências económicas, de uso, novas tecnologias e elementos artísticos. Deve ser tido em conta que o equilíbrio só é possível através de uma relação com o contexto no qual está inserido. Para Brandão (2008), os locais carentes de atractabilidade e poder congregador de utentes necessitam do predomínio visual da infraestrutura para que sejam capazes de gerar novos sentidos de identificação, clareza e coerência a várias escalas. Neste sentido, é proposto no Quadro 3 um conjunto de qualidades e ações para a melhoria de ambientes onde predomina a infraestrutura.

Segundo Lynch, a perceção espacial pode ser analisada segundo três componentes: estrutura, identidade e significado. A identificação de um objeto implica na sua distinção em relação a outras coisas, o seu reconhecimento como uma entidade separada, ou seja, a sua identidade. Além disso, a imagem da cidade deve incluir o padrão espacial ou a relação do objeto com o observador e com os outros objetos, o que Lynch chamou de estrutura. Com relação ao significado, Lynch é mais cauteloso, não se aprofundando muito no conceito nem no seu estudo. A ênfase é, portanto, na identidade e na estrutura. Apesar disso, o autor argumenta que o objeto deve ter algum significado para o observador, seja prático ou emocional, e que isso está intimamente ligado à sua identidade e o seu papel dentro de uma estrutura mais ampla. (<http://urbanidades.arq.br/2008/03/kevin-lynch-e-a-imagem-da-cidade/>).

Quadro 3. Melhoria de ambientes caracterizados por predomínio da infraestrutura

QUALIDADES	AÇÕES DE MELHORIA	CARÁCTER	AÇÕES DE VALORIZAÇÃO
Cuidado e aparência	Canais – taludes, ligações, corredores verdes Entrada, organização de ‘parking’ Vias de peões, sinalização	Pavimentos	- Qualidade de pavimentos e contenção de equipamentos - Plantar árvores de rua, cor e cenário, vedações temporárias
Boas vindas	Ícone, nós e chegadas marcadas Núcleos centrais ‘claros’ Limpeza, elementos naturais acolhedores Hierarquia, lojas, ‘streetdressing’	Marcos locais Espaço urbano	- Acentuar marcos visuais, ‘décor’, pavimentos, luz, arte - Melhor vivência de frente edificada, eventos pontuais
Conforto e segurança	Trama de (área) habitacional Ruas reconhecíveis Áreas de concentração de serviços Separação ‘natural’ de tráfego mais lento	Vida de rua	- Encorajar comércio de rua, atividades, toldos, esplanadas - Introduzir alternativas, entre zonas calmas e de atividade

Fonte: Brandão, P. (2008). *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva*. DGOTDU

O êxito de uma intervenção no espaço público vai de encontro ao seu conforto e apelo visual. Para se averiguar o sucesso ou não de cada intervenção na cidade, a mesma organização sugere um conjunto de leituras baseadas numa atenta e sistemática observação do espaço público, a fim de verificar a sua atratividade:

“elevada proporção de pessoas em grupos; proporção de mulheres superior à média, tendo em conta que as mulheres tendem a ser mais selectivas nos espaços que usam; pessoas de diferentes idades, uma vez que geralmente significa que o lugar contém várias valências para diversos períodos do dia. Por exemplo as crianças da idade pré-escolar e os seus responsáveis podem utilizar o parque enquanto as outras pessoas estão a trabalhar, assim como os seniores e os reformados; actividades variadas; afeição, mediante a observação de gestos como sorrir, beijar, abraçar e cumprimentar, atendendo a que é mais raro quando os espaços públicos são problemáticos” (Câmara Municipal de Lisboa, 2014: 18).

Partidário (1993), faculta numa outra perspetiva, mais ampla, mas complementar, um conjunto de componentes e fatores que determinam em seu entender a qualidade do ambiente urbano englobando um conjunto de conceitos e que não se restringem apenas ao espaço público e apresenta uma confluência de diversas temáticas que promovem a qualidade do ambiente urbano no seu todo, estando nele incluído, naturalmente, o espaço público (Quadro 4).

Uma intervenção no espaço público pode ser vista como uma requalificação urbana, a qual abrange alterações numa área em transição devido a um processo de declínio. Este tipo de requalificação inclui aspetos de carácter económico, social, ambiental e físico. Do ponto de vista económico a requalificação assenta na criação de atividades que possam proporcionar emprego aos residentes da área. No aspeto social ocorre a necessidade de integrar socialmente toda a população, a fim de evitar a criação de grupos marginalizados, aqueles que não conseguiram acompanhar a evolução/alteração, quer pelos níveis de escolaridade dos indivíduos, quer pela sua idade, é também neste aspeto que pode ser considerado o processo de gentrificação, ao nível económico e social, como um auxílio para a requalificação. Ao nível ambiental pressupõe sobretudo que o acesso a níveis de escolaridades mais elevados conduz a uma população mais exigente no que diz respeito ao espaço urbano. Por último, existe o aspeto físico, que tem em consideração os aspetos morfológicos, como a planta e os edifícios, em que a revitalização de determinadas áreas com a introdução de novas funções, pode ter um grande impacto no aspeto físico da cidade e na perceção que os indivíduos têm dela, podendo conduzir a um maior

conforto. Relacionado com a requalificação urbana, surge o conceito de qualidade de vida, sendo este um dos objetivos finais da requalificação (Moreira, 2007).

“A qualidade de vida é resultado da interacção de múltiplos factores no funcionamento das sociedades humanas e traduz-se na situação de bem estar físico, mental e social e na satisfação e afirmação culturais, bem como em relações autênticas entre o indivíduo e a comunidade, dependendo da influência de factores inter-relacionados, que compreendem, designadamente:

- a) A capacidade de carga do território e dos recursos;
- b) A alimentação, a habitação, a saúde, a educação, os transportes e a ocupação dos tempos livres;
- c) Um sistema social que assegure a posteridade de toda a população e os consequentes benefícios da Segurança Social;
- d) A integração da expansão urbano-industrial na paisagem, funcionando como valorização da mesma, e não como agente de degradação.”

(Lei de Bases do Ambiente, Lei nº 11/87, 7 de abril)¹

¹http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_busca_assunto_diploma.php?buscajur=qualidade+de+vida&exacta=on&artigo_id=&pagina=1&ficha=1&nid=752&tabela=lei_velhas&diplomas=&artigos=&nversao=1 (acedido em 2 setembro 2015).

Quadro 4. Componentes e respetivos fatores da qualidade do ambiente urbano

COMPONENTES	FATORES
Equipamentos	Nível de utilização Frequência de utilização Acessibilidade Oferta de serviço
Estrutura verde urbana	Áreas verdes Árvores de enquadramento Gestão e manutenção
Fauna Urbana	Saúde pública Função lúdica
Habitação	Nível de ocupação dos fogos
Infraestruturas	Nível de serviço Qualidade de serviço
Meios hídricos	Áreas dos planos de água~ Superfícies por atividades recreativas Utilizadores por atividades recreativas Qualidade da água Valor estético-paisagístico
Microclima urbano	Conforto térmico Conforto eólico Conforto hidrotérmico
Ocupação do espaço urbano	Áreas estruturais Instrumentos de planeamento Densidade Índice de ocupação Funções urbanas
Paisagem urbana: estrutura edificada	Qualidade plástica Qualidade visual Estruturação funcional Gestão do espaço edificado
Paisagem urbana: património construído	Edifícios e áreas classificadas ou condicionados
Qualidade do ar	Áreas afetadas por tipo de poluente População afetada por tipo de poluente Tráfego urbano
Resíduos sólidos	Produção Recolha Tratamento Destino final Aproveitamento Gestão
Riscos naturais (incêndios, sismicidade, inundações)	Áreas em risco População em risco Atividades em risco
Riscos sociais (criminalidade, vandalismo, acidentes viários)	Áreas em risco População em risco
Ruído	População afetada Atividade afetadas Tráfego viário Tráfego aéreo
Transportes coletivos urbanos	Oferta Acessibilidade

Fonte: Partidário, M. (1993). Ambiente Urbano – a necessidade de identificação e controlo dos seus parâmetros de qualidade. Sociedade e território – Porto – Ano 6, n.º 18, 62-71.



Figura 2. Diagrama do espaço – Project for Public Spaces (PPS)

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, (2014). *Uma praça em cada bairro*. Direção Municipal de Planeamento, Reabilitação e gestão urbanística, Departamento de Planeamento e Reabilitação Urbana, Divisão de projetos Urbanos.

É precisamente no âmbito destas visões complementares do espaço público na cidade que a Câmara Municipal de Lisboa tem procurado intervir, dando cumprimentos ao estipulado no seu atual PDM. O trabalho desenvolvido no estágio realizado, está inserido numa ótica de reabilitação de espaço público, e vai de encontro ao projeto preconizado pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), que ambiciona criar novos espaços públicos nos bairros da cidade, no seguimento do projeto *Uma praça em cada bairro*² e que visa colmatar a fragmentação urbana que Lisboa apresenta desde o seu redesenhar para a adaptação ao automóvel e restaurar o sentido de pertença e identidade dos lugares (neste caso, dos bairros). A Figura 2, retirada do projeto PPS, anteriormente referido, sintetiza um conjunto de características que devem ser intrínsecas ao lugar para que este seja valorizado e permita os cidadãos desfrutarem dele. Seguindo estas dimensões e componentes e procurando identificar os valores neles presentes, a CML, procurando entender a transformação dos seus espaços públicos, entendeu rejuvenescer e requalificar os bairros da cidade, ajustando-os às atuais necessidades comuns.

² In <http://www.cm-lisboa.pt/participar/uma-praca-em-cada-bairro> (acedido em 6 julho 2015).

"O espaço público é o espaço da cidadania, da aprendizagem, onde se criam comunidades, as pessoas convivem, diferentes culturas se cruzam e comércios se desenvolvem", disse Manuel Salgado, na reunião da Câmara de Lisboa, frisando que a autarquia "pretende uma cidade criativa e a cidade criativa depende da valorização do espaço público"³ (Jornal Sol, 2014).

³ In <http://www.sol.pt/noticia/106703#close> (acedido em 6 julho 2015).

2. Enquadramento e objetivos do estágio

O estágio foi realizado na Câmara Municipal de Lisboa (CML), mais precisamente na Divisão Centro – Campo Grande/Anjos da Unidade de Intervenção Territorial Centro (UITC), da Unidade de Coordenação Territorial (UCT). Teve uma duração de 5 meses, de 12 de janeiro a 12 de junho de 2015, com um total de 555 horas prestadas à instituição de acolhimento, sob a orientação do chefe de divisão, o Engenheiro Biofísico, Rui Simão (Anexos 1 e 2).

O estágio teve como objetivo fundamental colaborar para a proposta de requalificação do espaço público – Intervenção nos Logradouros das Células 1 e 2 do Plano de Urbanização de Alvalade, também conhecido como Bairro das Caixas, em parceria com a arquiteta paisagista Helena Barros Gomes. Esta ação emerge no âmbito do Regulamento do Plano Diretor Municipal ao nível dos espaços centrais e residenciais segundo a subsecção I e no qual o artigo 41.º menciona:

“Nos espaços consolidados centrais e residenciais, com vista a promover a sua regeneração funcional e social, privilegia-se a predominância do uso habitacional, a conservação e reabilitação do edificado existente, a colmatagem e compactação da malha urbana, a compatibilização dos usos, a criação de equipamentos e a qualificação do espaço público, nomeadamente promovendo o aumento da sua permeabilidade.”

O projeto surge em junho de 2014 devido ao estado crítico de degradação dos logradouros, a carência de condições para a circulação pedonal e ainda para colmatar a falta de estacionamento que afeta os residentes da área, contando com o apoio da Junta de Freguesia de Alvalade e a Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa (EMEL). A proposta nº 760/2014 vem trazer um novo ânimo para o prosseguimento deste estudo, uma vez que é aprovada a reversão para o Município de Lisboa dos terrenos sobranceiros do Bairro de Alvalade, do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS), aos quais os logradouros pertencem (Anexo 3).

O cadastro do bairro ficou regularizado, num processo que se arrastava desde 1986 e que desde sempre foi a maior condicionante à prossecução de uma intervenção coerente de gestão e de requalificação destes espaços. O estudo contempla somente as áreas referentes aos logradouros, cuja ocupação atual é contrária à função inicialmente projetada para estes

espaços, pelo que foi considerado de elevada importância desenvolver uma proposta, que contemplasse uma visão integradora do espaço público do bairro.

Neste seguimento, o estágio decorreu tendo em conta o cumprimento dos seguintes objetivos:

- a) Atualizar o documento programa de intervenção nos logradouros de junho de 2014, devido à alteração de condicionantes e intervenientes, pela reversão para a CML dos "terrenos sobranceiros da construção" anteriormente alienados à Federação das Caixas de Previdência e ultimamente geridos pelo IGFSS;
- b) Alargar o capítulo de "Análise e Caracterização" a todos os logradouros constituintes das Células 1 e 2, redefinindo os limites da área de intervenção;
- c) Apresentar uma proposta para a organização geral e funcional do espaço, nomeadamente no que respeita à recuperação do sistema de hierarquização de percursos e ligações em rede através dos logradouros e que impulsionará o usufruto destes espaços.

2.1. Apresentação da Unidade de Intervenção Territorial Centro

Tal como foi referido anteriormente, o estágio foi realizado na Divisão Centro – Campo Grande/Anjos da Unidade de Intervenção Territorial Centro (UITC) da Unidade de Coordenação Centro (UCT) da Câmara Municipal de Lisboa (CML). A UITC é uma das cinco divisões que constituem a UCT, que por sua vez é constituída por três divisões (Figuras 3 e 4).

“A Unidade de Coordenação Territorial é um serviço da CML, próximo ao munícipe, ambiental e socialmente responsável, que através do planeamento, coordenação e de uma atuação pró-ativa ao nível da gestão de espaços e equipamentos, do urbanismo de proximidade e da intervenção comunitária de carácter multidisciplinar, promove diretamente ou em parceria a melhoria sustentável da qualidade de vida da população” (Tremoceiro, 2011).

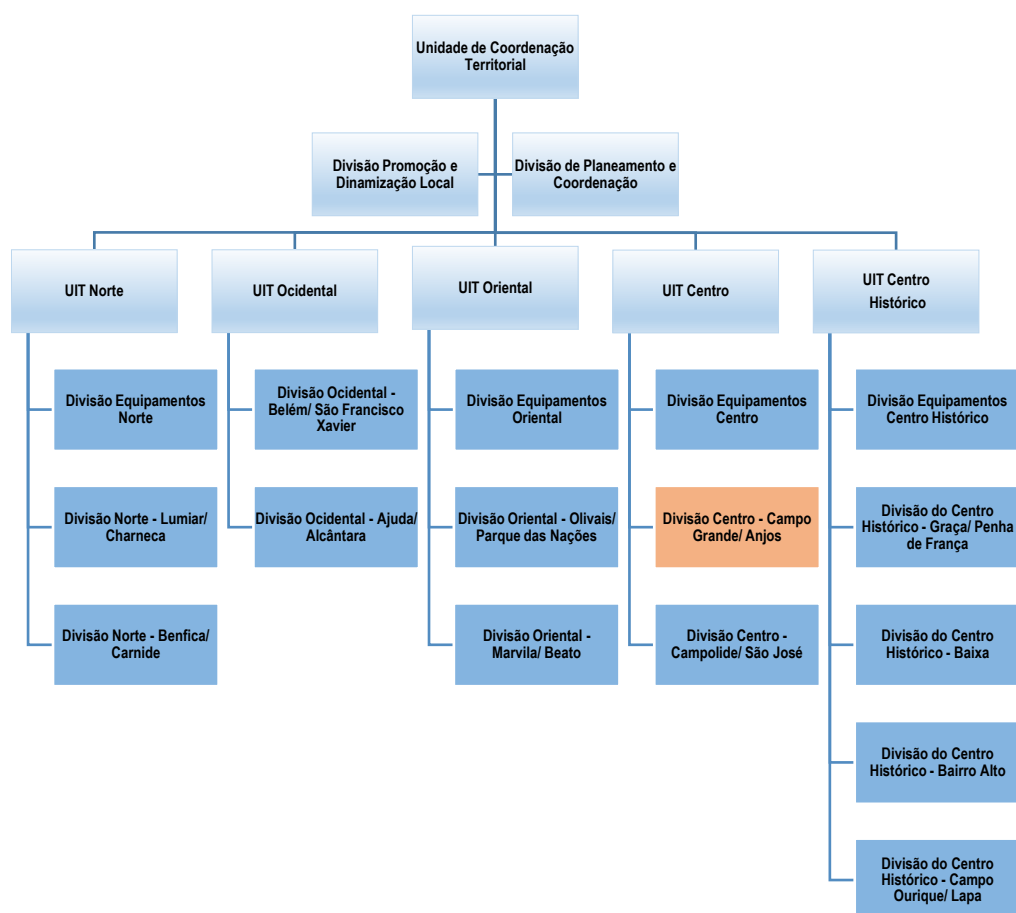


Figura 3. Organograma da Unidade de Coordenação Territorial

Fonte: Tremoceiro, J. (2011). *A Implementação da Unidade de Coordenação Territorial e das Unidades de Intervenção Territorial*. Documento de Trabalho – Versão 8.

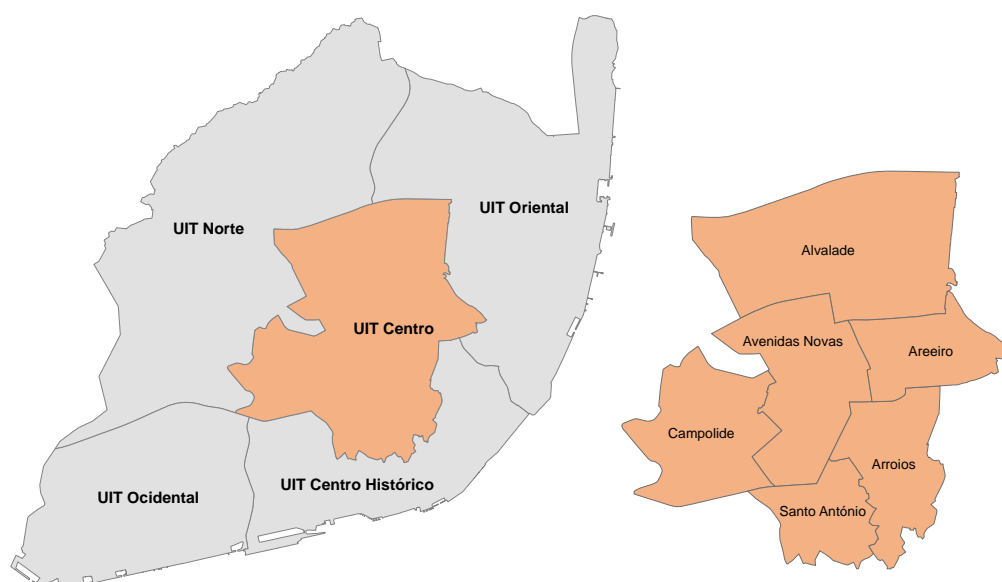


Figura 4. Localização e freguesias que compõem a UITC em relação à cidade de Lisboa

Fonte: Elaboração própria

Neste seguimento apresentam-se as competências referentes à Divisão Centro – Campo Grande/Anjos:

1 – A Divisão Centro – Campo Grande/Anjos está integrada na Unidade de Intervenção Territorial Centro.

2 – No exercício da sua atividade, compete à Divisão Centro – Campo Grande/Anjos

2.1. No âmbito do Planeamento e Gestão da atividade

a) Recolher a informação de base local e participar na elaboração de instrumentos de gestão territorial e projetos urbanos que incidam no respetivo território;

b) Monitorizar a execução operacional de protocolos, acordos e contratos estabelecidos com diversas entidades, nomeadamente com as Juntas de Freguesia (não inclui os realizados no âmbito da manutenção das escolas e equipamentos desportivos);

2.2. No âmbito do Atendimento

a) Assegurar o atendimento ao munícipe e a prestação de serviço de acordo com as normas e procedimentos definidos no quadro da estratégia municipal de atendimento;

2.3. No âmbito do Urbanismo de Proximidade

a) Apreciar os pedidos e comunicações relativos a operações urbanísticas, incluindo licenciamentos especiais e excecionando os projetos estruturantes;

b) Assegurar a atribuição de cotas de soleira e número de polícia no âmbito das operações urbanísticas referidas no ponto anterior;

c) Assegurar as ações de vistoria necessárias no âmbito da execução de operações urbanísticas autorizadas ou licenciadas, com exceção dos projetos estruturantes;

d) Efetuar as vistorias previstas na lei, designadamente para a emissão de alvarás de autorização de utilização e para a constituição da propriedade horizontal, com exceção dos projetos estruturantes;

e) Fiscalizar obras particulares e promover a fiscalização no âmbito de ações de reabilitação urbana tendo em vista:

a. assegurar a sua conformidade com os projetos aprovados e as normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo, se necessário, o seu embargo ou qualquer outra medida de tutela urbanística que se revele adequada;

b. instruir os procedimentos de intimação para obras de reposição da legalidade;

c. instruir os procedimentos de intimação para a execução de obras de conservação ou demolição;

d. acompanhar e fiscalizar a execução de programas de financiamento da recuperação de edifícios degradados de propriedade particular.

f) Emitir parecer no âmbito de processos de direito de preferência;

g) Definição dos programas preliminares para projetos de arquitetura, promoção e acompanhamento de obras de reabilitação;

2.4. No âmbito da gestão e manutenção do espaço público

h) Gerir os espaços públicos (inclui pavimentos, mobiliário urbano, sinalização, equipamentos, etc.), parques, jardins, matas (exceto o Parque Florestal de Monsanto) e equipamentos neles localizados, recorrendo para isso a fornecedores de serviços internos e/ou externos;

i) Colaborar com os diversos serviços da CML, no planeamento e caracterização das necessidades de manutenção a médio/longo prazo de forma a assegurar a correta manutenção dos espaços sob sua gestão;

j) Colaborar com a Divisão de Promoção e Dinamização Local na dinamização dos espaços sob sua gestão;

k) Deteção de necessidades de intervenção e promoção da solução, nomeadamente através da definição dos programas preliminares para projetos de requalificação de espaços públicos, espaços verdes, parques e jardins;

l) Coordenação dos projetos de execução realizados por prestadores de serviços internos ou externos, promoção das obras e seu acompanhamento, integrando sempre que necessário todas as vertentes dos projetos de reordenamento e valorização do espaço público (incluindo vertente rodoviária, ciclovia e pedonal, pavimentos, sinalização horizontal e vertical, iluminação pública, mobiliário urbano, parques infantis, etc.);

m) Acompanhar a construção de espaços públicos, equipamentos, parques, jardins;

n) Assegurar a limpeza de vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;

o) Assegurar o licenciamento de recintos improvisados e atividades itinerantes;

p) Atribuir licenças e concessões de utilização/ocupação do espaço do domínio público ou privado com impacto no domínio público, e atribuir licenças de atividades ruidosas de carácter temporário ou permanente;

q) Apoiar a atividade fiscalizadora da Polícia Municipal no que respeita à utilização/ocupação de espaço público, incluindo espaços verdes;

2.5. No âmbito da Intervenção Comunitária

a) Executar projetos de intervenção comunitária, de forma direta e/ou com a mobilização de entidades locais, nomeadamente no âmbito da ação social, saúde e cidadania, promoção do voluntariado, empreendedorismo e economia local, cultura, educação e desporto e promoção da interculturalidade;

b) Gerir as parcerias locais estabelecidas para desenvolvimento das iniciativas de intervenção comunitária;

c) Sinalizar as necessidades e apoiar as ações de realojamento conduzidas pela Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social.

2.2. Atividades Realizadas

Ao longo do período de estágio, as atividades realizadas visaram contribuir para a elaboração de um diagnóstico dos logradouros das Células 1 e 2 do Plano de Urbanização de Alvalade e que culminou numa proposta de intervenção para a reestruturação de alguns destes espaços. Mais detalhadamente, as tarefas desenvolvidas são apresentadas em seguida:

- a) Desenvolvimento da análise e caracterização das Células 1 e 2, através de pesquisa bibliográfica para um enquadramento histórico, urbanístico e arquitetónico;
- b) Levantamento de mapas cartográficos de 1911, 1950, 1970-83 e ortofotomapas de 2001 e 2011 através da plataforma interativa LXi⁴, para descrever a evolução urbana e ocupação do espaço;
- c) Recolha de dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística (INE) e tratamento dos mesmos, segundo os censos de 2011 para as subsecções, permitindo assim obter uma análise demográfica pormenorizada;
- d) Levantamento de plantas cadastrais, fornecidas pela Divisão de Cadastro Municipal e posterior tratamento com *software* ArcGIS. As plantas utilizadas dizem respeito à titularidade dos terrenos, construções precárias e irregulares identificadas na planta da cidade e o tipo de uso do solo;
- e) Análise do Plano Diretor Municipal de Lisboa no que se refere aos valores culturais e ambientais da área em estudo, e posterior tratamento da informação com *software* ArcGIS, no qual são demonstradas as diversas condicionantes das células, como a retenção e drenagem de águas, logradouros verdes a preservar, declive do terreno, vulnerabilidade às inundações, entre outros;
- f) Caracterização da situação atual do espaço, através de saídas ao local, onde são apresentadas as deficientes condições de circulação pedonal, a apropriação indevida do espaço público e as deficientes condições de salubridade;
- g) Desenvolvimento de um programa de intervenção integrada, com sugestões para uma intervenção no espaço público, no edificado e na comunidade;

⁴ O Lisboa Interativa é uma aplicação da Câmara Municipal de Lisboa na área dos sistemas de Informação geográfica, é uma plataforma interativa de utilização interna e externa, que disponibiliza informação geográfica georreferenciada sobre a cidade de Lisboa. <http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/>.

- h) Elaboração de uma proposta de intervenção nos logradouros, com o objetivo principal de requalificação do espaço público de lazer, bem como, devido à extensão da área a intervir, da atribuição das respectivas prioridades de intervenção.

2.3. Competências desenvolvidas durante o estágio

A concretização deste estágio, possibilitou o desenvolvimento das seguintes competências:

- a) aplicação dos conhecimentos adquiridos durante a formação universitária;
- b) desenvolvimento da capacidade de autonomia ao longo da execução do projeto;
- c) aquisição de novos conhecimentos, relacionados com o desenvolvimento de um estudo de requalificação do espaço público;
- d) desenvolvimento de uma linguagem técnica associada à arquitetura e urbanismo;
- e) entendimento do funcionamento dos serviços de um organismo público, neste caso, uma Câmara Municipal, nos seus problemas e desafios quotidianos.

3. Reforma administrativa em Lisboa – contexto e a sua pertinência

É pertinente abordar neste trabalho a reforma administrativa de Lisboa, uma vez que esta influenciou diretamente as questões relacionadas com o espaço público, sobretudo no que diz respeito à sua gestão e manutenção, bem como o facto da área de estudo estar integrada no âmbito das novas freguesias.

A Lei nº 56/2012, de 8 de Novembro, permitiu a origem de um novo modelo de governação para a cidade de Lisboa. O modelo proporciona uma descentralização administrativa, apoiada pela distribuição de tarefas e responsabilidades entre os órgãos municipais e das freguesias, possibilitando o reforço da racionalidade e da eficácia da governação, a aplicação dos princípios da subsidiariedade, e promovendo uma maior proximidade aos cidadãos. Esta reforma administrativa da cidade criou uma alteração geográfica ao nível das freguesias, que passaram de 53 para 24, (Anexo 4) através da agregação, redefinição de limites e criação de novas freguesias. Do conjunto das 24 freguesias, 10 foram mantidas tendo-se redefinido os seus limites, 13 foram fundidas e ainda foi criada a nova Junta de freguesia do Parque das Nações⁵.

A reforma administrativa de Lisboa, para além de pioneira em Portugal, foi caracterizada por um processo participado com os seus cidadãos. Teve início em 2008, “tendo por base um estudo científico que colocou em análise os modos, as problemáticas e os potenciais de qualidade de vida na cidade, e por seu lado os seus modelos de governação, nas várias escalas exigentes de estratégias, políticas e ações públicas” (CML, 2014). Após a realização de um inquérito à população residente, ficou demonstrado que 82% dos lisboetas aprovavam a reforma, os quais foram convidados a pronunciar-se sobre as novas competências, o novo mapa da cidade e os nomes das futuras freguesias, para a obtenção de um consenso.

Cada Junta de Freguesia foi dotada de mais competências de gestão direta do seu território, facilitando a resolução mais eficaz de muitas das suas necessidades quotidianas. Das novas competências atribuídas às Juntas de Freguesia, destacam-se a manutenção e limpeza de espaços públicos, gestão e manutenção de equipamentos, licenciamento de proximidade, habitação e intervenção comunitária. É neste contexto que a surge a “nova” freguesia de Alvalade, resultante da união das antigas freguesias São João de Brito, Campo Grande e Alvalade, representando 6% do território da cidade. Esta freguesia contém a área de implantação

⁵ in <http://www.cm-lisboa.pt/servicos/por-temas/reforma-administrativa-de-lisboa> (acedido em 7 julho 2015).

do Plano de Alvalade, datado dos anos 1940 (posterior a uma reforma administrativa em 1938), cuja função e usos foram sofrendo alterações significativas ao longo dos tempos, de modo que importa refletir sobre a adequação da sua estrutura e tecido urbano às necessidades atuais.

4. Alvalade: breve história do Plano de Urbanização até à atualidade

No final dos anos 30 do século XX, o forte crescimento demográfico de Lisboa conduz a problemas de alojamento, agravados pela ausência de políticas habitacionais e urbanas. O ano de 1938 é caracterizado por uma reforma da administração municipal, dotando Lisboa de novas competências no âmbito jurídico, técnico e financeiro que permitiram resolver os inúmeros problemas de alojamento da cidade. Segue-se uma fase de intensa atividade urbanística, com reformas administrativas que simplificam o processo de expropriações “pela legislação relativa ao realojamento provisório e pela criação da Secção de Melhoramentos Urbanos que dará orientação técnica e exercerá o controlo dos trabalhos de elaboração dos Planos Gerais de Urbanização, a nível nacional” (Brito e Camarinhas, 2007: 165-166).

4.1. Projeto inicial

O Plano de Urbanização de Alvalade, inicialmente designado por Plano de Urbanização da Zona a Sul da Av. Alferes Malheiro (Figura 5), é projetado nos anos 40 pelo arquiteto João Faria da Costa, estando enquadrado no esquema estruturante da cidade de Lisboa, proposto no Plano Diretor de Urbanização de Lisboa. O plano promove a expansão da cidade para Norte, dando continuidade e integração à zona compreendida entre o Campo Grande e o Areeiro e permite atenuar a carência habitacional, através da ocupação de uma área de 230 ha. A sua delimitação compreende eixos viários estruturantes, a Norte pela Av. do Brasil (antiga Av. Alferes Malheiro); a Leste pela Av. Almirante Gago Coutinho; a Sul pela linha férrea de cintura; e a Oeste pelo Campo Grande e pela Rua de Entrecampos. O Plano de Urbanização de Alvalade é constituído por uma quadrícula hierarquizada, definida por uma rede de vias principais que a subdividem em oito células, distintas (Figura 6). A sua execução possibilitou a edificação de 12000 habitações para uma população de 45000 habitantes (distribuída por habitações coletivas de renda económica, habitações coletivas de renda não limitada, moradias unifamiliares de renda não económica e moradias unifamiliares de renda económica), com as primeiras inaugurações em 1947.

A cidade de Lisboa é então marcada no século XX por um novo reordenamento e modernismo que surge no âmbito da política de expansão e embelezamento do Estado Novo e da qual surgiram projetos urbanísticos desenvolvidos pelo Ministro das Obras Públicas e Presidente da Câmara de Lisboa, o Eng.º Duarte Pacheco. Destes projetos urbanísticos destaca-

se o primeiro plano integrado, o Plano de Urbanização de Alvalade que possibilitou o desenvolvimento nordeste da cidade, que veio substituir áreas de cultivo, pontificada por quintas de recreio e pequenos aglomerados, junto a estradas e caminhos, por um conjunto de células que teve em consideração a rede viária envolvente, de atravessamento e estruturantes, que procuram a autossuficiência nas funções indispensáveis ao uso habitacional. São ainda inseridos de forma planeada, equipamentos escolares, comércio, religiosos, zonas de lazer para que respondessem às necessidades da população afixada e disponibilizado um conjunto diversificado de habitações para os diversos estratos sociais. O plano tem como objetivo a integração social, a qual é possível através do estabelecimento de uma relação de proximidade, bem como potenciar uma ocupação mista, habitacional e comercial. “Igualmente importantes, enquanto elementos tipológicos, são as vias de distribuição local, estruturantes do interior das células: os impasses habitacionais, geradores de núcleos residenciais protegidos do tráfego e as vias de circulação pedonal, muitas delas diretamente orientadas para os equipamentos escolares” (Prôa, Fonseca, Fonseca, 2009: 21). É de salientar esteticamente a tentativa de utilizar formas simples, o equilíbrio das fachadas e a inclusão de logradouros anexos aos edifícios, os quais promoviam a imagem rural cruzada com a influência da cidade-jardim. Após a construção do bairro, este “é entregue às Caixas de Previdência ou à indústria privada com projectos tipo e controlo camarários e para a renda limitada, ou é feita a venda de lotes com projecto livre, essencialmente nas artérias principais, onde a construção se prolongou até à década de 70” (Associação dos Arquitetos Portugueses, 1987: 37).



Figura 5. Plano de Urbanização de Alvalade

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa



Figura 6. Delimitação das células que constituem o Plano de Urbanização de Alvalade

Fonte: Elaboração própria

O Plano de Urbanização de Alvalade é concebido com “princípios da urbanística moderna como a unidade de vizinhança, a organização distributiva das funções e equipamentos, a hierarquização viária através de avenidas, ruas, impasses e caminhos de peões, a desprivatização do solo e a libertação do interior do quarteirão para espaço de uso colectivo” (Alegre, 2004: 3). As células são estruturadas a partir de um equipamento central, a escola, e as habitações são distribuídas em torno desta, de forma a não excederem uma distância de 500 m, com percursos pedonais que atravessam os logradouros dos edifícios. Nas Células 1 e 2 instalaram-se casas de rendas económicas: os edifícios enquadraram-se numa tipologia em bloco de planta retangular, agrupados em quarteirões abertos, contemplando a existência de logradouros arborizados (Alegre, 2004). Os logradouros foram projetados com amplos espaços exteriores comuns, para usufruto dos moradores e segundo o artigo 44.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Lisboa, são espaços que têm por função assegurar a salubridade das construções, atendendo, em particular, à ventilação e insolação dos edifícios, garantir a privacidade das habitações, o desafogo e a fruição e recreio, assim como a infiltração de águas pluviais. O mesmo Regulamento refere que as intervenções nestes espaços devem respeitar as condicionantes e salvaguardar as características ambientais, paisagísticas e patrimoniais, nomeadamente arqueológicas e devem promover a sua valorização como espaços de fruição ao ar livre e o enquadramento paisagístico da envolvente edificada.

4.2. Células do Plano de Urbanização de Alvalade

As Células 1 e 2 destinaram-se a casas de renda económica. Os edifícios procuram referências quer à tradição da dita casa portuguesa quer ao modernismo da Bauhaus com um total de três a quatro pisos. São apresentados nove tipos de habitação agrupadas em três séries de três tipos cada e as quais se diferenciam pelo número e área de espaços, resultantes do estudo executado por Miguel Jacobetty (Portas, Tostões e Matos, 2006). Entre os edifícios é possível encontrar espaços abertos designados logradouros com diversos usos e ocupações. Estas duas células apresentam uma imagem arquitetónica distinta no que diz respeito aos seus limites, como o lado virado para o Campo Grande, a Praça de Alvalade e o lado virado para a Avenida dos Estados Unidos da América, onde se ergueram diversos edifícios em torre.

A Célula 3 corresponde à principal zona comercial do bairro e cujos estudos pertenceram ao arquiteto Fernando Silva, onde foram aplicadas as primeiras intervenções subordinadas à renda limitada. O projeto veio dar resposta às necessidades dos habitantes,

devido à ausência de espaços comerciais e da consequente oferta de produtos e serviços. Os edifícios são caracterizados pelo seu uso misto, com o piso térreo destinado para fins comerciais e os restantes pisos para habitação, conceito que se revelou inovador para a cidade. Esta célula destaca-se por localizar o mercado de Alvalade norte.

Na Célula 4 são inicialmente foram construídas 403 moradias económicas unifamiliares com 9 tipos previamente definidos, todas com uma volumetria de dois pisos, apresentando-se sob modelos repetidos e tipificados que correspondiam à arquitetura de regime, imposta pelo Estado Novo. Posteriormente o centro da célula é ocupado por duas torres de habitação, as quais subverteram o carácter visual daquela área.

A Célula 5 é abrangida em parte pelo programa relativo às casas de renda económica, tendo como equipamento escolar de referência o atual Liceu Rainha Dona Leonor e ainda o Parque de Jogos 1º de Maio – Inatel, tratando-se de um espaço dedicado à prática de desporto, ao repouso e ao lazer.

A Célula 6 é constituída por 42 casas de renda económica e outros lotes previstos na planta de localização. Os 16 lotes que ficaram de fora, a sua maioria localizada na Rua Ricardo Jorge, foram resolvidos lote a lote, contribuindo para tornar o conjunto edificado menos homogéneo e congruente. É também nesta célula que se encontra a mata de Alvalade, a qual dispõe amplas zonas de sombra, uma rede de caminhos pedonais, áreas de merendas, entre outros, e distingue-se por ser uma área privilegiada de convívio e lazer. A sua existência deve-se em muito por ser uma zona de proteção ao aeroporto de Lisboa.

Na génese da Célula 7, também conhecida, como Bairro de São Miguel, foi aplicado na génese desta célula o regime de casas de renda limitada com a elaboração das propostas sob a alçada do arquiteto Miguel Jacobetty e o qual é também responsável pelo nome atribuído ao bairro. Todos os lotes foram vendidos em hasta pública, tendo sido disputados por pequenos construtores e adjudicados ao que se comprometia aplicar a renda mais reduzida. A intervenção é caracterizada por alguns elementos aplicados nas casas de renda económica, com uma pequena diferença na projeção dos prédios e fogos com espaços mais amplos, e toda a sua conceção permitiu obter uma imagem de unidade urbanística, com exceção do topo nordeste da célula que foi ocupado por moradias de renda livre.

O estudo da Célula 8 é da responsabilidade dos arquitetos Joaquim Ferreira e Orlando Azevedo, caracterizada por vários elementos no edificado, composto por seis projetos-tipo e exclusivamente habitacionais, no qual é possível observar propostas do movimento moderno, como o Bairro das Estacas na parte poente da célula, designação atribuída pela imagem arquitetónica dos blocos assentes sobre “pilotis” (grelhas de pilares), cuja intervenção foi alvo de notoriedade nacional e internacional. As áreas interiores e impasses são ocupados por moradias de dois pisos, enquanto a Av. Almirante Gago Coutinho é ocupada de forma pontual por edifícios de cinco pisos, com área comercial ao nível do piso térreo. É no cruzamento desta avenida com a Av. Estados Unidos da América, que surgem os primeiros edifícios em altura construídos no Bairro de Alvalade, sendo constituídos por duas torres de 10 pisos.

Na Figura 7, pode ser observado um ortofotomapa do Plano de Urbanização de Alvalade, o qual engloba as oito células referidas anteriormente.



Figura 7. Ortofotomapa do Plano de Urbanização de Alvalade e respetiva delimitação
Fonte: ArcGis

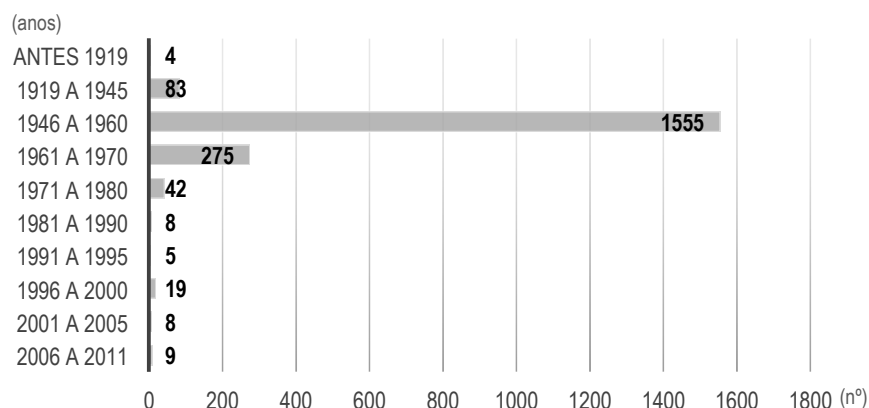


Figura 8. Total edifícios construídos nas células do Plano de Urbanização de Alvalade (por períodos até à atualidade)

Fonte: Dados do Instituto Nacional Estatística (subsecção). Elaboração própria

Através de dados estatísticos disponibilizados pelo INE é possível verificar que na área correspondente ao Plano de Urbanização de Alvalade, o maior período de edificação foi de 1946 a 1960 (Figura 8) com um total de 1555 edifícios construídos, constatação que vai de encontro aos dados históricos já referidos. Quanto à tipologia dos edifícios (Figura 9), predominam os de 3 ou 4 pisos, já as Células 7 e 8 surgem como aquelas onde predomina os edifícios com 5 ou mais pisos, enquanto a Célula 4 apresenta maioritariamente edifícios com 1 ou 2 pisos, que correspondem a moradias unifamiliares. Já o uso dos edifícios (Figura 10) é na sua generalidade exclusivamente residencial, com exceção na Célula 3 onde predominam os edifícios principalmente não residenciais, uma vez que nesta célula muitos pisos térreos são utilizados para comércio.

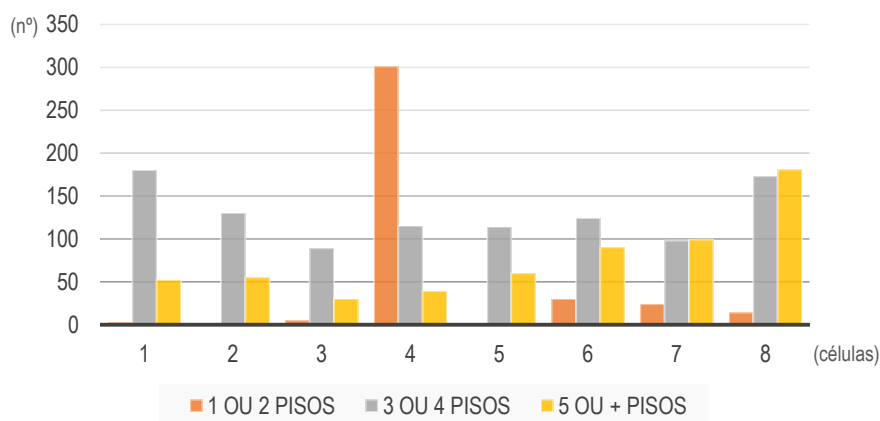


Figura 9. Tipologia dos edifícios por célula

Fonte: Dados do Instituto Nacional Estatística (subsecção). Elaboração própria

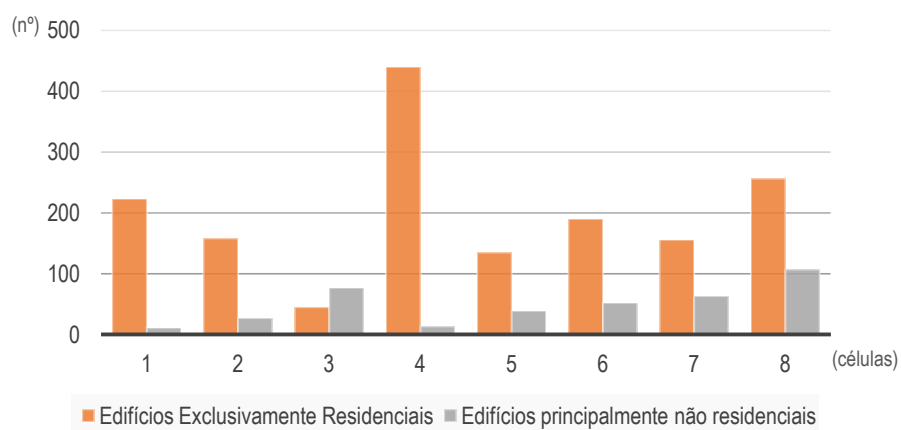


Figura 10. Usos dos edifícios por célula

Fonte: Dados do Instituto Nacional Estatística (subsecção). Elaboração própria

5. Breve diagnóstico do espaço público na freguesia de Alvalade

Atualmente a freguesia de Alvalade surge da agregação das antigas freguesias de Alvalade, Campo Grande e São João de Brito, no âmbito da reforma administrativa de Lisboa e na qual residem mais de 31000 indivíduos num território com 5,34 km². A freguesia possui na sua generalidade um património edificado em relativo bom estado de conservação e encontra-se bem servida de espaços verdes, de recreio e de enquadramento. Salientam-se o Jardim do Campo Grande, o Parque José Gomes Ferreira e a Quinta do Narigão, pela sua dimensão e usos diversificados que proporcionam à população, e que em continuidade com a Alameda da Universidade e o Estádio Universitário, estabelecem um corredor verde entre o Parque Bensaúde e o Parque da Bela Vista.

O espaço público apresenta no seu todo boas condições de higiene. Os principais problemas de higiene urbana dizem respeito essencialmente a dejetos caninos nos passeios, resíduos dispersos pelo vento e a acumulação de diversos tipos de resíduos sólidos urbanos junto aos vidrões. Ainda no que se refere ao espaço público, são visíveis constrangimentos ao nível da mobilidade e das acessibilidades. Estas situações ocorrem devido à inexistência de estacionamento não tarifado em determinadas áreas da freguesia, fator que contribui para uma elevada pressão na procura de estacionamento, especialmente por parte de não residentes. Por último e no âmbito da dinâmica comunitária é de evidenciar instituições com atividade relevante para a população mais desfavorecida, como o Centro Social Paroquial do Campo Grande e a Gebalis que têm vindo a desenvolver projetos promotores da inserção social da população residente no Bairro das Murtas, fundamentalmente de etnia cabo-verdiana e cigana; a Associação de Moradores do Bairro São João de Brito, cujo objetivo se prende com a adoção de mecanismos de governança e apropriação da comunidade dos espaços exteriores do bairro, nos quais é pretendido desenvolver ações viradas para a qualificação ambiental e para a promoção de negócios verdes, completando o rendimento dos moradores, entre outras. No Quadro 5, constam as prioridades de intervenção para a freguesia, identificadas pela Unidade de Intervenção Territorial Centro e a Junta de Freguesia de Alvalade.

Quadro 5. Intervenções preconizadas para o espaço público da Freguesia de Alvalade

Local	Objetivo da Intervenção
Logradouros do Bairro de Alvalade	Reorganização de quatro logradouros para estacionamento de residentes e criação áreas de convívio, enquadrado no projeto global da EMEL para tarificação do bairro.
Logradouros Av. Estados Unidos da América 12-48 e Rua Epifânio Dias	Ordenamento de estacionamento e definição de área de estadia para moradores.
Requalificação do Jardim da Av. Frei Miguel Contreiras	Requalificação do jardim e melhoria dos acessos pedonais na Rua Guilhermina Suggia.
Requalificação do terreno expetante entre a Av. Prof. Egas Moniz e a Az. das Galhadas	Limpeza e organização do estacionamento e melhoria das acessibilidades ao Bairro da Quinta dos Barros.
Implementação de hortas comunitárias no Bº São João de Brito	Implementação de dois lotes com hortas para usufruto comunitário dos moradores do bairro, através de cedência precária de solo municipal. Recuperação paisagística da área envolvente aos dois lotes de hortas.
Requalificação do espaço público da Vila Miguéis/ Azinhaga das Murtas	Regulação do estacionamento e acessos automóvel à antiga vila. Pavimentação de troço inicial da Az. das Murtas e minimização da erosão de terras por construção de paliçada.

Fonte: Unidade de Intervenção Territorial Centro, novembro 2014 (CML)

6. Intervenção nos logradouros

A principal causa da necessidade de requalificação do espaço público das Células 1 e 2 deveu-se à falta de condições para a circulação pedonal. Para este problema concorre em primeiro lugar o estacionamento irregular que aí se verifica. A questão fundamental de regulação do estacionamento automóvel foi abordada inicialmente pela Empresa Municipal de estacionamento de Lisboa (EMEL), numa proposta de ordenamento onde se previa a existência de cerca de 900 lugares de estacionamento nos arruamentos, complementados com uma ocupação parcial de quatro logradouros para esta mesma função (Anexo 5).

Nesta sequência, o objetivo inicial de disponibilização de estacionamento foi inserido num projeto de âmbito mais alargado, tendo posteriormente como objetivos:

- a) introduzir melhorias em termos de mobilidade pedonal;
- b) contribuir para o incremento da estrutura ecológica e da estrutura verde;
- c) incentivar à legalização ou demolição das estruturas precárias construídas;
- d) fomentar projetos de dinamização local e comunitária.

Para a prossecução dos objetivos de requalificação urbana, arquitetónica e paisagística desta área, foi necessário o alargamento da intervenção aos demais logradouros destas duas células, e também a necessidade de sensibilização dos moradores para este processo (o estudo que suporta o projeto de intervenção usou o logótipo representado na Figura 11). As duas células, enquanto áreas maioritariamente residenciais necessitam de uma transformação ao nível do seu “espaço público urbano num espaço habitado, apostando na qualidade do ambiente, em geral, e do espaço urbano, em particular, bem como na qualidade da imagem, no carácter e na força de apropriação pelos habitantes, dos espaços de arquitectura urbana e residencial...e note-se que este focar da atenção sobre o espaço residencial não é excessivo, pois não há cidade viva sem habitação (Coelho, 2005: 214).

REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO
INTERVENÇÃO NOS LOGRADOUROS




Figura 11. Logótipo utilizado para o estudo de Intervenção nos Logradouros

Fonte: Elaboração própria

6.1. Antecedentes

Numa reunião realizada a 30 de abril de 2014 foi apresentado, numa reunião realizada a 30 de abril de 2014, o estudo de ordenamento de estacionamento da EMEL, onde estiveram presentes o presidente da Junta de Freguesia de Alvalade e colaboradores, o presidente da EMEL e colaboradores e a CML, com representantes da Divisão de Projetos e Estudos Urbanos/Direção Municipal de Planeamento, Reabilitação e Gestão Urbanística e da Unidade de Intervenção Territorial Centro/Unidade de Coordenação Territorial. Foi unanimemente aceite a intenção de ordenar o estacionamento nos arruamentos das duas células do lado poente do Bairro de Alvalade, tendo sido proposto ser a Unidade de Coordenação Territorial/Unidade de Intervenção Territorial Centro a entidade responsável pela elaboração dos projetos para os quatro logradouros.

Em reunião posterior, a 22 de julho, onde estiveram presentes a UITC, a Direção Municipal de Mobilidade e Transportes (DMMT), a EMEL e a Junta de Freguesia de Alvalade, onde ficou acordado que a UITC apresentaria uma proposta faseada de intervenção, mais alargada, para todos os interiores de quarteirão que mais carecessem de intervenção. A EMEL concordou, reiterando que o objetivo traçado pelas entidades parceiras ultrapassa a mera implementação de lugares de estacionamento, para se centrar na oportunidade de resolução conjunta de um problema de ordenamento de espaço público que atinge as Células 1 e 2. Com efeito, a requalificação destes espaços é uma problemática que vem sendo diagnosticada pela CML desde há longo período de tempo e para o qual já foram equacionadas diversas soluções, por diferentes entidades.

O programa agora em elaboração por parte da Unidade de Intervenção Territorial Centro (“Requalificação do espaço público – intervenção nos logradouros”) diz respeito especificamente aos logradouros, sendo necessário ser complementado com um projeto de requalificação dos arruamentos, pracetas, jardins e demais espaço exterior de utilização pública, que deverá ser alvo de projetos diferenciados. Surge da oportunidade da intervenção da EMEL para regulação do estacionamento e da parceria com a UITC, tendo em consideração as necessidades detetadas no âmbito do trabalho de proximidade que tem vindo a ser realizado neste local e da premência para a resolução dos principais problemas, quer pelos moradores quer pela Junta de Freguesia de Alvalade.

Realizou-se uma primeira sessão pública, no dia 3 de novembro de 2014 (Anexo 6), na Associação de Moradores do Campo Grande, por ser um ponto de referência para os moradores, tendo sido feita uma breve apresentação das intenções das três entidades diretamente envolvidas neste trabalho. Nesta reunião as solicitações dos moradores, estas dizem respeito maioritariamente à questão do estacionamento, do mau estado dos passeios e da limpeza dos espaços públicos, logradouros e outros, tendo demonstrado o apoio à entrada da EMEL nas duas células do bairro (1 e 2) com a complementaridade da intervenção nos logradouros.

7. Caso de estudo: análise e caracterização das Células 1 e 2

As Células 1 e 2 encontram-se situadas numa área favorecida pela rede viária adjacente aos seus limites, com a Av. do Brasil a Norte, a Av. de Roma a Leste, Campo Grande a Oeste e a Av. dos Estados Unidos da América a Sul (Figura 12).



Figura 12. Fotografia aérea tendo em primeiro plano as Células 1 e 2 do Plano de Urbanização de Alvalade, com respetiva delimitação

Fonte: Associação dos Arquitetos Portugueses (1987). *Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa*

A sua localização central em relação à cidade de Lisboa é reforçada pela oferta de transportes públicos, bem como a disponibilidade de espaços verdes de qualidade, como o emblemático jardim do Campo Grande, um dos maiores espaços verdes no centro da cidade de Lisboa e ainda a presença de equipamentos essenciais à população, como a escola básica de Santo António, a escola secundária Rainha D. Leonor e a Biblioteca dos Coruchéus, instalada no Palácio dos Coruchéus, edifício seiscentista remanescente das quintas que no passado

caracterizavam este espaço da cidade. É importante referir que para abordar a área de estudo deste trabalho se optou por designar a área em estudo por Células 1 e 2. Os motivos prendem-se pelo facto de esta área estar associada a diversas designações, como “Bairro de Alvalade” e “Bairro das Caixas”, desta forma e no sentido de não suscitar dúvidas, ficou definido que seria designado por Células 1 e 2 do Plano de Urbanização de Alvalade, como consta no cadastro da Câmara Municipal de Lisboa e cujos limites estão definidos.

7.1 Evolução urbana e ocupação do espaço

As cartas e ortofotomapas disponíveis e analisados para este local, das quais seguidamente se apresenta uma síntese, permitem avaliar a ocupação deste território anterior da construção do Bairro de Alvalade, quando era essencialmente ponteadado por quintas e atravessado por azinhagas, passando pela construção dos edifícios e respetivos espaços exteriores, como previsto no Plano de Urbanização da Zona Sul da Av. Alferes Malheiro, até à proliferação de construções de génese ilegal, ocupando os logradouros, visíveis na carta de 1970-83.

Carta 1: Em 1911 de acordo com a cartografia de Silva Pinto, a zona do futuro Bairro de Alvalade era constituída por quintas e a circulação fazia-se através de azinhagas. Junto ao jardim do Campo Grande, cujo traçado remontava ao início do século XIX, (antes da intervenção de Keil do Amaral em 1945-1948), existia já uma frente edificada, a partir da Igreja do Campo Grande até à futura avenida da igreja (Figura 13).

Carta 2: Em 1950 o "Bairro das Caixas" estava parcialmente construído e na atual Rua Lins do Rego permanecia uma casa isolada com um grande jardim (Figura 14).

Carta 3: De acordo com a carta datada de 1970-83, o bairro adquiriu a configuração próxima da atual e já se observam algumas construções ilegais (Figura 15).

Carta 4: De acordo com o ortofotomapa de 2001, pode observar-se a proliferação de construções ilegais e estruturas provisórias (Figura 16).

Carta 5: No ortofotomapa de 2011 a ocupação do espaço mantém-se praticamente idêntica em relação a 2001 (Figura 17).



Figura 13. Enquadramento cartografia histórica 1911

Fonte: Dados recolhidos a partir da plataforma interativa LXi. Elaboração própria

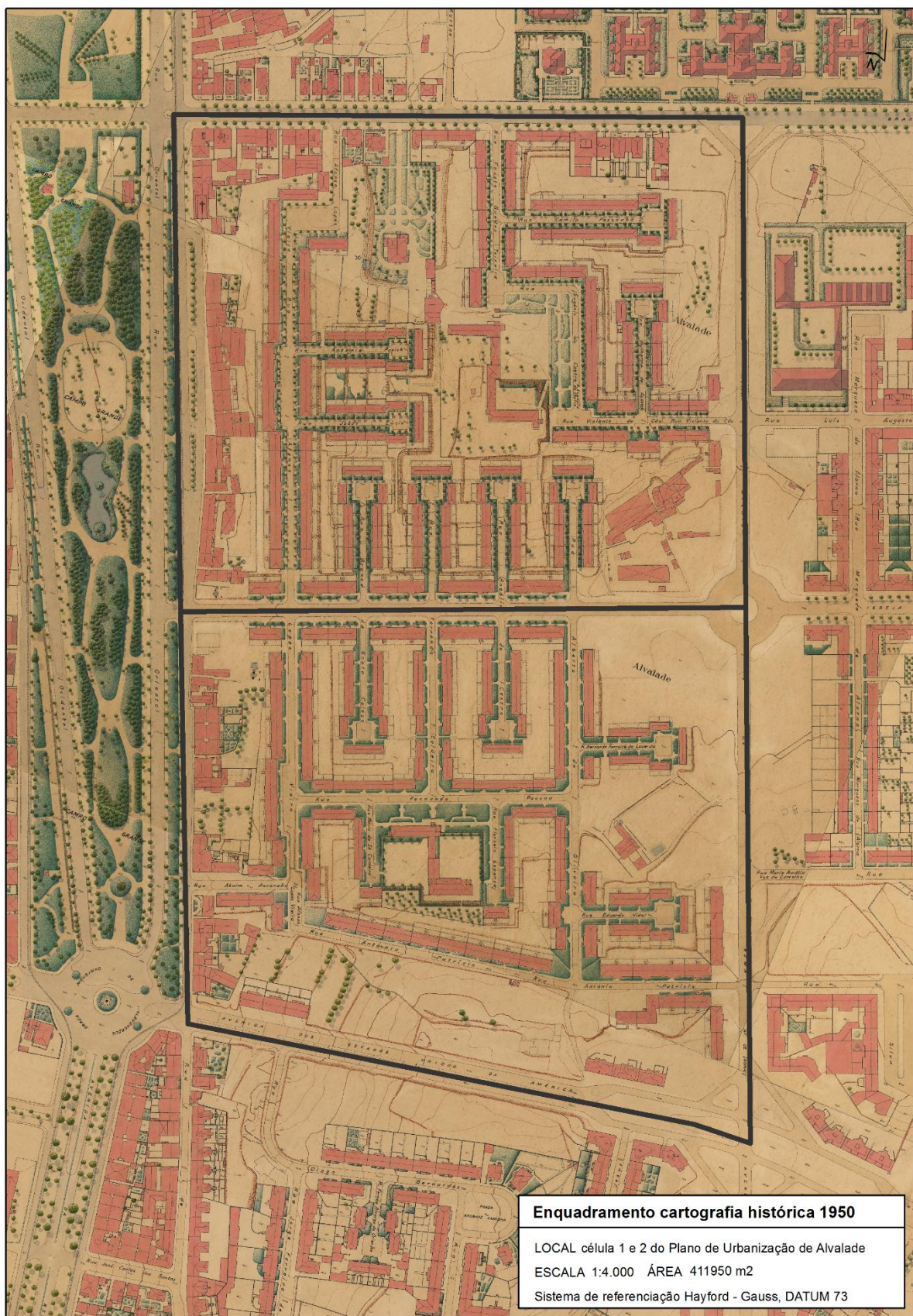


Figura 14. Enquadramento cartografia histórica 1950

Fonte: Dados recolhidos a partir da plataforma interativa LXi. Elaboração própria



Figura 15. Enquadramento cartografia histórica 1970-83

Fonte: Dados recolhidos a partir da plataforma interativa LXi. Elaboração própria

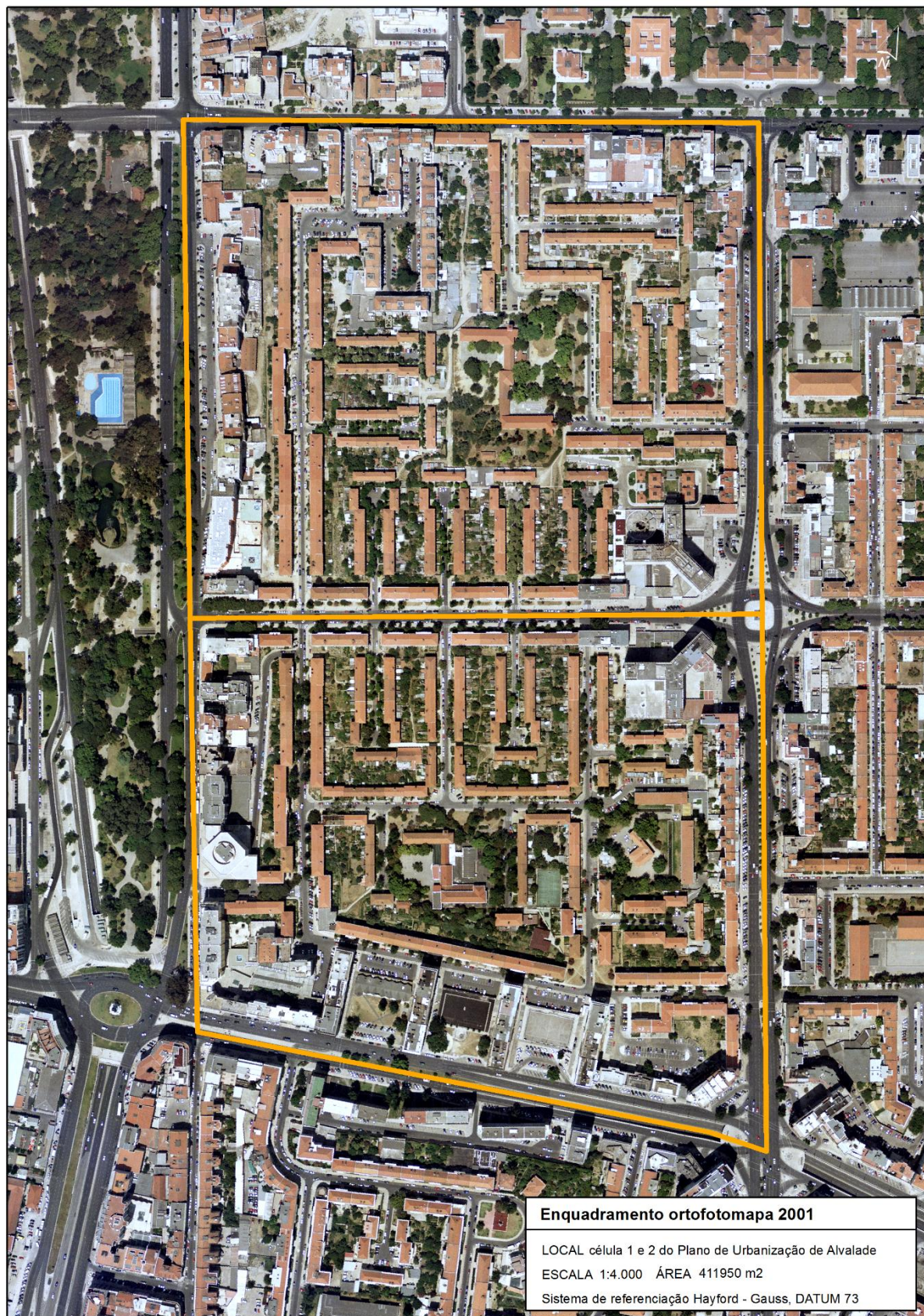


Figura 16. Enquadramento ortofotomapa 2001

Fonte: Dados recolhidos a partir da plataforma interativa LXi. Elaboração própria



Figura 17. Enquadramento ortofotomapa 2011

Fonte: Dados recolhidos a partir da plataforma interativa LXi. Elaboração própria

Da análise das cartas, pode assinalar-se o período compreendido entre 1960 e 1980 como aquele em que decorreu uma massiva ocupação dos terrenos públicos dos logradouros, através de construções de arrumos, garagens e anexos ou de zonas vedadas ao ar livre de acesso exclusivo, como terreiros e hortas. Muitas destas ocupações foram realizadas por indivíduos singulares, mas existem também ocupações relativamente "organizadas" por grupos de residentes que entre si decidem colocar uma cancela num determinado terreno ou construir um grupo de garagens, isolando-o com portão e tornando-o assim de uso exclusivo de determinados utilizadores. Muitas destas ocupações subsistem hoje em dia, algumas terão até sido retiradas mas, de uma forma geral, a ocupação do espaço nos logradouros mantém-se relativamente estável desde essa época, sendo de acrescentar, em algumas áreas mais acessíveis, a ocupação temporária para estacionamento automóvel.

7.2 Análise demográfica

Os dados estatísticos utilizados para esta análise foram obtidos através do Instituto Nacional de Estatística (INE), dos Censos realizados em 2011 para a subsecção estatística⁶ para caracterizar as Células 1 e 2. Sendo a Célula 1 constituída por 11 subsecções estatísticas e a Célula 2 por 14 subsecções (Anexo 7).

Segundo os dados para as subsecções dos Censos de 2011 do INE, ao observarmos a Figura 18, é possível constatar que a população do Bairro de Alvalade, mais concretamente na Célula 1, é constituída por 3109 indivíduos e a Célula 2 por 2922 indivíduos, o que significa uma diferença de apenas 187 indivíduos. O valor total de residentes para ambas as células é de 6031 indivíduos.

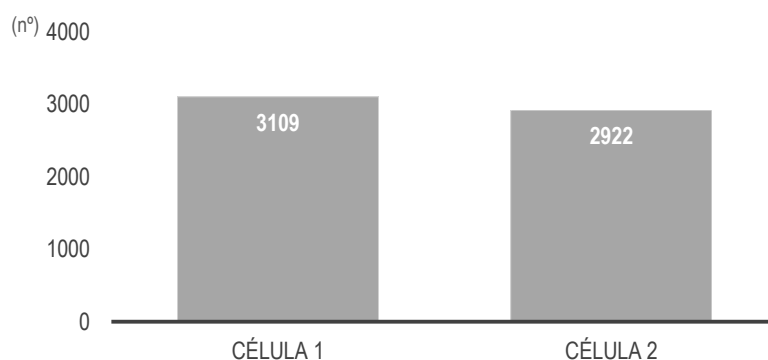


Figura 18. Total indivíduos residentes nas Células 1 e 2

⁶ Unidade Territorial que identifica a mais pequena área homogénea de construção ou não, existente dentro da secção estatística; corresponde ao quarteirão nas áreas urbanas.

Fonte: Dados do Instituto Nacional Estatística (subsecção). Elaboração própria

Ao analisarmos a população por 3 grupos etários (Figura 19), população jovem, população adulta e população idosa, é possível verificar que em termos de valores absolutos, a diferença entre os grupos para as duas células é pouco representativa. O grupo da população adulta é aquele que detém maior concentração de indivíduos, perfazendo um total de 2995 pessoas.

Quanto aos grupos dos jovens e dos idosos, revelam-se como os mais interessantes para comparação, sendo possível verificar que ambas as células apresentam um valor de idosos superior aos jovens, podendo afirmar-se que estamos na presença de um envelhecimento populacional, tendência observada para o total da freguesia de Alvalade (Quadro 6); um fenómeno que se apresenta em oposição à origem do Bairro de Alvalade, nascido a partir da instalação de uma população jovem.

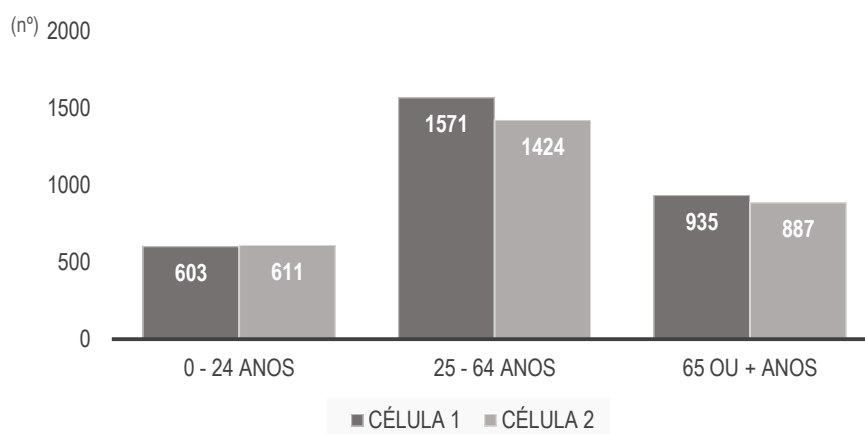


Figura 19. Total indivíduos residentes por grupo etário nas Células 1 e 2

Fonte: Dados do Instituto Nacional Estatística (subsecção). Elaboração própria

Quadro 6. Dados estatísticos para a Freguesia de Alvalade (variação 2001-2011)

Perda de população (-9%)
Ganhos de população 0-14 anos (+14%)
Perda de população 65-79 anos (-37%)
Ganhos de população > 80 anos (+37%)
Idade Média (47 anos em 2011)

Fonte: Dados retirados do INE e calculados pelo Observatório na Luta Contra a Pobreza na cidade de Lisboa

Em relação ao sexo da população em análise nas Células 1 e 2 e de acordo com a Figura 20, verifica-se claramente um valor superior de mulheres em relação aos homens. Ao analisarmos os dados numa distribuição por grupo etário, novamente temos um valor superior de mulheres para todos os grupos, sendo dos 0 aos 24 anos o mais equilibrado e dos 25 aos 64 anos o mais representativo no peso total da população.

O grupo etário dos 65 ou mais anos é o mais desequilibrado, com quase o dobro de pessoas do sexo feminino, bem como uma aproximação do número de mulheres ao grupo etário anterior.

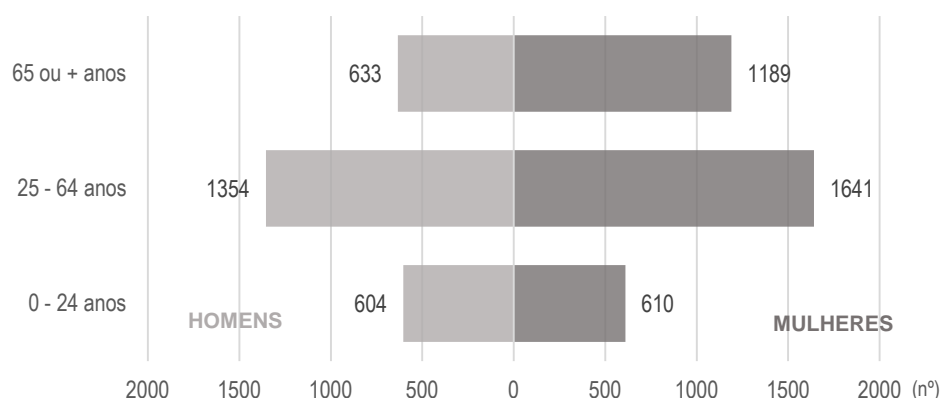


Figura 20. Total indivíduos residentes por sexo e grupo etário nas Células 1 e 2

Fonte: Dados do Instituto Nacional Estatística (subsecção). Elaboração própria

Quanto à escolaridade da população residente (Figura 21), consta-se que 2122 indivíduos (35%) possuem um curso superior completo e 1068 (18%) indivíduos o ensino secundário completo, sendo estes os níveis de escolaridade mais representativos na área de análise. Com valores intermédios temos os vários ciclos do ensino básico, os quais correspondem a 2110 indivíduos (35%). Para a população que não sabe ler nem escrever, temos 95 indivíduos (2%), o que se traduz num valor nada expressivo no total dos residentes e por último temos 49 (1%) indivíduos com o ensino pós-secundário.

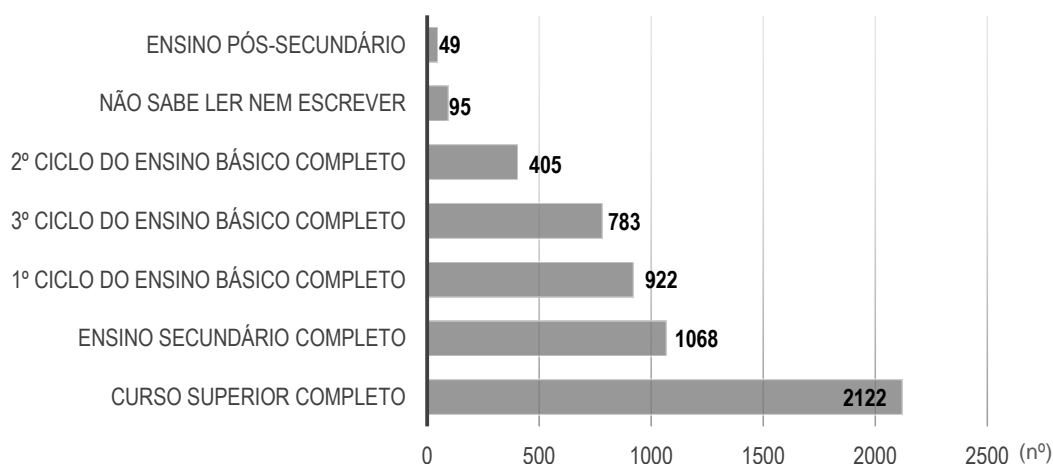


Figura 21. Escolaridade dos indivíduos residentes nas Células 1 e 2

Fonte: Dados do Instituto Nacional Estatística (subsecção). Elaboração própria

Em suma, é possível afirmar que na área em análise reside um elevado número de habitantes, com destaque para a destacada presença de residentes com mais de 65 anos. É uma população caracterizada por um número representativo de indivíduos do sexo feminino e com um grau de escolaridade elevado, com predominância do ensino secundário e superior completo.

7.3 Análise Cadastral

O facto de cada logradouro deste bairro ser gerido por mais do que uma entidade (Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Câmara Municipal de Lisboa e Junta Freguesia de Alvalade) pública teve como consequência a ocupação sistemática do espaço por diferentes estruturas de cariz ilegal (oficinas, garagens e outras construções, muros e vedações, áreas pavimentadas, entre outros), construídas na maioria dos casos por iniciativa dos moradores, que constituem atualmente um constrangimento tanto para a execução da obra de intervenção, como para o próprio desenvolvimento do projeto de requalificação dos logradouros.

A incerteza nos limites das áreas adjacentes de particulares, das habitações de renda económica da Caixa de Previdência e da Câmara Municipal de Lisboa, e também a indefinição das competências, que se foram diluindo no tempo, foi desde sempre a maior condicionante à prossecução de uma intervenção, quer de gestão quer mais tarde de requalificação destes espaços.

Finalmente em 2014, após um processo de negociação com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS), onde foram elaboradas plantas para definição das áreas em causa pela Divisão de Cadastro Municipal/ Departamento de Informação Geográfica e Cadastro, os terrenos geridos por esta entidade reverteram para a posse da CML. No âmbito da reorganização administrativa da cidade, passaram a integrar a área de manutenção e conservação dos espaços verdes que agora compete à Junta de freguesia de Alvalade.

Quanto à existência de construções precárias relativamente à titularidade dos terrenos, distingue-se apenas as implantadas em terreno particular das demais, inserindo no mesmo grupo aquelas situadas em terreno municipal e as que estão em terreno anteriormente do IGFSS.

Os dados para a análise das plantas cadastrais destas células foram fornecidos pela Divisão de Cadastro Municipal. As cartas que se apresentam em seguida, correspondem à Figura 22, relativa à titularidade do terreno, à Figura 23 que identifica as construções precárias e irregulares reconhecidas na planta da cidade, e a Figura 24 que ilustra um esboço da carta de cadastro predial - tipo de uso do solo.



Figura 22. Titularidade do terreno nas Células 1 e 2

Fonte: Dados fornecidos pela divisão de cadastro municipal (CML). Elaboração própria



Figura 23. Construções precárias e irregulares identificadas nas Células 1 e 2

Fonte: Dados fornecidos pela divisão de cadastro municipal (CML). Elaboração própria



Figura 24. Esboço da carta de cadastro predial - tipo de uso do solo nas Células 1 e 2

Fonte: Dados fornecidos pela divisão de cadastro municipal (CML). Elaboração própria

Destas últimas três figuras apresentadas, é possível concluir que o número de terrenos revertidos para a Câmara Municipal de Lisboa representam uma grande parte do território, os quais apresentam inúmeras construções de cariz ilegal, em espaços que sempre foram considerados de público lazer.

7.4 Valores culturais

Está assinalado na área em análise um conjunto arquitetónico (Anexo 8), na Av. da Igreja, pertencente à Estrutura Patrimonial Municipal. Os princípios orientadores para intervenção em bens desta natureza são designados no artigo 27º, do regulamento do PDM, devendo neste caso ser consideradas incluídas no conjunto arquitetónico as áreas verdes de enquadramento, situadas em espaço público, por conferirem coerência ao conjunto, constituindo, por conseguinte, uma unidade com características urbanas e paisagísticas diferenciadas. Este conjunto arquitetónico é importante de assinalar, uma vez que os seus elementos estão conectados aos logradouros a intervir, e além disso, no caso de uma intervenção integrada, com a inclusão do edificado, o mesmo conjunto já fica identificado.

7.5 Valores e recursos ambientais | Condicionantes ecológicas

Foram analisadas as condicionantes existentes ao uso do solo, decorrentes do Plano Diretor Municipal bem como as características biofísicas e paisagísticas que podem de alguma forma condicionar a intervenção pretendida para os logradouros.

No que respeita à retenção e drenagem de água, na área está assinalada uma mancha, correspondendo sensivelmente à metade poente das duas células, cujo tipo de solo está classificado como solo aluvionar, ao qual corresponde uma permeabilidade alta.

Toda a mancha de aluvião está inserida no sistema húmido, o qual se estende sensivelmente ao longo da Av. da Igreja, de acordo com a carta apresentada. Não estão preconizadas quaisquer utilizações à superfície ou em subsolo, passíveis de interferir com este sistema.

Os logradouros verdes a preservar (Anexo 9), constituintes da Estrutura Ecológica integrada, estão assinalados na carta da Estrutura Ecológica Municipal I. O regime que determina o uso do solo está descrito no artigo 44º do Regulamento do Plano Diretor Municipal. A intervenção que agora se preconiza para estes espaços é uma requalificação, de acordo com

o descrito nas alíneas 1 e 2 deste artigo. É pretendido aumentar a área permeável nos logradouros, através da demolição de pavimentos e construções existentes e também do seu reordenamento e deslocalização; eventualmente, aplicando um regime de incentivos semelhante ao previsto no artigo 84º do Regulamento do Plano Diretor Municipal relativo a operações urbanísticas com interesse municipal, especialmente no que diz respeito à libertação dos interiores de quarteirão de construção, com aumento de área permeável ou o seu "emparcelamento" para uso coletivo (alínea f), para a integração de conceitos bioclimáticos e de eficiência na utilização dos recursos e de eficiência energética nos edifícios, estruturas urbanas e espaço público (alínea g), ou ainda para oferta suplementar de estacionamento para residentes em zonas com défice de estacionamento.

No que respeita ao declive e orientação das encostas, toda a área de intervenção se caracteriza por declives suaves situados nas classes de 0-3% ou 3-6%. Apenas a escola localizada na Célula 1 se situa no ponto mais alto e consequentemente em seu redor os declives são um pouco mais acentuados. Residualmente existem áreas em talude e com declive mais acentuado que poderão determinar formas específicas de construção ou tipos de pavimentos especiais.

Em consequência de serem áreas praticamente planas, a orientação das encostas não é um fator determinante na escolha do uso do solo. No entanto deverá ser feita uma análise mais detalhada para cada espaço por uma equipa técnica específica, e deverá ser tida em consideração o ensombramento ou insolação derivado da implantação dos prédios limítrofes. Este fator é especialmente importante para a determinação de áreas propícias à implantação de hortas e eventualmente de áreas de estadia ou de recreio.

Quanto à vulnerabilidade às inundações, a mesma área que está classificada como sistema húmido está sujeita a riscos naturais, nomeadamente vulnerabilidade moderada e elevada às inundações (Anexo 10). A futura intervenção preconizada para os logradouros não vem agravar ou diminuir este risco.

8. Caracterização da situação atual das Células 1 e 2

Esta caracterização da situação atual não pretende ser exaustiva, mas sim objetiva ao focar os principais problemas detetados no bairro e fazer uma síntese interpretativa, que serve de orientação para a proposta de intervenção. É de referir que nesta caracterização foi tido em conta alguns dos componentes e fatores da qualidade do ambiente urbano, indicados por Partidário (1993), assinalados no Quadro 4.

Deficientes condições de circulação pedonal

A falta de acessibilidade pedonal é atualmente a principal característica do espaço público deste bairro, sendo que a causa principal deste problema é o estacionamento em cima dos passeios e nos espaços dedicados ao peão (Figuras 25, 26 e 27). Este estacionamento irregular acontece fundamentalmente por falta de fiscalização, uma vez que toda a área adjacente tem estacionamento taxado e fiscalizado pela EMEL, excetuando estas duas células. Não tendo sido concebido para a quantidade de veículos que existem, quer a circular quer a estacionar, é de salientar que o conflito entre o automóvel e o peão é apontado como o principal problema do bairro. No entanto, “o automóvel, devidamente civilizado, é um elemento chave na qualificação do espaço público contemporâneo.” (Aguiar, 2012).

Figura 25. Rua José Lins do Rego (Célula 1): estacionamento irregular

Fonte: Elaboração própria



Figura 26. Rua Mário de Sá Carneiro (Célula 2): estacionamento irregular

Fonte: Elaboração própria

Outro problema que persiste dentro do bairro diz respeito à ocupação de passeadeiras sobrelevadas (Figura 28) resultantes da mais recente intervenção no bairro, para o tornar numa Zona 30 (para a moderação da circulação automóvel e aumento da segurança para os peões). Entretanto a ausência de sinalização em todo o bairro, revela a falta de conhecimento e

percepção por parte dos cidadãos no que realmente consiste uma Zona 30 e que em muitos casos as passadeiras sobrelevadas, com o propósito da redução de velocidade e melhorar a circulação pedonal passam despercebidas e são encaradas como meros passeios e no qual são utilizados como estacionamento, levando ao insucesso da intervenção. É de destacar o excesso de velocidade em diversas vias do bairro, com destaque para a Rua Afonso Lopes Vieira e a Avenida da Igreja, situação que necessita de cautela, visto que a freguesia de Alvalade pertence ao conjunto de freguesias com um elevado registo de atropelamentos, bem como o elevado número de idosos residentes, que pela sua maior fragilidade, são um grupo de risco (Anexo 11).

**Figura 27. Rua Eugénio de Castro (Célula 1):
estacionamento irregular**

Fonte: Elaboração própria



**Figura 28. Rua Bernarda de Lacerda (Célula 2):
estacionamento irregular**

Fonte: Elaboração própria

O caso específico das Células 1 e 2 consiste numa área residencial consolidada e delimitada por uma envolvente com construção de maior densidade com usos e atividades diversificadas, geradoras de maiores fluxos de tráfego e necessidades de estacionamento. “Desde 1974 que não se resolve o problema do estacionamento automóvel após 29 anos de hesitação e improvisação, excepto nalgumas áreas de estacionamento pago” (Ramos, 2005: 59). Tal facto intensificou o agravamento da pressão de estacionamento nos arruamentos de todo o bairro, levando à utilização de alguns logradouros para este fim (Figuras 29, 30, 31 e 32). A maior parte dos logradouros não foram concebidos para a circulação automóvel, especialmente quando existe um fluxo constante de entradas e saídas, que gera problemas de deterioração dos pavimentos, ocupação excessiva e indesejada, violação das condições de privacidade e insegurança.

Figura 29. Logradouro nascente da R. Afonso Lopes Vieira (Célula 1): estacionamento em logradouro

Fonte: Elaboração própria



Figura 30. Logradouro poente da R. Antónia Pusich (Célula 1): estacionamento em logradouro

Fonte: Elaboração própria

Figura 31. Logradouro nascente da R. Alberto de Oliveira (Célula 2): estacionamento em logradouro

Fonte: Elaboração própria



Figura 32. Logradouro nascente da R. Alberto de Oliveira (Célula 2): estacionamento em logradouro

Fonte: Elaboração própria

Impedimento ou restrição à passagem pedonal por portões, muros e vedações

Esta situação, que se verifica na maior parte dos logradouros destas células, desvirtua por completo do conceito original de construção do bairro e causa graves constrangimentos à circulação pedonal e revela um dos problemas consequentes da apropriação privada dos logradouros (Figuras 33, 34, 35 e 36).

Figura 33. Passagem interior no Logradouro poente da Rua Alberto de Oliveira (Célula 1)

Fonte: Elaboração própria

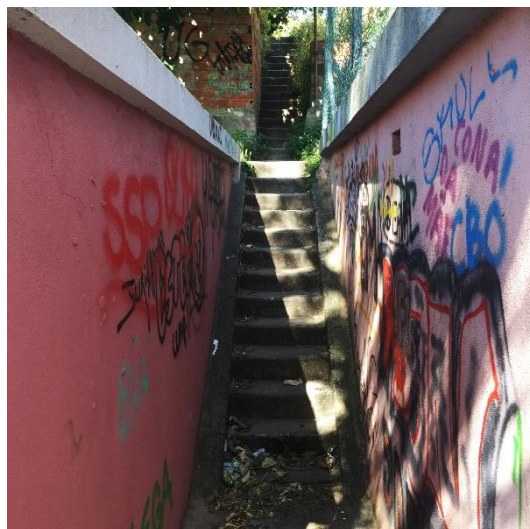
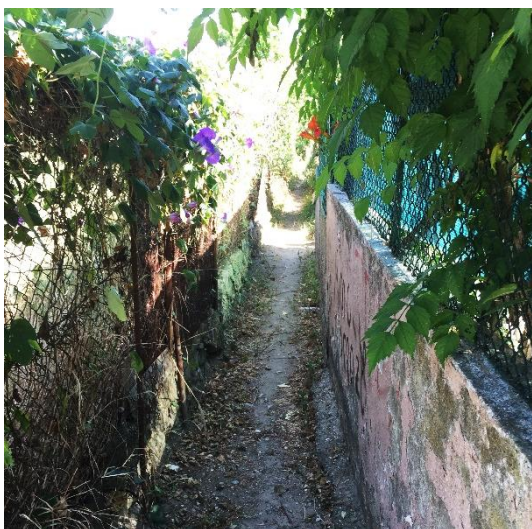


Figura 34. Passagem entre a Rua Branca de Gonta Colaço e a Rua Fernando Caldeira (Célula 1)

Fonte: Elaboração própria

Figura 35. Passagem para o logradouro da Rua António Patrício (Célula 2)

Fonte: Elaboração própria

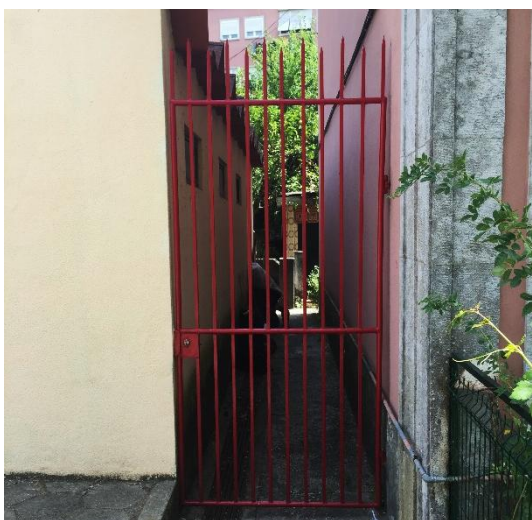


Figura 36. Passagem interior no logradouro nascente da Rua João Lúcio (Célula 1)

Fonte: Elaboração própria

A vedação e o encerramento de determinados espaços, cuja causa inicial poderá ter sido, em alguns casos, aumentar a segurança dos moradores, é geradora na realidade de falta de segurança para os peões e está na origem da percepção de insegurança destes espaços, o que gera uma menor utilização e consequente aumento de insegurança.

Acumulação de material vegetal

Outro problema importante de referir, e um dos grandes constrangimentos à circulação pedonal, diz respeito ao excesso de crescimento do material vegetal que se verifica na maioria dos logradouros (Figuras 37, 38 e 39). As causas para este problema, deve-se à apropriação privada destes terrenos com a implementação de vedações, que eram utilizados para a prática agrícola por parte dos primeiros residentes do bairro. Entretanto com o envelhecimento destes primeiros residentes, o abandono dos cultivos e a falta de limpeza tornou-se uma realidade e as vedações permaneceram, causando uma barreira para os moradores que estejam mais sensibilizados a querer manter estes espaços. No decorrer deste problema, surgem consequências graves para os residentes, como a proliferação de pragas animais e o risco de incêndios.



Figura 37. Logradouro nascente da Rua Afonso Lopes Vieira (Célula 1): acumulação de material vegetal

Fonte: Elaboração própria

Figura 38. Logradouro nascente da Rua Camilo Pessanha (Célula 1): acumulação de material vegetal

Fonte: Elaboração própria



Figura 39. Logradouro poente da Rua Mário de Sá Carneiro (Célula 2): acumulação de material vegetal

Fonte: Elaboração própria

Proliferação de construções precárias irregulares

No decorrer das saídas de campo aos logradouros, é impossível ficar indiferente à proliferação de construções ilegais, sendo um dos problemas mais graves a nível de apropriação do espaço público e que sucedeu pela ausência de fiscalização por parte dos órgãos municipais. Estas construções são mais frequentes na Célula 1 e na sua maioria são utilizadas como garagens, mas também existem outros exemplos de utilização, como oficinas, arrecadações e pombais. A Figura 40 diz respeito a uma oficina e corresponde a uma das construções mais recentes, enquanto a Figura 41 revela uma construção em início de execução e demonstra como os próprios residentes compactuam uns com os outros. O excesso destas construções conduz a problemas como a dificuldade de acesso, tanto pedonal como aos meios de socorro, a deficiente iluminação natural dos andares inferiores dos edifícios e um acréscimo à dificuldade de implementação de um programa de intervenção nestes espaços. Tendo-se constatado o mau uso dos espaços de logradouro correspondentes a cada prédio, “chegou-se à conclusão que a melhor forma de aproveitar os logradouros seria permitir a sua utilização em comum pelos moradores, dotando-os das necessárias condições” (Nuno Teotónio, citado por Prôa, Fonseca, Fonseca, 2009). Todavia a utilização por parte dos moradores conduziu a uma apropriação individual do espaço e novamente originou um mau aproveitamento dos logradouros (Figura 42).

Figura 40. Logradouro entre a Rua Antónia Pusich e a Escola Básica de Santo António (Célula 1): construções irregulares

Fonte: Elaboração própria



Figura 41. Logradouro nascente da Rua Camilo Pessanha (Célula 1): construções irregulares

Fonte: Elaboração própria

Figura 42. Logradouro entre a Rua Fernando Caldeira e a Escola Básica de Santo António (Célula 1): construções irregulares

Fonte: Elaboração própria



A partir da Figura 43 é possibilitado um melhor entendimento da ocupação atual dos logradouros, onde se verificam os maiores constrangimentos/situações que ocorrem nos logradouros das Células 1 e 2. São as ocupações irregulares que dominam os logradouros, com destaque para as áreas maioritariamente ocupadas por vedações e construções privadas.



Figura 43. Ocupação atual do solo

Fonte: Elaboração própria, apoiada pela Arquiteta paisagista Helena Barros Gomes

No seguimento da análise da área de estudo, tornou-se pertinente construir uma escala de acessibilidade pedonal (Figura 44) para as duas células. Esta escala é dividida em três classes e a esta associa-se o tipo de inacessibilidade para uma melhor percepção dos obstáculos físicos que é possível encontrar nestas áreas. Esta escala para além de facilitar um olhar sobre o território para quem não o conhece, também vem facilitar futuros projetos de intervenção com o levantamento pormenorizado já realizado (Figuras 45 e 46).

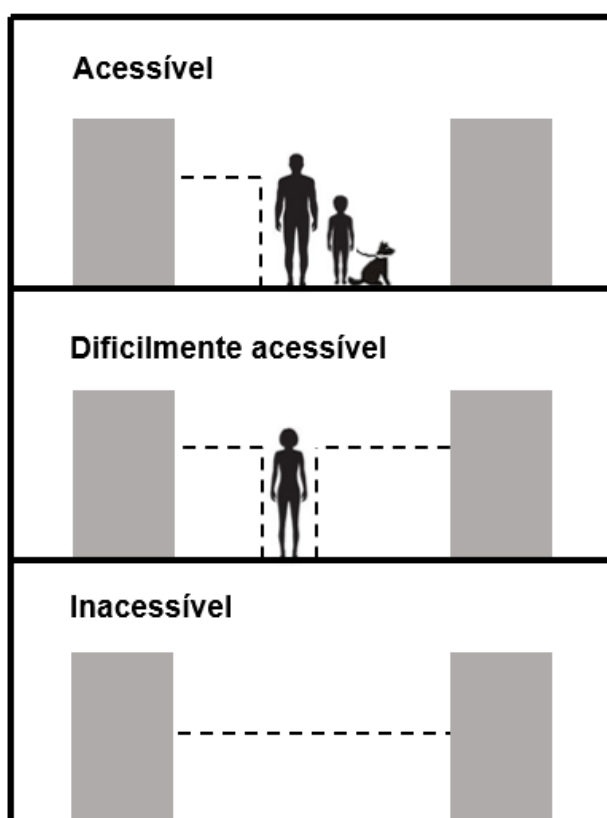


Figura 44. Esquema da escala de acessibilidade pedonal nos logradouros

Fonte: Elaboração própria

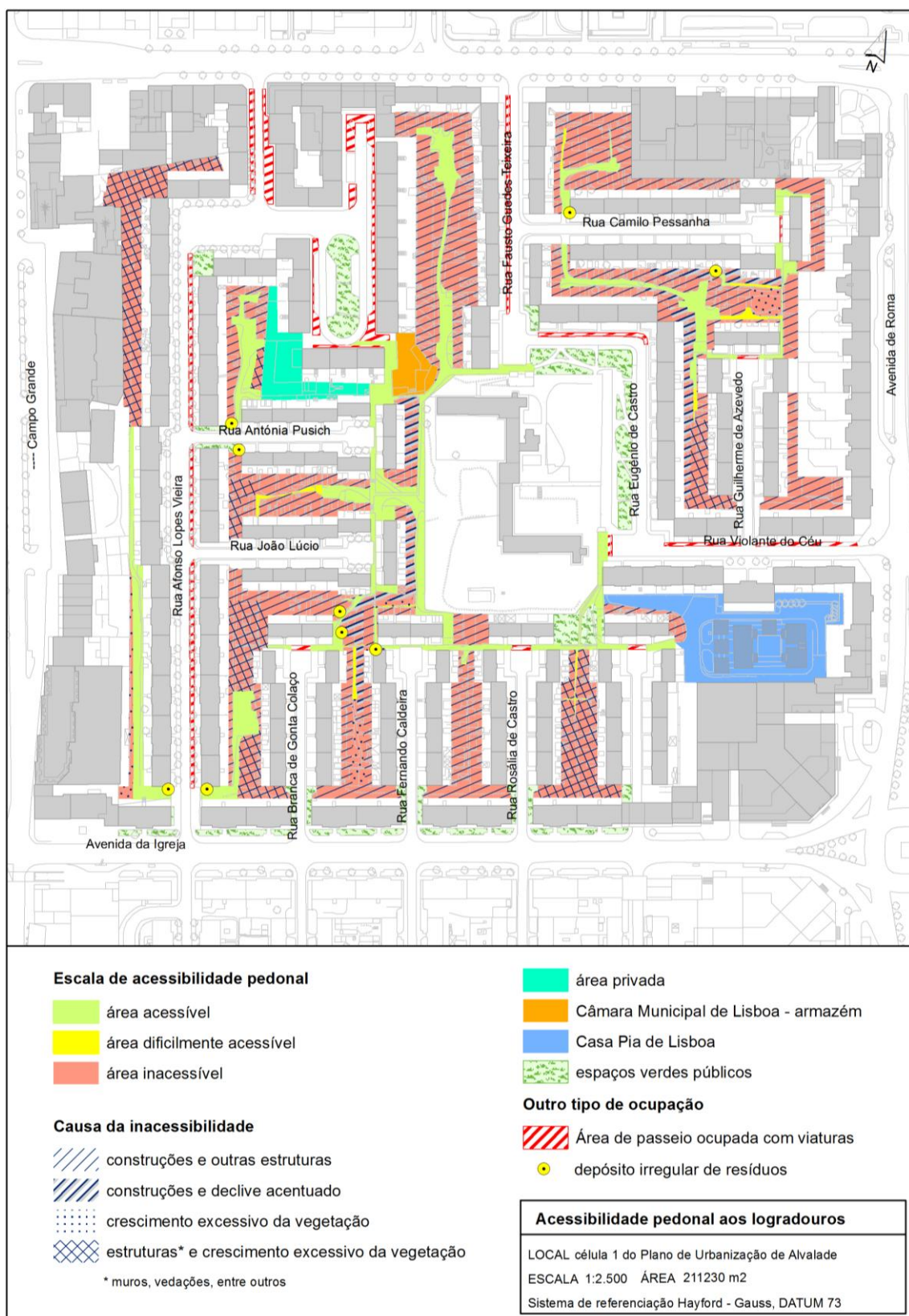


Figura 45. Acessibilidade pedonal nos logradouros da Célula 1

Fonte: Elaboração própria

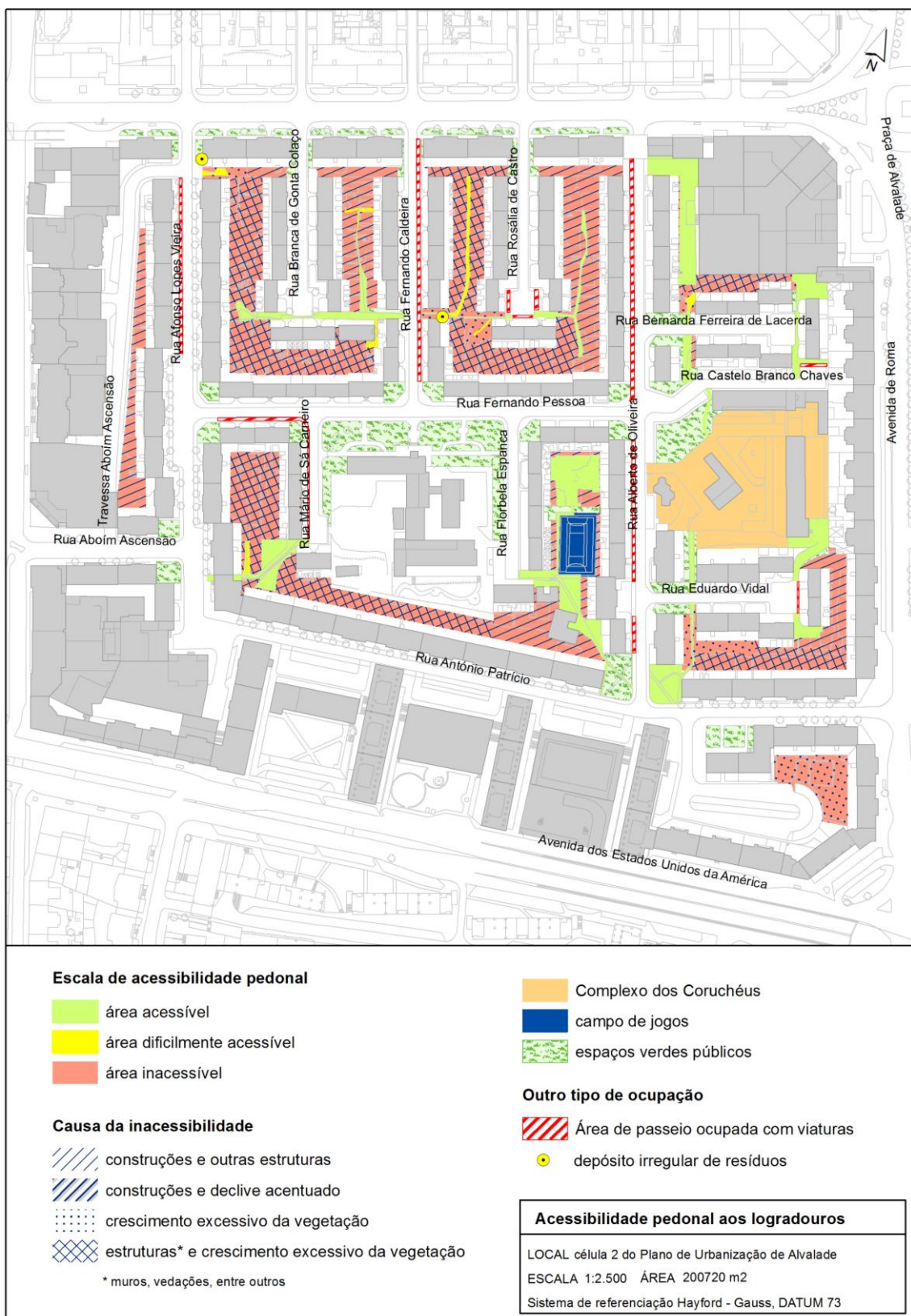


Figura 46. Acessibilidade pedonal nos logradouros da Célula 2

Fonte: Elaboração própria

Problemas detetados nos restantes espaços públicos

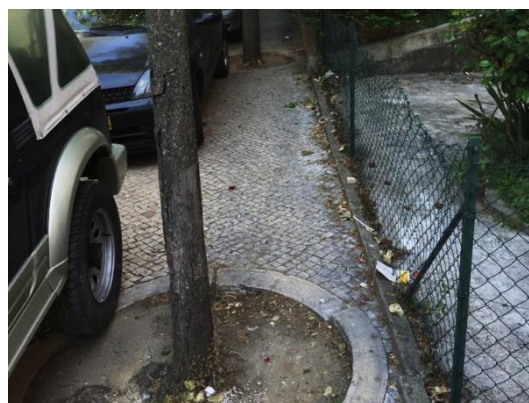
Para além dos problemas identificados no ponto anterior em relação aos logradouros das Células 1 e 2, cuja responsabilidade é essencialmente atribuída à “iniciativa” individual e privada de apropriação, é também necessário mencionar outros diversos problemas que afetam os restantes espaços públicos do bairro que em parte derivam da “ausência” de controlo e fiscalização das entidades públicas e de um fraco sentido de civismo que reflete as atitudes e comportamentos que se manifestam através da paisagem das células em análise. Questões de cidadania responsável são também parte da explicação para os problemas encontrados, pondo em causa os atributos-chave deste lugar (Figura 2).

Problemas relacionados com a falta de gestão e manutenção do espaço público

Os utilizadores do espaço público deparam-se frequentemente com problemas que advêm do estacionamento abusivo em cima dos passeios e já referenciado anteriormente. Associado a este problema, acresce a dificuldade de circulação nos passeios devido à dimensão das caldeiras das árvores, as quais nunca foram adaptadas às necessidades de circulação, em especial para as pessoas com mobilidade reduzida (Figuras 47 e 48). Este problema afeta sobretudo a Rua Afonso Lopes Vieira nas Células 1 e 2.

**Figura 47. Rua Afonso Lopes Vieira (Célula 1):
passeios estrangulados**

Fonte: Elaboração própria



**Figura 48. Rua Afonso Lopes Vieira (Célula 1):
passeios estrangulados**

Fonte: Elaboração própria

A falta de gestão e manutenção dos pavimentos, sobretudo os passeios por parte dos organismos públicos é também evidente pela degradação que as calçadas apresentam, não só pela pressão causada pelos automóveis, mas também pela proliferação de raízes das árvores

(Figuras 49 e 50). Outro impedimento à circulação dos peões surge devido à má colocação de pilaretes. A ideia pretende sobretudo que os automóveis não estacionem nos passeios, mas originou-se outro entrave com a restrição do usufruto destes espaços aos peões, devido ao estrangulamento dos passeios, já em si com uma dimensão muito reduzida (Figuras 51 e 52). Este problema ocorre nas ruas Branca Gonta Colaço, Fernando Caldeira, Rosália de Castro e Alberto Oliveira, da Célula 1.

“Humanizar seria apenas levantar a altura do lancil de todos os passeios da cidade para a altura do lancil duplo de 100% de eficácia, porque ninguém gostaria de empanar o seu próprio automóvel a tentar galgá-lo e, por mais oneroso que fosse, era ganho a muito curto e longo prazo, porque evitaria às CM's colocar biliões de “frades” e de pilaretes na borda dos passeios, que mais tarde ou mais cedo são arrancados e atirados ao chão, exigem conservação na pintura e substituição, e não seriam levados para outras utilizações, e ficar-se-ia com o passeio com ar de passeio e não de espaço com grades” (Ramos, 2005: 58).

Figura 49. Rua Antónia Pusich (Célula 1)

Fonte: Elaboração própria



Figura 50. Rua Fernando Pessoa (Célula 2)

Fonte: Elaboração própria

**Figura 51. Rua Alberto de Oliveira (Célula 1):
passeio estreito e ocupado**

Fonte: Elaboração própria



**Figura 52. Rua Branca de Gonta Colaço
(Célula 1): passeio estreito**

Fonte: Elaboração própria

Se a circulação para os peões não é uma tarefa agradável em muitos locais do bairro, para os condutores a situação também não se revela muito melhor. Verificando-se situações de desgaste acentuado no que diz respeito às condições do asfalto, com maior evidência na Rua José Lins do Rego (Figuras 53, 54 e 55). Ainda associado aos arruamentos, surge o problema com a falta de limpeza dos sumidouros que provocam o deficiente escoamento das águas pluviais, potenciando a ocorrência de inundações (Figura 56).

**Figura 53. Rua José Lins do Rego (Célula 1):
desgaste do asfalto**

Fonte: Elaboração própria



**Figura 54. Rua Alberto de Oliveira (Célula 2):
desgaste do asfalto**

Fonte: Elaboração própria

**Figura 55. Rua José Lins do Rego (Célula 1):
desgaste do asfalto**

Fonte: Elaboração própria



**Figura 56. Rua Fernando Caldeira (Célula 2):
sumidouro obstruído**

Fonte: Elaboração própria

A última situação decorrente da falta de gestão e manutenção do espaço público analisado vai ao encontro da degradação dos espaços verdes existentes (Figuras 57, 58 e 59). Esta situação deve-se à transferência de competências da Câmara Municipal de Lisboa para a Junta de Freguesia de Alvalade, caracterizada por um processo conturbado, dominado pela falta de organização e de meios suficientes para prestar um serviço eficiente a estes espaços. Em consequência, estas situações provocam o afastamento dos utilizadores destes espaços, bem como uma perceção negativa do bairro e dos organismos públicos. Contudo, muitas situações de degradação dos espaços verdes, não podem ser atribuídas à Junta de Freguesia de Alvalade, já que esta recebeu muitos espaços para gerir com as condições que estes apresentam atualmente (Figura 60).

Figura 57. Jardim frontal da Escola Básica de Santo António (Célula 1): degradação espaços verdes

Fonte: Elaboração própria



Figura 58. Canteiro na passagem entre a Rua Rosália de Castro e a Rua Alberto de Oliveira (Célula 1): degradação espaços verdes

Fonte: Elaboração própria

Figura 59. Canteiro na R. Fernando Caldeira (Célula 2): degradação espaços verdes

Fonte: Elaboração própria



Figura 60. Percurso no jardim da Rua Fernando Pessoa (Célula 2): desgaste do pavimento

Fonte: Elaboração própria

Ainda relacionado com os espaços verdes do bairro, existe uma situação particular nas Células 1 e 2, nomeadamente os canteiros frontais dos edifícios. Ao contrário do espectável, estes canteiros nunca pertenceram ao domínio privado do edificado, mas sim ao lote de terrenos sob a alçada do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social. Entretanto a entidade gestora destes espaços altera-se com a reversão dos terrenos sobantes do Bairro de Alvalade do IGFSS para a CML. Nova gestão que rapidamente se alterou para a Junta de Freguesia de Alvalade devido à transferência de competências já referidas.

A manutenção e gestão destes canteiros ao longo do tempo revelou-se desastrosa, devido à indefinição da entidade gestora e pela ausência de controlo nas alterações realizadas pelos moradores, conduzindo a deterioração, falta de uniformização e atribuição de novos usos aos canteiros.

Quanto à manutenção destes espaços, foi possível verificar quatro situações distintas:

1. alguns canteiros encontram-se abandonados sem qualquer manutenção pela Junta de Freguesia ou pelos residentes (Figura 61);
2. os canteiros que apresentam vedações formadas por sebes, são na sua maioria aparadas pela Junta de Freguesia;
3. outros canteiros são mantidos pelos próprios residentes, que verdadeiramente apresentam um cuidado estético exemplar para um pequeno espaço verde (Figura 62);
4. outros residentes fizeram questão de cobrir os canteiros com cimento e/ou alterar a vedação, substituindo as sebes iniciais pelos mais diversos tipos de materiais, registando-se um caso extremo em que o canteiro foi transformado em estacionamento. Alguns moradores referiram que a alteração das sebes por outros materiais, resultou de questões de segurança, ou serviu para facilitar a manutenção destes espaços e/ou para evitar que cães depositassem os seus dejetos (Figuras 63, 64, 65 e 66).

**Figura 61. Rua Eduardo Vidal (Célula 2):
canteiro frontal**

Fonte: Elaboração própria



**Figura 62. Rua Afonso Lopes Vieira (Célula 1):
canteiro frontal**

Fonte: Elaboração própria

**Figura 63. Rua Afonso Lopes Vieira (Célula 1):
canteiro frontal**

Fonte: Elaboração própria



**Figura 64. Rua Afonso Lopes Vieira (Célula 2):
canteiro frontal**

Fonte: Elaboração própria

**Figura 65. Rua Afonso Lopes Vieira (Célula 1):
canteiro frontal**

Fonte: Elaboração própria



**Figura 66. Rua Branca de Gonta Colaço (Célula
2): canteiro transformado em estacionamento**

Fonte: Elaboração própria

Problemas relacionados com a falta de civismo dos utilizadores do espaço público

“As condições ambientais são de grande importância na percepção que a população tem de uma determinada área e, em consequência disso, do comportamento que tem perante ela. Se uma área lhe é agradável frequenta-a mais, tornando-a mais segura, e tendo mais cuidado na sua preservação. Pelo contrário, se lhe é desagradável tenderá a assumir comportamentos hostis, nomeadamente ao nível da limpeza e conservação, que irão reforçar a sensação de insegurança na comunidade” (Moreira, 2007: 121-122).

Os problemas do espaço público derivado da falta de civismo dos seus utilizadores são constantes no bairro. A primeira situação corresponde aos dejetos caninos, que podem ser encontrados nos passeios como nos logradouros, sendo este problema muito comum na cidade de Lisboa. Outro aspeto que revela uma ausência de um sentido cívico, neste caso, causado pelos residentes, diz respeito ao depósito indiscriminado de resíduos (Figuras 67, 68 e 69) em pontos específicos das duas células e de forma persistente, sobretudo na Célula 1, e os quais já foram identificados nas Figuras 45 e 46. Existe ainda um caso crítico da acumulação de resíduos num logradouro privado (Figura 70).

Dos resíduos encontrados nos pavimentos, é possível observar resíduos domésticos, orgânicos, de construção e demolição e ainda resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos. Este sem dúvida é um dos problemas que ocorre sem justificação aparente, uma vez que a própria Câmara Municipal de Lisboa, disponibiliza um serviço gratuito de recolha de resíduos⁷.

**Figura 67. Rua Antónia Pusich (Célula 1):
resíduos depositados indiscriminadamente**

Fonte: Elaboração própria



**Figura 68. Passagem entre a Rua João Lúcio
e Rua Branca de Gonta Colaço (Célula 1):
resíduos depositados indiscriminadamente**

Fonte: Elaboração própria

⁷ in <http://www.cm-lisboa.pt/viver/higiene-urbana/recolha-de-residuos/residuos-especiais> (acedido em 7 agosto 2015).

Figura 69. Passagem entre Rua Antónia Pusich e o logradouro poente da Rua Fausto Guedes Teixeira (Célula 1): resíduos depositados indiscriminadamente

Fonte: Elaboração própria

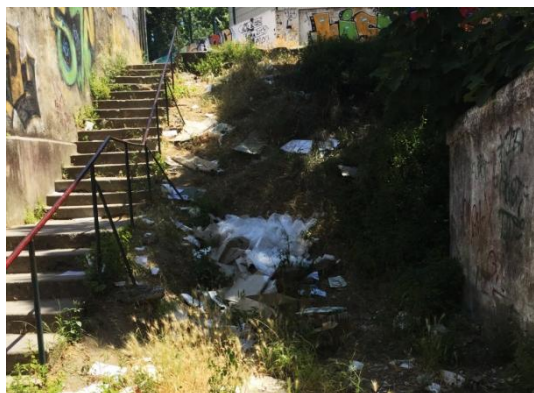


Figura 70. Logradouro nascente da Rua Camilo Pessanha (Célula 1): acumulação de resíduos em logradouro privado

Fonte: Elaboração própria

Segundo o portal "Na Minha Rua" onde os munícipes de Lisboa podem participar as ocorrências na via pública, em habitação e equipamentos municipais que necessitem da intervenção da Câmara Municipal de Lisboa ou das Juntas de Freguesia, foi possível verificar que o tipo de acontecimentos com mais frequência está relacionado com a higiene urbana e animais (Figura 71).

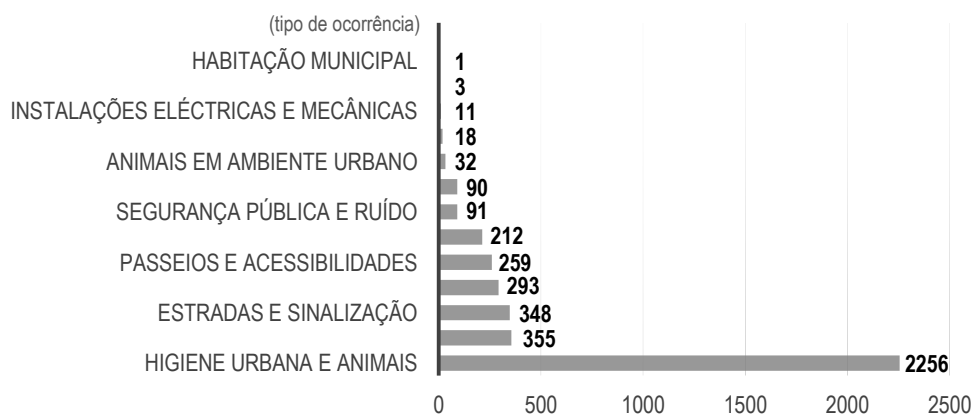


Figura 71. Ocorrências nas Células 1 e 2 mencionadas no portal “Na Minha Rua”

(ocorrências mencionadas entre maio de 2012 a junho de 2015)

Fonte: Dados fornecidos pela Unidade de Intervenção Territorial Centro (CML). Elaboração própria

Por último dos problemas identificados e ocasionados pela falta de zelo dos utilizadores do espaço público do bairro evidenciam-se atos de vandalismo, mais especificamente o pichar de muros e paredes ao longo das passagens pedonais entre os logradouros e arruamentos (Figuras 72 e 73). Estes atos para além de denegrir a imagem do bairro conduzem à sensação de insegurança.

Figura 72. Passagem entre a Rua Fernando Caldeira e as traseiras da Escola Básica de Santo António (Célula 1): paredes pichadas

Fonte: Elaboração própria



Figura 73. Rua Castelo Branco Chaves: paredes pichadas

Fonte: Elaboração própria

Aspetos positivos de uso atribuído aos logradouros

Existem bons exemplos de gestão e uso destes espaços, em específico na Célula 2. O primeiro caso vai ao encontro da situação encontrada no logradouro entre a Rua Branca de Gonta Colaço e a Rua Fernando Caldeira, mais propriamente em frente da Associação de Moradores do Campo Grande. No referido logradouro foi construída uma passagem pedonal por iniciativa de quatro residentes em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa e a já extinta Junta de Freguesia do Campo Grande, estando a manutenção e limpeza deste espaço assegurada por dois residentes (Figuras 74 e 75). Esta iniciativa permite que a salubridade do logradouro esteja salvaguardada, e que a sua passagem pedonal seja utilizada e que ofereça uma certa organização ao logradouro.

Entretanto não pode ser esquecido que existem ocupações não autorizadas em redor da passagem, muitas das quais em bom estado de manutenção e esteticamente aprazíveis, sendo preferível este tipo de ocupação às situações caóticas encontradas noutros logradouros (Figuras 76 e 77).

Figura 74. Passagem interior no logradouro entre a Rua Branca de Gonta Colaço e a Rua Fernando Caldeira (Célula 2)

Fonte: Elaboração própria



Figura 75. Passagem interior no logradouro entre a Rua Branca de Gonta Colaço e a Rua Fernando Caldeira (Célula 2)

Fonte: Elaboração própria

Figura 76. Ocupação no logradouro entre a Rua Branca de Gonta Colaço e a Rua Fernando Caldeira (Célula 2): ocupação irregular

Fonte: Elaboração própria



Figura 77. Ocupação no logradouro entre a Rua Branca de Gonta Colaço e a Rua Fernando Caldeira (Célula 2): ocupação irregular

Fonte: Elaboração própria

O outro caso de sucesso de utilização, corresponde ao logradouro entre a Rua Florbela espanca e a Rua Alberto de Oliveira. Este logradouro é ocupado por uma praça pública, parque infantil, campo de jogos, o Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus e a Academia de Seniores que potenciam o convívio da população, bem como a realização de festas e atividades lúdicas para o usufruto da mesma (Figuras 78 e 79). Toda esta ocupação vai contra a projeção inicial do bairro, muito em particular no que respeita à impermeabilização do solo, mas que na verdade são ocupações que traduzem um sentido de pertença e identidade coletiva do bairro e que estimulam a revitalização do espaço público.

Figura 78. Passagem pedonal no logradouro nascente da Rua Florbela Espanca (Célula 2)

Fonte: Elaboração própria



Figura 79. Praça pública no logradouro nascente da Rua Florbela Espanca (Célula 2)

Fonte: Elaboração própria

9. Programa de intervenção integrada

A intervenção preconizada para os logradouros do Bairro de Alvalade está a ser planeada em conjunto pela Câmara Municipal de Lisboa, a Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa e a Junta de Freguesia de Alvalade. O desenvolvimento do programa atual pressupõe a colaboração de vários departamentos da CML, para fornecimento de dados e para o desenvolvimento de estudos e projetos, a distribuição de tarefas e a partilha de responsabilidades entre as diversas entidades, bem como a partilha dos encargos na execução da obra. A intervenção contém um diagnóstico baseado na perceção dos valores identitários do espaço público por parte dos atores; é através da sua relação com os atributos do espaço que se constrói a imagem do lugar, seja de forma positiva ou negativa, o que influencia diretamente o seu desenvolvimento económico e social.

Para uma melhor e mais ampla integração da comunidade local na intervenção, o programa procura tirar partido do potencial das entidades locais, conhecedoras da população residente, para ações de sensibilização, divulgação e parcerias específicas para determinados assuntos.

Intervenção no espaço exterior

A intervenção para os espaços exteriores das Células 1 e 2, especificamente para os interiores dos seus quarteirões, corresponderá a delineação de espaços de uso misto, coletivo e de usufruto comunitário. Para tal, o programa deve considerar o estacionamento automóvel, áreas de infiltração e depuração de águas, hortas pedagógicas, áreas de recreio informal, zonas de estadia e convívio entre vizinhos, zonas de ensombramento e clareiras, idealizadas especialmente para usufruto da população residente, onde seja possível existir uma maior intimidade/sensação de pertença do que nos demais espaços públicos.

Quanto aos espaços públicos tradicionais existentes (praças, largos, jardim da escola, jardim da biblioteca) devem ser exercidas atividades complementares e focadas nas escolas e nas associações locais e não tanto em grupos restritos de residentes.

Intervenção no edificado

Simultaneamente com a intervenção no espaço público municipal é proposta uma ação junto dos residentes e dos proprietários, com o objetivo de diminuir a ocupação ilegal e deteriorada, substituindo-a por algo com melhor aproveitamento, de preferência para usufruto da comunidade. Deverá existir incentivo à reconversão, demolição ou ainda legalização das

ocupações ilegais, dependendo das características das mesmas e da sua adequação/barreira ao desenvolvimento do projeto camarário para os espaços públicos.

Ainda, caso esta ação seja devidamente concertada com a EMEL, a obtenção de um título de residente e consequente permissão para estacionar deveria ser dependente da não detenção, por determinado residente, de ocupações ilegais. Esta é uma oportunidade que as entidades públicas podem aproveitar para repor a legalidade e melhorar as condições de fruição do espaço público, para todos os residentes e não apenas para aqueles que construíram o seu anexo e consequentemente colocam em causa a igualdade de oportunidades em relação aos demais residentes.

Paralelamente deverá ser realizado o levantamento do estado de conservação do edificado, com vista à sensibilização para a recuperação dos prédios degradados, adjacentes às áreas intervencionadas.

Dinamização local

Com vista a uma certa dinamização económica e comercial do bairro, com atividades vocacionadas para o pequeno comércio ainda existente em algumas áreas, poderá ser elaborada uma análise da ocupação ao nível do piso térreo dos edifícios com o objetivo da respetiva legalização ou incentivo à melhoria de condições do mobiliário das esplanadas e outras ocupações de via, diversificação de produtos e outras atividades benéficas para a vivência equilibrada do espaço público deste bairro.

Intervenção de âmbito comunitário

Tratando-se de um bairro com muita população sénior, é importante que esta população alvo sugere propostas de ocupação do espaço que permita a integração desta classe etária, com especial enfoque para a promoção de acessibilidade a pontos de convívio social, bem como atenção à mobilidade pedonal e mobilidade reduzida. Outra forma de integrar a população idosa e para esta seja uma mais valia, seria interessante promover os “zeladores de bairro” (Anexo 12), no qual residentes selecionados teriam como função rondar o bairro e alertar a polícia e a autarquia para os casos em que fosse necessária a sua intervenção. Ainda poderia ser aplicado o projeto “Senioritas”⁸ em que os idosos que passam os seus dias à janela funcionariam como câmaras de vigilância humanas (Figuras 80 e 81).

⁸ in <https://projectoeva.wordpress.com/2010/07/05/intervencao-senioritas/> (acedido em 12 agosto 2015).

Figura 80. Placar do Projeto “senoritas”

Fonte: in <https://projectoeva.wordpress.com/2010/07/05/intervencao-senioritas/> (acedido em 12 agosto 2015)



Figura 81. Idosa a colaborar para o Projeto “senoritas”

Fonte: in <https://projectoeva.wordpress.com/2010/07/05/intervencao-senioritas/> (acedido em 12 agosto 2015)

Tendo em consideração a frutífera colaboração, na recente intervenção nos jardins da Biblioteca dos Coruchéus, bem como as atividades culturais e lúdicas que a equipa responsável por este equipamento passou a promover, desde a sua instalação neste bairro (2013), este será certamente um “parceiro” privilegiado.

No âmbito da intervenção integrada pretendida para os logradouros foi realizada uma sessão pública à população onde se apresentou a análise e o diagnóstico para a área de intervenção. Foram ainda transmitidas algumas das intenções previstas, para ouvir a população, na tentativa de conseguir obter algum compromisso com as opções que as entidades preconizam para o espaço.

10. Proposta de intervenção

Para uma proposta de intervenção no Bairro de Alvalade, Células 1 e 2, é importante que esteja em consonância com os compromissos designados na Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024, sobretudo no que diz respeito a Lisboa enquanto uma cidade de bairros. “ O bairro deve ser a unidade estruturante, no espaço e no tempo, definidor do orgulho e do prazer da cidadania. O cidadão deve gostar de viver e/ou trabalhar no seu bairro. Nos bairros a mobilidade deve ser essencialmente pedestre. Por esse motivo os bairros devem ter uma escala humana, não excedendo a dimensão espacial das cidades medievais. A ligação dos bairros, em rede, deve ser complementada por transportes coletivos regulares, frequentes, limpos e silenciosos. As ruas deverão ser desenvolvidas para os “peões” – ruas pedonais e praças no centro de cada bairro. É também importante que a intervenção tenha em conta a proteção dos espaços interiores do bairro – “os logradouros interiores dos quarteirões, os quintais das cidades, porque são indispensáveis para três coisas – infiltração da água, para alimentar os lençóis freáticos; criar um solo permeável e bioporoso, que cria um refrigerante no Verão, diminuindo a secura estival; e a vegetação, muito importante porque quanto mais densa for, mais CO₂ nós mandamos para a atmosfera, e daí a importância dos quintais. E ainda há a questão da absorção das poeiras. Se não houver terrenos porosos e vegetação, as poeiras vão-se acumulando sobre a cidade e quando vem a inversão de temperaturas, as poeiras descem e depositam-se no chão. Se o chão for vegetação ou terra, as poeiras são absorvidas, se não for, voltam a levantar-se e o ar fica irrespirável, uma porcaria” (Gonçalo Ribeiro Telles, entrevista Público, 2003).

A intervenção proposta vai de encontro aos comentários de Ribeiro Telles, tendo como principal objetivo a requalificação do espaço público de lazer, em que determinados casos contemplam acesso e estacionamento de veículos ligeiros e outros são exclusivamente pedonais pelo que são classificadas como:

Requalificação do espaço público de lazer com estacionamento, hortas e zonas de estadia, em que o exemplo é dado pelo projeto apresentado para o logradouro entre a Av. Afonso Lopes Vieira e a Rua Branca de Gonta Colaço na Célula 1 (Anexo 13). Neste local é proposta a implementação de muretes em toros de madeira para sustentar as terras e clarificar os limites de propriedades, a delimitação de lugares de estacionamento exclusivo para moradores sobre as árvores existentes, a manutenção das hortas presentes, ainda que em terreno municipal, bem como a demarcação de uma área de

estadia pública, com eventual equipamento (iluminação, bancos, papelerias, entre outros).

Requalificação do espaço público de lazer exclusivamente pedonal, cujo espaço corresponde ao logradouro estreito e comprido, situado nas traseiras da escola básica de Santo António da Célula 1 (Figura 82), e que articula uma série de outros espaços, servindo de percurso de ligação entre eles. Pela exiguidade e pelas características fechadas deste espaço, determinadas pelo muro da escola, não deverá ser permitido qualquer tipo de acesso a veículos.

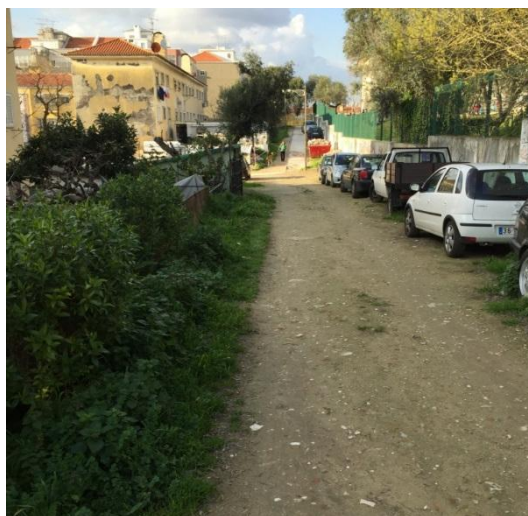


Figura 82. Logradouro nas traseiras da Escola Básica de Santo António (Célula 1)

Fonte: Elaboração própria

Implementação de estacionamento tarifado de média e longa duração, em áreas com potencialidade para estacionamento pela sua forma, declive, facilidade de acesso, onde serão implementados o maior número possível de lugares de estacionamento, sem que estes prejudiquem os usos atuais existentes nos terrenos privados, com o devido enquadramento paisagístico, utilizando tipo de pavimentos compatíveis e formas de sustentação das terras e assegurando a drenagem das águas, sempre tendo como objetivo a requalificação do logradouro em causa (Anexo 14).

Demolição ou legalização de construções precárias, de acordo com o maior ou menor constrangimento que causam à utilização pública de lazer, que se pretende para o espaço. Esta intervenção pressupõe uma negociação entre a Câmara Municipal de Lisboa e os moradores no sentido que, embora em terreno público, muitas destas

ocupações existem há décadas e alguns responsáveis pela sua construção alegam ter autorização.

Foram classificadas como “a manter” as áreas que atualmente são utilizadas pela Associação de Moradores do Campo Grande e pelo clube dos Coruchéus, precisamente pelo uso coletivo do espaço que já se verifica, embora as condições de utilização não sejam ideais (Figura 83). Numa fase mais avançada da intervenção deverão também ser alvo de requalificação.

De acordo com o princípio da hierarquização viária, pressuposto da construção deste bairro, ao longo de todas as ações de requalificação dos espaços deverá sempre ser tida em consideração a promoção do percurso pedonal de ligação entre as células e dentro das células, através da requalificação do espaço canal onde este se insere.

Devido à extensão da área de intervenção e a sua dispersão por diversos subespaços tornou-se necessário atribuir prioridades de intervenção a cada logradouro e definir um faseamento para as diferentes tarefas e ações, estudos, programas, empreitadas e obras.



Figura 83. Proposta de intervenção para as Células 1 e 2

Fonte: Elaboração própria, apoiada pela Arquiteta paisagista Helena Barros Gomes

11. Prioridades de intervenção

Foram utilizados os seguintes critérios para a definição das prioridades de intervenção:

- necessidade de criação de estacionamento complementar, face ao número de residentes, número de alojamentos em confronto com os lugares ordenados disponíveis nos arruamentos;
- análise da potencialidade de estacionamento pela EMEL;
- análise detalhada de cada área aferindo a viabilidade efetiva;
- continuidade/ contiguidade/ complementaridade entre áreas de intervenção;
- análise cadastral e outros constrangimentos;
- ocupação atual do solo;
- semelhança entre o tipo de trabalhos a executar, passíveis de serem incluídos numa mesma empreitada.

Prioridades de intervenção recomendadas

1. O logradouro com acesso pela Rua Lins do Rego, correspondendo maioritariamente a uma área murada, com acesso por portão, classificado como solo municipal. Este espaço estava a ser utilizado ultimamente pela Câmara Municipal de Lisboa e atualmente encontra-se disponível. Devido a esta característica é sugerido que este espaço seja intervencionado em primeiro lugar. Para tal foi já elaborado, pelo Núcleo de Apoio Técnico da Unidade de Coordenação Territorial, o respetivo levantamento topográfico, à escala 1/200.

Por se tratar de uma área contígua e complementar e cuja diminuta área limita as opções de utilização, deverá ser intervencionada em conjunto com a área nas traseiras da Escola Básica Sto. António. Este espaço tem uma forma alongada, pelo que a sua maior potencialidade é ser gerador de ligação entre diferentes ruas e com características para ser um percurso pedonal;

2. Os dois logradouros com acesso pela Rua Afonso Lopes Vieira (Célula 1), com entradas localizadas frente a frente. É recomendado a implantação de estacionamento bem como áreas complementares de infiltração de águas e de aproveitamento hortícola (parcialmente existente);

3. O logradouro com acesso pela Rua Afonso Lopes Vieira (Célula 2) pois encontra-se com acesso facilitado, permitindo a realização do levantamento topográfico;

4. As áreas complementares aos logradouros referidos nos pontos anteriores devem ser utilizadas preferencialmente para hortas organizadas e espaços comunitários maioritariamente verdes e permeáveis;

5. Os logradouros maioritariamente ocupados por construções privadas, pelo estado de degradação, elevada quantidade de ocupações ilegais, ocorrência de atividades ilícitas e falta de segurança;

6. O logradouro da Rua António Patrício, o qual foi anteriormente alvo de um programa de intervenção de limpeza e gestão do espaço e que não se concretizou, por dificuldades operacionais e de indisponibilidade dos moradores, mas que permanece nas mesmas condições de insalubridade.

7. O logradouro poente da Rua Antónia Pusich com uma área maioritariamente livre, passível de ser organizado e requalificado.

Os restantes logradouros não referidos nesta síntese de prioridades de intervenção são constituídos por terrenos, cujos limites para uma possível intervenção são difíceis de definir porque estão muito comprometidos por construções ilegais, tais como barracas, garagens, oficinas ou porque foram vedados para utilização hortícola ou apenas por razões de segurança, dificultando e até mesmo inviabilizando o acesso para realização da análise e do diagnóstico.

Para uma melhor perceção das prioridades de intervenção, a Figura 84 evidencia o faseamento das intervenções prioritárias.



Figura 84. Faseamento de intervenção para as Células 1 e 2

Fonte: Elaboração própria, apoiada pela Arquiteta paisagista Helena Barros Gomes

12. Inquéritos aos utilizadores do espaço público do bairro

Para esta investigação, foi decidido realizar questionários aos utilizadores do espaço público das Células 1 e 2 do Bairro de Alvalade, para que este fosse um complemento de auxílio à intervenção preconizada para os logradouros. O questionário foi estruturado com questões abertas, fechadas e semiabertas (Anexo 15) e este método foi utilizado pela vantagem que apresenta na sistematização na fase de recolha de informação e a facilidade com que se efetuam apuramentos. Os questionários foram presenciais e realizaram-se entre o dia 26 de maio e 25 de junho de 2015 a um total de 200 indivíduos nas diversas ruas das Células 1 e 2.

Dos 200 indivíduos inquiridos, 86 pertencem ao sexo masculino e 114 ao feminino. Os grupos etários mais representativos correspondem aos 36-55 anos e aos 56-75 anos e a escolaridade com maior destaque vai para o ensino secundário e ensino universitário (Quadro 7).

Quadro 7. Idade e escolaridade dos inquiridos

	Escolaridade					Total
	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino secundário	Ensino Universitário	
Menos 18	0	2	6	0	2	10
19-35	0	0	4	6	28	38
Idade (anos) 36-55	2	6	20	22	28	78
56-75	14	6	9	11	8	48
76 ou +	16	4	2	4	0	26
Total	32	18	41	43	66	200

Fonte: Elaboração própria

Segundo a empregabilidade da população inquirida (Quadro 8), é possível constatar que a maior parte é empregada, com 134 indivíduos, contra 50 reformados e 11 desempregados. Pela classificação nacional de profissões e pelas profissões mencionadas, os Técnicos e Profissionais de nível intermédio e Pessoal dos Serviços e Vendedores são os mais representativos, justificado pelo elevado número de locais de trabalho relacionado com serviços em redor das Células 1 e 2.

Quadro 8. Empregabilidade e profissão dos inquiridos

Profissão (classificação)	Empregabilidade				Total
	Empregado	Desempregado	Reformado	Não respondeu	
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	0	0	6	0	6
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	10	0	2	0	12
Técnicos e Profissionais de nível intermédio	41	0	16	0	57
Pessoal Administrativo e Similares	17	0	4	0	21
Pessoal dos Serviços e Vendedores	24	3	4	1	32
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	2	0	2	0	4
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	7	0	0	0	7
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	5	2	0	0	7
Trabalhadores não qualificados	10	6	14	0	30
Estudante	18	0	0	0	18
Não respondeu	0	0	2	4	6
Total	134	11	50	5	200

Fonte: Elaboração própria

Quanto à residência dos inquiridos, 94 residem no bairro, mais propriamente nas Células 1 e 2, enquanto 106 residem noutras áreas da cidade de Lisboa e até mesmo em municípios circundantes (Figura 85). Isto vem demonstrar que o bairro tem um enorme fluxo de movimentos pendulares por parte de não residentes, sobretudo por motivos laborais e pelo estímulo à utilização de automóveis que o estacionamento gratuito nas células proporciona.

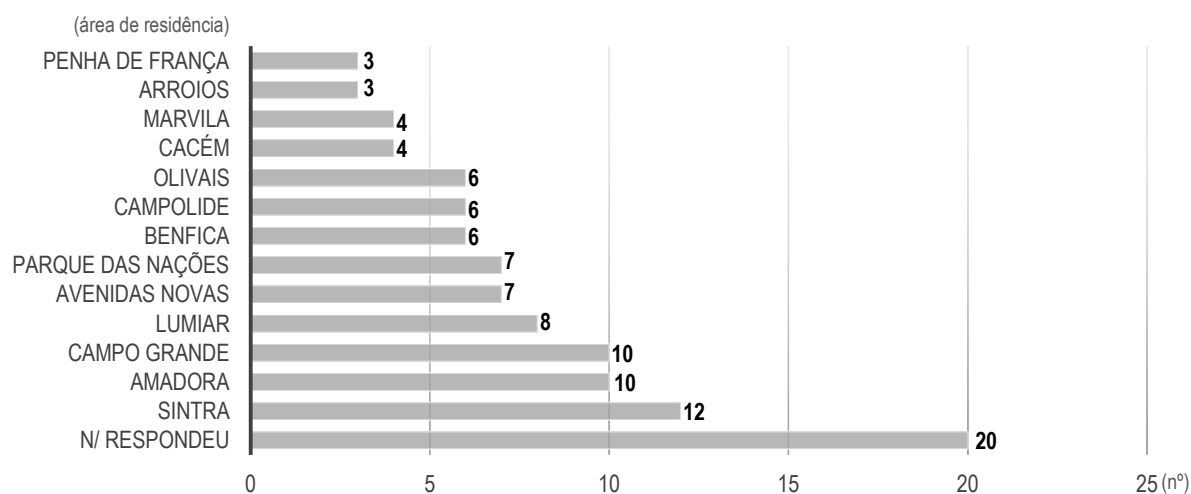


Figura 85. Área de residência dos inquiridos não residentes nas Células 1 e 2

Fonte: Elaboração própria

Na Figura 86, verifica-se o piso de residência dos inquiridos residentes nas Células 1 e 2, se associa aos pisos inferiores, o que pode transmitir a ideia de que quanto mais os indivíduos residam nos andares inferiores, maior a predisposição às deslocações ao espaço público. Destes 94 residentes, 52 moram no bairro há mais de 20 anos (Figura 87) e os principais motivos referidos que justificam o residir no bairro vão desde a localização central em relação à cidade de Lisboa, o preço acessível da habitação, a existência de familiares no bairro, o facto de ter nascido no bairro, a tranquilidade da área e a oferta de equipamentos, transportes, comércio e serviços. É notória a satisfação por residir no Bairro de Alvalade.

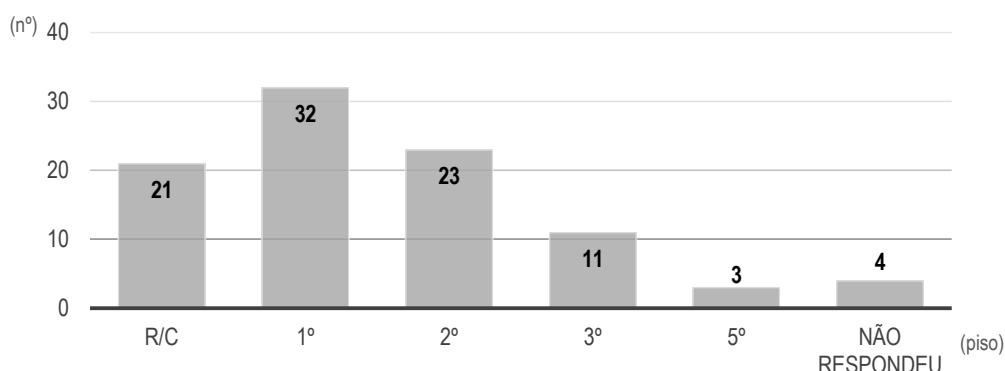


Figura 86. Piso de residência dos inquiridos residentes nas Células 1 e 2

Fonte: Elaboração própria

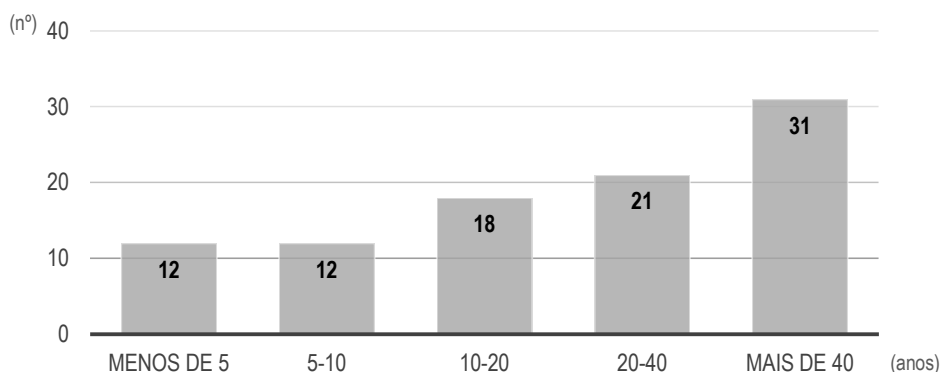


Figura 87. Tempo de residência dos inquiridos residentes nas Células 1 e 2

Fonte: Elaboração própria

Na questão relacionada com a frequência do espaço público e no total dos 200 inquiridos, 178 indivíduos afirmam frequentar o espaço público do bairro e 22 dizem que não têm o hábito de deslocar-se a este. Dos locais públicos mais aludidos, são o Jardim do Campo Grande, os Coruchéus e os diversos arruamentos, principalmente a Avenida da Igreja (Figura

88). Os inquiridos referiram que têm por hábito utilizar estes espaços por questões de lazer, como a deslocação a cafés, restaurantes, convívio ou simplesmente passear, dirigir-se aos estabelecimentos comerciais para realizar compras, passear o cão, praticar atividades desportivas e estacionar. Estas questões (6 e 6.1) revelaram-se difíceis para os inquiridos, uma vez que muitos destes perguntavam o que estava implícito ao conceito de espaço público. Esta questão é interessante pois remete para a ausência de opinião sobre o entendimento de espaço público que, ao ser ignorado, se torna inexistente para determinados utilizadores. Muito provavelmente esta questão explica para a indevida apropriação do mesmo em Alvalade.

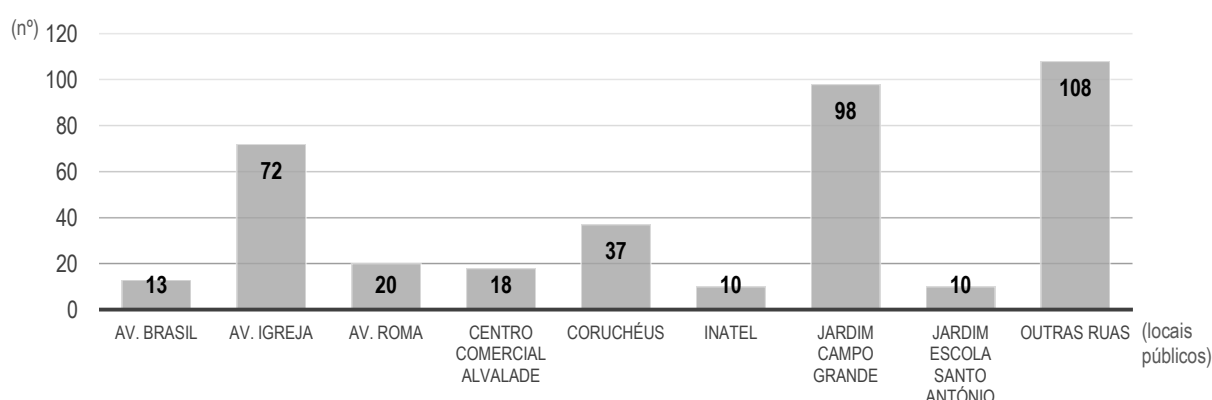


Figura 88. Locais públicos do Bairro de Alvalade que os inquiridos têm por hábito frequentar

Fonte: Elaboração própria

Os inquiridos que se pronunciaram sobre esta questão referem que o espaço público do bairro apresenta diversos aspetos positivos, sobretudo pela existência de espaços verdes, a segurança e a tranquilidade (Figura 89). Para os aspetos negativos (Figura 90), é evidente a insatisfação com a falta de estacionamento e o estacionamento abusivo. É referido que o tema do estacionamento é sazonal, registando melhorias na época de verão, quando muitos indivíduos vão de férias e deixam de utilizar o bairro para estacionamento, bem como a redução de poeira provocada nos logradouros e ainda é indicado a falta de exemplo por parte de muitos funcionários públicos que estacionam de forma abusiva ou dentro dos logradouros.

Outro aspeto referido diversas vezes diz respeito aos passeios, sendo afirmado que muitos dos pavimentos se encontram em mau estado dificultando a circulação pedonal, bem como a questão das passadeiras elevadas com calçada, que passaram a ser utilizadas para estacionamento desordenado.

Os seguintes aspetos, como o lixo, a falta de limpeza e manutenção dos espaços verdes, são indicados como problemas causados pela falta de civismo dos cidadãos e pela falta de eficiência dos organismos públicos, principalmente no que diz respeito à lavagem das ruas, bem como a falta de limpeza das sarjetas ou a má execução de limpeza das mesmas.

Para a questão do lixo, alguns residentes afirmam o facto de terem sido retirados os ecopontos de maior volume na Rua Largo Lins do Rego/ Rua Afonso Lopes Vieira aquando da alteração para os ecopontos porta a porta e que associado ao excesso de produção de lixo por parte dos residentes do edifício, não é possível colocar todo o lixo num só ecoponto. O aspeto negativo relacionado com o ruído provocado pelos aviões, e os quais foram uma perturbação à realização dos inquéritos é ainda relacionado com a poluição. Este problema tem sido crescente devido à maior afluência de tráfego aéreo. Foi referido a questão do asfalto, em alguns casos pelos buracos, e em outras situações pela elevação do asfalto ao nível dos passeios, o que conduz a inundação dos passeios em determinadas áreas.

Os problemas de insegurança são atribuídos aos ciganos provenientes do Bairro das Murtas e à escassez de policiamento. Alguns comerciantes inquiridos afirmaram um absurdo o valor que pagam por taxas municipais, pelo que não compreendem o estado de degradação do espaço público. Contudo o negativismo apresentado em relação ao espaço público do bairro pode ficar a dever-se a uma maior exigência associada a expectativas realizadas ou à dissonância entre as condições privilegiadas em que residem e os problemas que na sua generalidade a cidade de Lisboa implica, como a circulação e as acessibilidades (Casanova, 2001). Dos aspetos negativos do espaço público, os inquiridos referem que os principais responsáveis são os cidadãos, seguidos da Câmara Municipal de Lisboa (Figura 91), resultado que vai de encontro com os resultados obtidos pelo estudo de Casanova, relacionado com a degradação do ambiente urbano em Lisboa, no qual os cidadãos são considerados os principais responsáveis pela deterioração, seguidos das câmaras municipais.

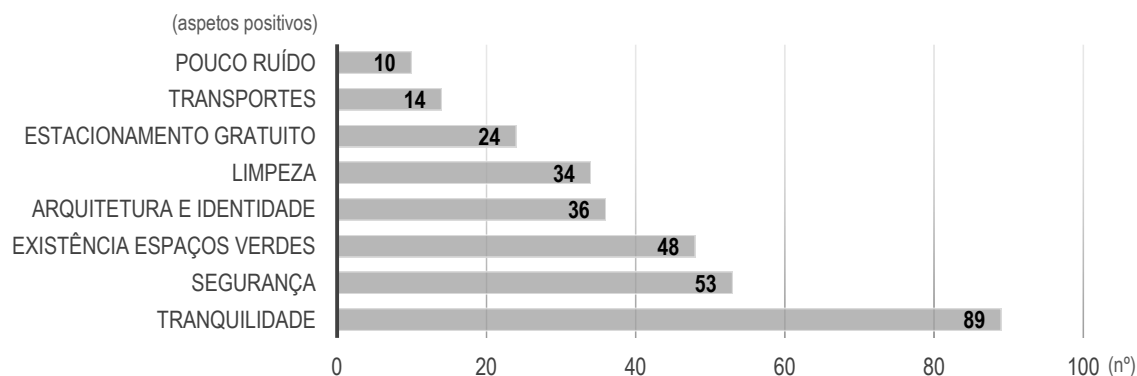


Figura 89. Aspectos positivos do Bairro de Alvalade mencionados pelos inquiridos

Fonte: Elaboração própria

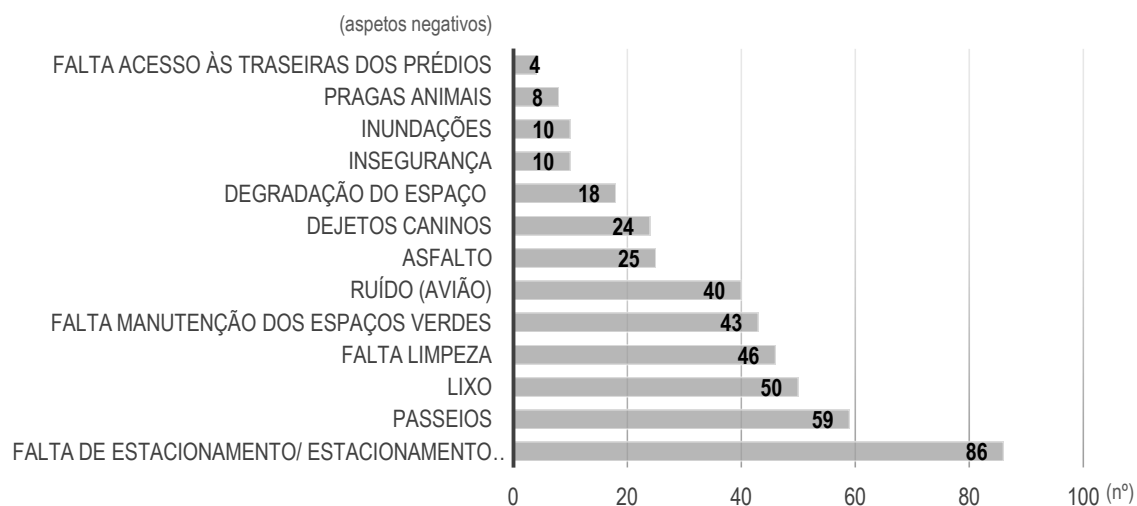


Figura 90. Aspectos negativos do Bairro de Alvalade mencionados pelos inquiridos

Fonte: Elaboração própria

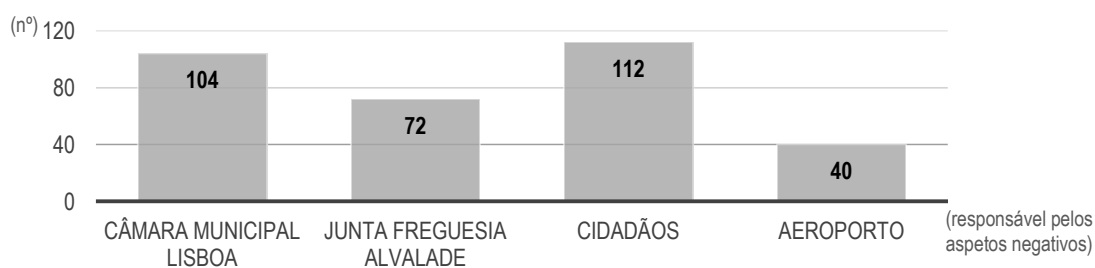


Figura 91. Responsáveis pelos aspectos negativos do Bairro de Alvalade mencionados pelos inquiridos

Fonte: Elaboração própria

Na questão relacionada com a reorganização administrativa de Lisboa, 154 indivíduos afirmam ter conhecimento desta, enquanto 46 dizem não ter qualquer conhecimento. Na questão seguinte, onde é perguntado acerca do conhecimento dos novos limites territoriais da freguesia de Alvalade (Quadro 9), a maior parte dos inquiridos afirma não conhecer os limites da “nova” freguesia de Alvalade, o que revela a falta de interesse ou a ausência de informação sobre o assunto, sobretudo para com os residentes do bairro.

Quadro 9. Concorda com os limites da Freguesia de Alvalade

Fonte: Elaboração própria

		Concorda com os limites da Freguesia de Alvalade			Total
		Sim	Não	N/ sabe	
Residência no bairro	Sim	34	6	54	94
	Não	32	1	73	106
Total		66	7	127	200

Os inquiridos foram ainda interrogados acerca da transferência de competências para as Juntas de Freguesia, no qual 112 tem conhecimento da transferência de competências e 88 afirma não estar dentro do assunto. Para a qualidade do espaço público do bairro, os inquiridos na sua generalidade, afirmam não se terem apercebido de impacto na qualidade do espaço advindo das alterações de competências e da reorganização territorial da cidade (Figura 92).

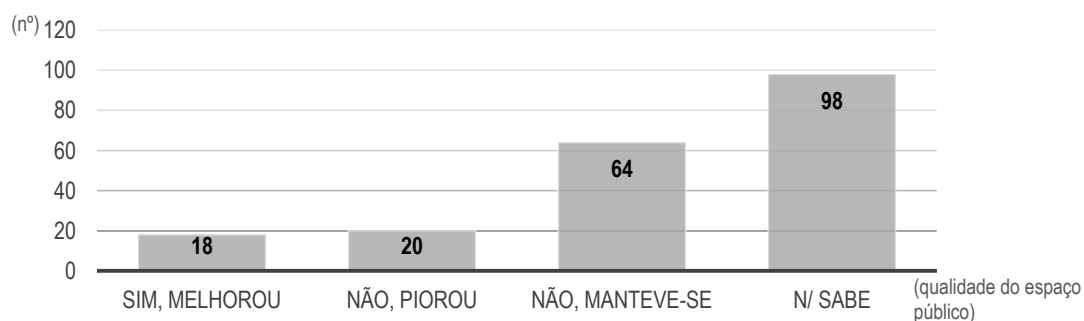


Figura 92. Impacto da transferência de competências na qualidade do espaço público do bairro

Fonte: Elaboração própria

Acerca do projeto de requalificação dos logradouros, apenas 39 inquiridos ouviram falar da intervenção, e 161 afirmam não ter conhecimento do projeto, mas demonstraram interesse e satisfação para que aqueles espaços venham a ser intervencionados. Para o tipo de intervenções propostas (Figura 93), os inquiridos revelaram-se menos satisfeitos com o estacionamento organizado, em que afirmam ser contra o pagamento deste e que a aplicação de

tarifa pode colocar em risco o comércio local. Outro tipo de intervenção necessária referida pelos inquiridos, foi a construção de campo de jogos, um parque de *skate* e percursos para bicicletas. É também referido a preocupação pela intervenção nos logradouros, devido ao possível surgimento de conflitos pela demolição de construções e estruturas não autorizadas.

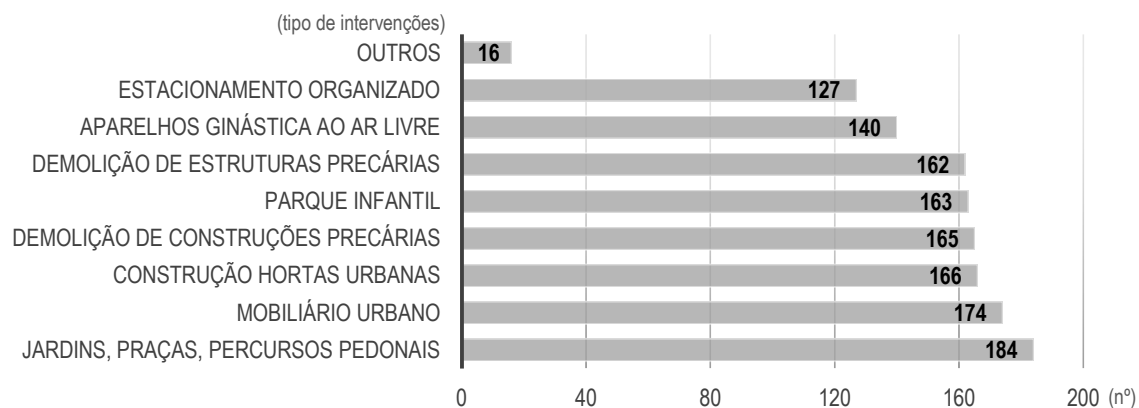


Figura 93. Intervenções e equipamentos necessários para os logradouros das Células 1 e 2, segundo os inquiridos

Fonte: Elaboração própria

O último grupo de questões exclusivas aos residentes do bairro, em primeiro lugar perguntava se o inquirido conhece os limites da área do logradouro adjacente ao seu prédio, 84 responderam sim e 10 afirmaram não saber. Na seguinte questão, em que era pretendido saber se o inquirido possui algum tipo de ocupação no logradouro, mais de metade indicou que não, tendo-se verificando muita hesitação em responder a esta questão (Figura 94). É de referir que o questionário possuía a questão 9.4 dirigida ao inquirido que tivesse uma ocupação no logradouro, a qual perguntava se estaria disposto a abdicar dessa ocupação a favor da criação de uma área de estacionamento ou uma horta. Entretanto esta questão foi retirada do inquérito por implicar controvérsia por parte de alguns inquiridos, que se sentiram ou que se sentem na iminência de perder as suas ocupações, tendo afirmado que pagaram à Câmara Municipal de Lisboa para terem a autorização de construção.

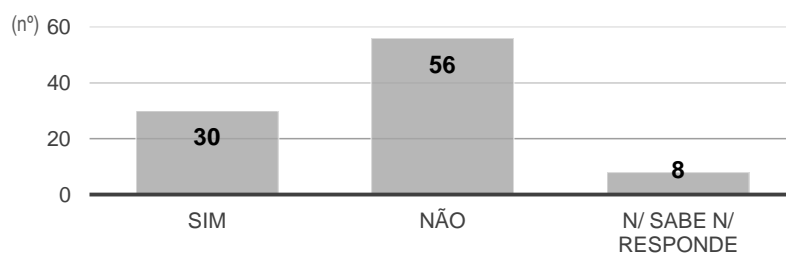


Figura 94. Ocupações nos logradouros por parte dos inquiridos residentes no bairro

Fonte: Elaboração própria

Num breve confronto entre as propostas de intervenção com algumas das respostas obtidas nos inquéritos realizados aos utilizadores do espaço público do bairro, verifica-se claramente uma resistência na introdução do estacionamento organizado, devido à taxação do mesmo. Das intervenções preconizadas, é também visível alguma relutância para a demolição de determinadas construções e estruturas precárias, o que revela a necessidade de realizar mais sessões de esclarecimento com a população antes de qualquer intervenção no território. É de salientar, que os problemas identificados no espaço público das Células 1 e 2 vão de encontro aos principais aspetos negativos mencionados pelos inquiridos. O planeamento participativo pressupõe uma interação entre os habitantes do bairro e as entidades administrativas, o que neste caso existe, mas numa fase tardia do processo. Neste contexto, fará sentido que as propostas de intervenção sejam feitas com os residentes, implicando o seu envolvimento em fases mais iniciais do processo.

CONCLUSÃO

O Plano de Urbanização de Alvalade foi sem dúvida um dos maiores êxitos do planeamento urbano da cidade de Lisboa. Devido às lógicas de evolução das cidades através da evolução económica e social, e da utilização do automóvel, o Bairro de Alvalade é claramente prejudicado pela afluência diária de automóveis que contribuem para a descaracterização do espaço e a utilização indevida do mesmo, bem como a indefinição de uma entidade gestora dos logradouros/espaço público do bairro ao longo do tempo.

Outro problema generalizado do bairro, especificamente das Células 1 e 2, resulta da apropriação dos logradouros por parte dos moradores para o seu próprio benefício, para a construção de garagens, arrecadações, depósito de detritos, construção de barracas, entre outros, e acumulação excessiva de material vegetal por falta de manutenção, conduzindo à perda de espaço público e a um sentido de insegurança devido à deterioração do espaço, e a outros riscos, como a propagação de incêndios e de pragas animais. Este comportamento de apropriação indevida é sem dúvida resultado da falta de valorização do espaço público por parte dos seus utilizadores e claramente o resultado da ausência de fiscalização destes espaços, tendo permitido os abusos que assolam este território. Globalmente o desordenamento dos logradouros assinala a falta de qualidade paisagística, problemas de iluminação, desgaste e abandono do espaço público, apropriação individual do coletivo, perda de espaços verdes de lazer e usufruto coletivo, perda de identidade do bairro e de sentido integral do bairro.

“Os logradouros públicos, situados no interior dos quarteirões, destinavam-se a zonas verdes de recreio informal para os habitantes de cada unidade de vizinhança. Tudo isto foi desvirtuado com a ocupação selvagem dos logradouros pelos moradores de fracos recursos económicos que os retalharam em pequenas parcelas para usos diversos, hortas, galinheiros, pombais, arrumos e garagens, numa sucessão indescritível de barracas. Na frente dos prédios, os espaços verdes foram delimitados por vedações de todos os tipos, materiais e feitos, ao gosto de cada um, sem qualquer coerência e continuidade, abastardando o conceito original. E quando se pensava que a renovação do bairro - com a entrada de uma população mais jovem e mais atenta à qualificação urbana - permitiria uma intervenção séria, estudada, com base num desenho urbano coerente, eis que todas as esperanças caem por terra” (Valada, 2004).

Pelos motivos mencionados, surge o projeto para requalificação dos logradouros, inserido numa estratégia de urbanismo sustentável, o qual tem em consideração as linhas orientadoras de intervenção por parte do Plano Diretor Municipal Lisboa, em que sobretudo respeita a importância destes espaços por corresponderem a áreas verdes permeáveis. Em que para tal houve o cuidado na seleção de materiais a utilizar na intervenção futura para estes espaços, bem como os seus novos usos que possam reforçar a imagem do bairro, tentando ir de encontro ao seu conforto e apelo visual. Foram também tidos em conta componentes e fatores que determinam a qualidade do ambiente urbano, procurando uma visão mais ampla e integradora do conceito de espaço público.

A nova geração de moradores que aos poucos está a entrar no bairro poderá ser uma alavanca à recuperação dos logradouros, sendo imprescindível a integração da comunidade local, tirando partido do potencial das entidades locais de uma forma articulada, conhecedoras das necessidades da população residente, para ações de sensibilização, divulgação e parcerias específicas para temas associados a intervenções em espaço público.

A intervenção agora preconizada para os espaços exteriores das Células 1 e 2, especificamente para os interiores dos quarteirões, refere-se à delimitação de espaços de uso misto, coletivo e de usufruto comunitário. Nela é considerado estacionamento automóvel mas também áreas de infiltração e depuração de águas, hortas pedagógicas, áreas de recreio informal, zonas de estadia e convívio entre vizinhos, zonas de ensombramento e clareiras, idealizadas especialmente para usufruto da população residente, onde é possível existir uma maior intimidade/sensação de pertença do que nos demais espaços públicos. Esse processo de identificação exigirá tempo para se consolidar, para que se exerça interação entre as pessoas e o bairro.

A referida intervenção coordenada, que visa a melhoria da qualidade de vida dos residentes e utilizadores frequentes do bairro é exequível, mas depara-se com obstáculos e grandes desafios, já que conta com uma significativa oposição de parte dos residentes, devido ao sentimento de posse generalizado em relação às suas construções dentro dos logradouros e pela última intervenção no bairro relacionada com a adaptação deste a Zona 30, que se tem revelado uma intervenção sem grande sucesso, bem como a eventual falta de consenso entre os órgãos municipais para a manutenção deste espaço.

Só com a valorização do espaço público por parte da população e o encarar do projeto como benéfico e uma aposta para o futuro conduzirá à ocorrência da intervenção e fará com que

esta perdure no tempo, e ainda evitar o erro de projetar estes espaços para a predominância do automóvel. No entanto, o processo de gentrificação que envolve novos moradores poderá ser favorável à atual iniciativa de recuperação dos logradouros já que a qualidade estética e urbanística do Bairro de Alvalade constitui um forte fator atrativo e as novas formas de habitar dos novos agregados familiares poderão contribuir para apoiar a iniciativa conjunta das entidades com responsabilidades administrativas em Alvalade.

Para concluir, o presente trabalho revelou-se uma experiência enriquecedora por ter surgido num âmbito de estágio curricular, o qual conferiu ao estudo uma maior dinâmica prática e proximidade ao território. O levantamento histórico, a produção de cartografia temática e o diagnóstico efetuado, com a supervisão dos técnicos da divisão que me acolheu, foram o meu contributo enquanto geógrafo ao serviço dos interesses dos cidadãos. Também entendi que o espaço público não está nunca garantido, é preciso cuidar dele.

“So you see, no matter how popular and successful a public space may be, it can never be taken for granted. Public spaces always -- this is it saved -- public spaces always need vigilant champions, not only to claim them at the outset for public use, but to design them for the people that use them, then to maintain them to ensure that they are for everyone, that they are not violated, invaded, abandoned or ignored. If there is any one lesson that I have learned in my life as a city planner, it is that public spaces have power. It's not just the number of people using them, it's the even greater number of people who feel better about their city just knowing that they are there. Public space can change how you live in a city, how you feel about a city, whether you choose one city over another, and public space is one of the most important reasons why you stay in a city.”

(Burden, 2014)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, D. (2006). *Análise de Dados II – Programa*. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Aguiar, D. (2012). Urbanidade e a qualidade da cidade. *Arquitextos*, ano 12, n. 141.08, Vitruvius. <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.141/4221> [acedido em 29 maio 2015].
- Alegre, A. (2004). Casas de Rendas Económicas das Células I e II do Plano de Urbanização de Alvalade – 1ª Experiência de Urbanização Integral. *Engenharia em Portugal no Século XX*. Edição Dom Quixote.
- Associação dos Arquitetos Portugueses (1987) *Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa*.
- Borja, Jordi, Zaida Muxí (2001). *L'espai públic: ciutat y ciutadania*. Barcelona: Diputació de Barcelona.
- Brandão, P. (2008). *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva*. Política de cidade – 3. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Brito, V.; Camarinhas, C. (2007). Elementos para o estudo do Plano de Urbanização da cidade de Lisboa (1938). *Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa*, 165-190.
- Burden, A. (2014). How public spaces make cities work. TED walks. http://www.ted.com/talks/amanda_burden_how_public_spaces_make_cities_work/transcript?language=en [acedido em 17 julho 2015].
- Câmara Municipal de Lisboa (2009) *Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024: Um compromisso para o futuro da cidade*. http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/MUNICIPIO/A_Carta_Estrategica_Lisboa_Comissariado.pdf [acedido em 23 abril 2015].
- Câmara Municipal de Lisboa (2014). *Relatório de Monitorização sobre o processo da Reforma Administrativa de Lisboa: Primeiro Relatório Trimestral*. Equipa de Acompanhamento e Monitorização da Reforma Administrativa de Lisboa. <http://www.am-lisboa.pt/documentos/1404985509J7xUQ8cm9Gc78FS4.PDF> [acedido em 22 maio 2015].

- Câmara Municipal de Lisboa, (1948). *A Urbanização do Sítio de Alvalade*, Edições CML.
- Câmara Municipal de Lisboa, (2014). *Uma praça em cada bairro*. Direção Municipal de Planeamento, Reabilitação e gestão urbanística, Departamento de Planeamento e Reabilitação Urbana, Divisão de projetos Urbanos. http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/praca/24Nov2014_CADE_RNO-PRACAS.pdf [acedido em 28 abril 2015].
- Carmona, M.;Tiesdell, S.;Heath, T.;Oc T. (2010). *Public Places, Urban Spaces: The dimensions of urban design*. Second edition, Architectural Press.
- Casanova, J. (2001). Ambiente Urbano – Representações Sociais e Cidadania: Concepções, Problemas e Responsabilidades Ambientais em Lisboa. *Cidades – Comunidades e Territórios*, 85-98.
- Diário da República, 2.ª série, n.º 168, de 30 de Agosto de 2012 – Aviso n.º 11622/2012 – Aprovação da Revisão do Plano Diretor Municipal de Lisboa, incluindo o Regulamento, a Planta de Ordenamento e a Planta de Condicionantes.
- Lei n.º 56/2012, de 8 de Novembro – Reorganização administrativa de Lisboa.
- Moreira, G. (2007). Requalificação Urbana – Alguns Conceitos Básicos. *Artitextos*, n.º 5, 117-129.
- Partidário, M. (1993). Ambiente Urbano – a necessidade de identificação e controlo dos seus parâmetros de qualidade. *Sociedade e território* – Porto – Ano 6, n.º 18, 62-71.
- Portas, N.;Tostões, A.;Matos, J. (2006). *Atlas Urbanístico de Lisboa*. Argumentum Edições.
- Prôa, A.;Fonseca, J.;Fonseca, P. (2009). *Freguesia de Alvalade 1959-2009*. Junta de Freguesia de Alvalade.
- Prôa, A.;Fonseca, J.;Fonseca, P. (2009). *Freguesia de São João de Brito 1959-2009*. Junta de Freguesia de São João de Brito.
- Ramos, M. (2005). Lisboa na minha ideia de cidade – como exemplo de cidade multifacetada. *Cadernos edifícios n.º 4 – Humanização e vitalização do espaço público*. Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- Telles, G. (2003). Entrevista Público. <http://www.publico.pt/noticias/jornal/goncalo-ribeiro-telles-198934> [acedido em 17 agosto 2015].

Tremoceiro, J. (2011). *A Implementação da Unidade de Coordenação Territorial e das Unidades de Intervenção Territorial*. Documento de Trabalho – Versão 8.

Valada, R. (2004). Entrevista Público. <http://www.publico.pt/local-lisboa/jornal/a-qualidade-nao-passa-por-aqui-189604> [acedido em 28 agosto 2015].

ANEXOS

ANEXO 1 – Avaliação de estágio na Câmara Municipal de Lisboa



Câmara Municipal de Lisboa

AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO

Para os devidos efeitos se declara que Paulo Nuno Maciel Nunes, estagiou na Unidade de Intervenção Territorial Centro, entre 12 de janeiro e 12 de junho de 2015, perfazendo um total de 555 horas de estágio.

No decorrer do seu estágio manifestou elevado empenho para assegurar as tarefas que estavam programadas, e além disso ainda mostrou franca disponibilidade para colaborar em outras tarefas e trabalhos que estavam a ser realizados por outras equipas.

O Paulo demonstrou igualmente uma elevada capacidade de adaptação ao novo ambiente de trabalho, mantendo uma excelente relação com a equipa e com as chefias que coordenaram o estágio.

Além destes aspetos cumpre salientar, que nas primeiras semanas do estágio, o Paulo não teve acesso a um computador com ligação à rede interna da Câmara Municipal de Lisboa e aos dados geográficos, mas isso não o impediu de encontrar formas alternativas de pesquisar informação, colaborar com a equipa e evoluir na sua aprendizagem, ao mesmo tempo que ia consubstanciando o seu trabalho, demonstrando sempre um elevado sentido de responsabilidade no desempenho das tarefas.

Ao longo de todo o período de estágio o Paulo revelou forte dinamismo, altruísmo, muita motivação e dedicação no desempenho das suas tarefas, demonstrando ainda muita facilidade de relacionamento interpessoal.

A avaliação de desempenho do estágio efectuado é considerada Excelente.

Lisboa, 30 de junho de 2015,

O coordenador do estágio

Rui Simão, chefe de divisão

ANEXO 2 – Elementos da equipa na Unidade de Intervenção Territorial Centro



Um abraço!
25.06.2015
Maria Deolinda

MUITAS FELICIDADES BOMANO DO XAVIER DE FARIA

- MUITAS FELICIDADES E SUCESSOS!
BRAGA
PEDRO GILBERTO NEVES 25.06.2015

- MUITAS FELICIDADES E SUCESSOS!
UM GRANDE BEIJO

- Obrigada por teres feito parte da nossa equipa.
Muitos sucessos e óptimas profissões.
Beijos Alexandra Jones

- Paulito gostei muito de te conhecer e trabalhar contigo, aprendi muito!
Se mudares de ideias, volta novamente para Lisboa e vem trabalhar comigo!
Um Grande beijinho de amizade. Carina Silva

PARABÉNS PELA CONCLUSÃO DO TEU ESTÁGIO! MAS LEMBRA-TE QUE ESTES APTENAS UMA PEQUENA PARTE DO QUE PODES CONQUISTAR COM A TUA GARRA, INTELIGÊNCIA E TALENTO. ORGULHA-TE DE TI MESMO POIS CONSEGUISTE CONTER TODAS AS CONVERSAS ATIRADAS PARA TI TODOS OS MOMENTOS QUE PASSAMOS EM NUNCA TE ESQUEÇAS DA PASSAGEM DO CICLO E ABRINDO OUTRO, ESPERO QUE ENCONTRES ACREDITAÇÃO E QUE O TEU FUTURO SEJA BOM E PRIZADO. HÁ QUE TENHAS MUITO SUCESSO!

AMIGO ILHEU MUITAS FELICIDADES E MUITA SORTE!
UM GRANDE BEIJO
FABIANA FONSECA 25.06.2015

Conte uma mais valia técnica para a vitória durante o teu estágio.
Parabéns! Obrigada!

Leandro

Paulo!
FOSTE, SEM DÚVIDA, UMA MUITA VALIA PARA TODOS NÓS, QUEM A NÍVEL PROFISSIONAL, QUEM A NÍVEL DE INTEGRAÇÃO E COMPANHHEIRISMO!!
DESEJA-TE AS MAIORES FELICIDADES AO LONGO DA TUA VIDA E PERCURSO PROFISSIONAL.
ATE' SEMPRE!!
UM GRANDE BEIJO
Sms

E...ONE'S DESTINATION IS NEVER A PLACE, BUT A NEW WAY OF SEEING THINGS...
MARIA DEO. FONSECA. Fuizem felizes no futuro...

TENS SEMPRE UM SÍTIO ONDE VOLTAR, SE DECIDIR REGRESSAR À EUROPA e à CAPITAL.
Aproveita o que aprendeste aqui, quer em termos profissionais quer em relações interpessoais.
Nós também ficamos enriquecidos, com a experiência.
Beijo e espera a minha visita lá... Helena

UM CASA, UM AMIGO!)
Obrigado por teres INTEGRADO A NOSSA EQUIPA sempre com A TUA BOA DISPOSIÇÃO sempre há e profissionalmente muito felizes de teres vindo para o trabalho.
profissional.

* sempre que vires a Lisboa é obrigado a visitar e obrigados a dizerem felizes.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
GABINETE DO VEREADOR MANUEL SALGADO

PROPOSTA N.º 760/2014

Assunto: Aprovar a reversão para o Município de Lisboa dos terrenos sobrantes do Bairro de Alvalade, do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P..

Pelouro: Vereador Manuel Salgado

Serviços: DMPRGU / Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial

Considerando que:

Considerando que:

- a) Por escrituras de 21 de março de 1947, 19 de novembro de 1947, 07 de abril de 1948 e 01 de agosto de 1951, a Câmara Municipal de Lisboa vendeu várias parcelas de terreno à então "Federação de Caixa de Previdência – Habitação Económica", doravante designada apenas por Federação, nas imediações da Avenida do Brasil (antiga Avenida Alferes Malheiro), para a construção de Habitações de Renda Económica, pelos preços, respetivamente, de 2.613.428\$85, 2.314.133\$10, 2.242.824\$75, 2.591.257\$50 (**Anexos I a IV**);
- b) De acordo com as quatro escrituras citadas, revertiam para o domínio e posse da CML todos os terrenos objeto daqueles contratos não aplicados à construção das casas de renda económica, contra restituição à Federação do preço que por ela foi pago;
- c) No ano de 1986, após a construção do Bairro de Casas de Renda Económica, foram iniciadas as negociações entre as duas entidades para efeitos de regularização do cadastro do bairro, com reversão para o Município dos respetivos espaços sobrantes;
- d) Do confronto cadastral com as edificações existentes, concluiu-se que não foi utilizada para construção uma área total de 96.478,82 m², que constitui a totalidade das áreas sobrantes dos terrenos adquiridos à CML (**Anexos V, VI e VII**);
- e) O preço determinado por metro quadrado, dos terrenos anteriormente alienados pela Câmara, pelas escrituras outorgadas na década de quarenta e cinquenta, tinha subjacente o seu potencial de construção à data;
- f) Atualmente, os terrenos sobrantes que resultaram da edificação do Bairro de Alvalade, já não têm esse potencial, pois são terrenos onde não é permitida qualquer construção, limitando-se a



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

GABINETE DO VEREADOR MANUEL SALGADO

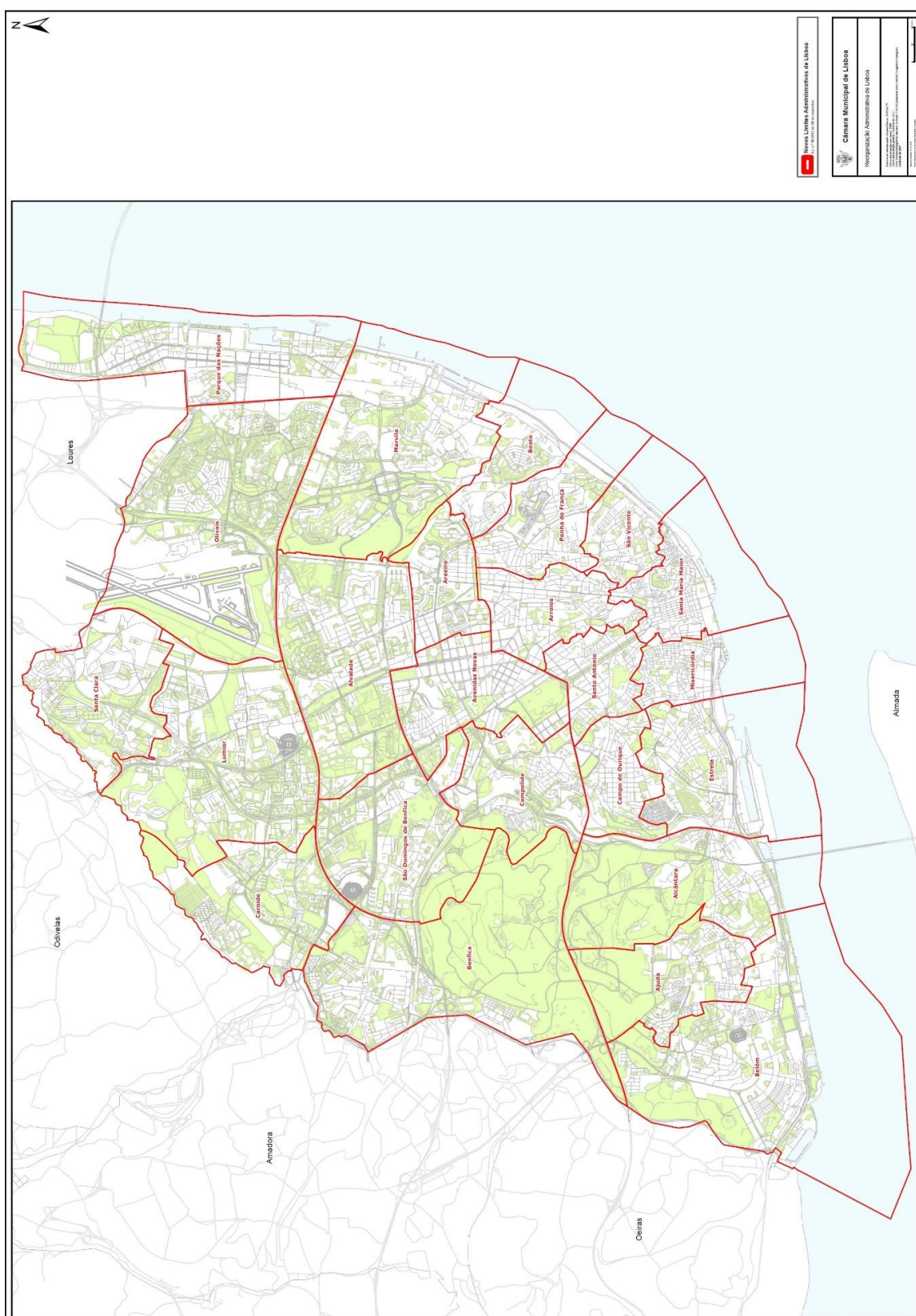
pequenos canteiros em frente aos prédios e zonas verdes no interior do bairro para uso dos moradores;

- g) A alteração do uso, reduzindo substancialmente o valor dos terrenos sobrantes, desvirtua a atualização do valor pago inicialmente pela Federação, pelos mesmos terrenos, que o Município teria que liquidar no ato da outorga do contrato de reversão;
- h) Após a reversão, o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS), que, entretanto, sucedeu à Federação, transfere para o Município de Lisboa um conjunto de responsabilidades, designadamente o custo da conservação dos espaços verdes que o IGFSS por insuficiência de meios e ausência de vocação para a gestão destes espaços não pôde acautelar da melhor forma;
- i) Atendendo às razões expostas, ao valor diminuto dos terrenos sobrantes, na sua maioria já integrados no domínio público, e ao acréscimo de responsabilidades financeiras para o Município, após operar a reversão, acordou-se com o IGFSS estabelecer apenas para efeitos notariais um valor simbólico de € 5,00/m², para a área total registada a reverter, de 43.276,20m², perfazendo, assim, o montante de €216.381,00;
- j) De acordo com o previsto no Auto de transferência da competência n.º 1/JFAV/2014, datado de 10 de março de 2014, celebrado no âmbito do disposto na Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, que procedeu à reorganização administrativa da cidade de Lisboa e nos termos do artigo 85º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, quando ocorrer a reversão dos logradouros do Bairro das Caixas (Célula 1 e 2 do Plano de Urbanização a sul da Av. Alferes Malheiro) para a propriedade municipal, a Junta de Freguesia de Alvalade assumirá a respetiva gestão e custos associados (Anexo VIII).

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo do disposto no artigo 33º, n.º 1, alínea g) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar:

1. A reversão para o Município de Lisboa dos terrenos sobrantes do Bairro de Alvalade, do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P., descritos sob os números 260 a 271, 274 a 300, 375 a 412, 414 a 416, 418 a 443, 445 a 452, 455 a 462, 464 a 473, 476 a 505, 600 a 638, 640 a 667 e 669 a 676, todos da freguesia do Campo Grande, em sede de registo predial, identificados a cor amarela na Planta n.º 14/129/DPSVP, com a área total de 43.276,20m², aos quais se atribui, apenas para efeitos

ANEXO 4 – Novos Limites administrativos da cidade de Lisboa




Fonte: in http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/MUNICIPIO/Reforma_Administrativa/Mapas/NovasFreg_A3.pdf (acedido em 7 julho 2015)

ANEXO 5 – Planta de Zonamento e Prioridades de Intervenção (EMEL)



Fonte: Unidade de Intervenção Territorial Centro (CML)

 <p>Bairro de Alvalade</p> <p>1</p> <p>UNIVERSIDADE AVALADE</p> <p>emtel</p>	<p>Bairro de Alvalade</p> <p>Diagnóstico:</p> <ul style="list-style-type: none">- Estacionamento desorganizado- Circulação condicionada<ul style="list-style-type: none">- Crianças;- Pessoas com mobilidade reduzida;- Carrinhos de bebé;- Motozume;- Condições de segurança:<ul style="list-style-type: none">- Risco de escadas e práticas criminosas;- Risco de inundações (compactação do solo);- Risco de ocorrência de catástrofes (inacessibilidade dos meios de manutenção e emergência); <p>1</p> <p>UNIVERSIDADE AVALADE</p> <p>emtel</p>	<p>Bairro de Alvalade</p> <p>Diagnóstico:</p> <ul style="list-style-type: none">- Edificado:<ul style="list-style-type: none">- Conservação: ocupações espontâneas nos logradouros;- Espaço público<ul style="list-style-type: none">- Passeios em mau estado, devido ao estacionamento desorganizado e excessivo;- Deficientes condições de mobilidade;- Deficientes condições de circulação de viaturas de recolha de resíduos orgânicos, "motos" e viaturas de emergência;- Dificuldade de estacionamento para residentes - escassez de lugares disponíveis (principalmente durante o dia);- Mau condições de salubridade;- Falta de qualidade estética;- Comunidade:<ul style="list-style-type: none">- Espaço de relação de proximidade com pouco usufruto comunitário e potencialidades subaproveitadas; <p>1</p> <p>UNIVERSIDADE AVALADE</p> <p>emtel</p>	<p>Bairro de Alvalade</p> <p>Uma proposta participada</p> <p>1</p> <p>UNIVERSIDADE AVALADE</p> <p>emtel</p>
	<p>Bairro de Alvalade</p> <p>Diagnóstico:</p> <ul style="list-style-type: none">- Estacionamento desorganizado- Circulação condicionada<ul style="list-style-type: none">- Crianças;- Pessoas com mobilidade reduzida;- Carrinhos de bebé;- Motozume;- Condições de segurança:<ul style="list-style-type: none">- Risco de escadas e práticas criminosas;- Risco de inundações (compactação do solo);- Risco de ocorrência de catástrofes (inacessibilidade dos meios de manutenção e emergência); <p>1</p> <p>UNIVERSIDADE AVALADE</p> <p>emtel</p>	<p>Bairro de Alvalade</p> <p>Diagnóstico:</p> <ul style="list-style-type: none">- Estacionamento desorganizado- Circulação condicionada<ul style="list-style-type: none">- Crianças;- Pessoas com mobilidade reduzida;- Carrinhos de bebé;- Motozume;- Condições de segurança:<ul style="list-style-type: none">- Risco de escadas e práticas criminosas;- Risco de inundações (compactação do solo);- Risco de ocorrência de catástrofes (inacessibilidade dos meios de manutenção e emergência); <p>1</p> <p>UNIVERSIDADE AVALADE</p> <p>emtel</p>	<p>Bairro de Alvalade</p> <p>Diagnóstico:</p> <ul style="list-style-type: none">- Estacionamento desorganizado- Circulação condicionada<ul style="list-style-type: none">- Crianças;- Pessoas com mobilidade reduzida;- Carrinhos de bebé;- Motozume;- Condições de segurança:<ul style="list-style-type: none">- Risco de escadas e práticas criminosas;- Risco de inundações (compactação do solo);- Risco de ocorrência de catástrofes (inacessibilidade dos meios de manutenção e emergência); <p>1</p> <p>UNIVERSIDADE AVALADE</p> <p>emtel</p>
	<p>Bairro de Alvalade</p> <p>Diagnóstico:</p> <ul style="list-style-type: none">- Estacionamento desorganizado- Circulação condicionada<ul style="list-style-type: none">- Crianças;- Pessoas com mobilidade reduzida;- Carrinhos de bebé;- Motozume;- Condições de segurança:<ul style="list-style-type: none">- Risco de escadas e práticas criminosas;- Risco de inundações (compactação do solo);- Risco de ocorrência de catástrofes (inacessibilidade dos meios de manutenção e emergência); <p>1</p> <p>UNIVERSIDADE AVALADE</p> <p>emtel</p>	<p>Bairro de Alvalade</p> <p>Diagnóstico:</p> <ul style="list-style-type: none">- Estacionamento desorganizado- Circulação condicionada<ul style="list-style-type: none">- Crianças;- Pessoas com mobilidade reduzida;- Carrinhos de bebé;- Motozume;- Condições de segurança:<ul style="list-style-type: none">- Risco de escadas e práticas criminosas;- Risco de inundações (compactação do solo);- Risco de ocorrência de catástrofes (inacessibilidade dos meios de manutenção e emergência); <p>1</p> <p>UNIVERSIDADE AVALADE</p> <p>emtel</p>	<p>Bairro de Alvalade</p> <p>Diagnóstico:</p> <ul style="list-style-type: none">- Estacionamento desorganizado- Circulação condicionada<ul style="list-style-type: none">- Crianças;- Pessoas com mobilidade reduzida;- Carrinhos de bebé;- Motozume;- Condições de segurança:<ul style="list-style-type: none">- Risco de escadas e práticas criminosas;- Risco de inundações (compactação do solo);- Risco de ocorrência de catástrofes (inacessibilidade dos meios de manutenção e emergência); <p>1</p> <p>UNIVERSIDADE AVALADE</p> <p>emtel</p>
	<p>Bairro de Alvalade</p> <p>Diagnóstico:</p> <ul style="list-style-type: none">- Estacionamento desorganizado- Circulação condicionada<ul style="list-style-type: none">- Crianças;- Pessoas com mobilidade reduzida;- Carrinhos de bebé;- Motozume;- Condições de segurança:<ul style="list-style-type: none">- Risco de escadas e práticas criminosas;- Risco de inundações (compactação do solo);- Risco de ocorrência de catástrofes (inacessibilidade dos meios de manutenção e emergência); <p>1</p> <p>UNIVERSIDADE AVALADE</p> <p>emtel</p>	<p>Bairro de Alvalade</p> <p>Diagnóstico:</p> <ul style="list-style-type: none">- Estacionamento desorganizado- Circulação condicionada<ul style="list-style-type: none">- Crianças;- Pessoas com mobilidade reduzida;- Carrinhos de bebé;- Motozume;- Condições de segurança:<ul style="list-style-type: none">- Risco de escadas e práticas criminosas;- Risco de inundações (compactação do solo);- Risco de ocorrência de catástrofes (inacessibilidade dos meios de manutenção e emergência); <p>1</p> <p>UNIVERSIDADE AVALADE</p> <p>emtel</p>	<p>Bairro de Alvalade</p> <p>Diagnóstico:</p> <ul style="list-style-type: none">- Estacionamento desorganizado- Circulação condicionada<ul style="list-style-type: none">- Crianças;- Pessoas com mobilidade reduzida;- Carrinhos de bebé;- Motozume;- Condições de segurança:<ul style="list-style-type: none">- Risco de escadas e práticas criminosas;- Risco de inundações (compactação do solo);- Risco de ocorrência de catástrofes (inacessibilidade dos meios de manutenção e emergência); <p>1</p> <p>UNIVERSIDADE AVALADE</p> <p>emtel</p>

<p>Proposta:</p> <p>Organização do Estacionamento no Bairro</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mais e melhores espaços de convívio, zonas de infiltração e de produção (hortas); - Mais e melhores condições de mobilidade para: <ul style="list-style-type: none"> - Pedes, especialmente pessoas com mobilidade reduzida, carrinhos de bebé e modos suaves (bicicletas, etc.); - Mais e melhores acessibilidades para: <ul style="list-style-type: none"> - Viaturas de recolha de resíduos orgânicos e "monstros"; - Viaturas de emergência; - Mais e melhores condições de estacionamento para: <ul style="list-style-type: none"> - Residentes; - Turistas utilizadores; <p>LIBROS ALVALADE</p>	<p>Bairro de Alvalade</p>  <p>FREIMBURG, ALEMANHA 2011</p>
<p>Bairro de Alvalade</p>  <p>Intervenção nos logradouros</p> <p>Fase 1 Fase 2 Fase 3 A manter</p>	<p>Bairro de Alvalade</p>  <p>DECKARDS PROVIDE SHADE MORE PEDESTRIAN PATHS FROM VEHICULAR TRAFFIC OPEN SPACE NETWORK FOR PLAY, LEISURE AND SUNLIGHT NEW ENVIRONMENTAL ORIENTED FOR BIRD WILDS</p>
<p>Bairro de Alvalade</p> <p>Boas práticas</p> <p>1</p>	<p>Bairro de Alvalade</p>  <p>THE 20 MINUTE NEIGHBOURHOOD SHARED COMMUNITY OPEN SPACE INCLUDING FOOD GROWING PARKS AND GREENERY CYCLING AND WALKING LOCAL SHOPS AND SERVICES DAY CARE CENTRES AND SCHOOLS LOCAL GATHERING PLACES WORK PLACES BUS SERVICES PUBLIC TRANSPORT TO KEY CENTRES EMPLOYMENT CENTRES</p>

Fonte: Unidade de Intervenção Territorial Centro (CML)

**ANEXO 7 – Limites das subsecções das Células 1 e 2, com respetivo código BGRI
(Base Geográfica de Referência de Informação)**



Fonte: Elaboração própria

ANEXO 8 – PLANTA DE ORDENAMENTO: ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL II |
VALORES CULTURAIS (PDM Lisboa)



Fonte: Dados recolhidos a partir da plataforma interativa LXi. Elaboração própria

ANEXO 9 – PLANTA DE ORDENAMENTO: ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL I (PDM Lisboa)



Fonte: Dados recolhidos a partir da plataforma interativa LXi. Elaboração própria

**ANEXO 10 – PLANTA DE ORDENAMENTO CONDICIONANTES DE INFRAESTRUTURAS |
VALORES E RECURSOS AMBIENTAIS (PDM Lisboa)**



Fonte: Dados recolhidos a partir da plataforma interativa LXi. Elaboração própria



ATROPELAMENTOS EM LISBOA

DADOS ESSENCIAIS



Segundo a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, em Portugal Continental, durante o ano de 2013 (último ano com registos totais de ocorrências), quase 5500 pessoas foram atropeladas. Os atropelamentos ocorridos no Concelho de Lisboa, nesse mesmo ano, provocaram **670 vítimas**, que correspondem a mais de **12% do total nacional**.

Sabia que em Lisboa?

Nos últimos 4 anos – **2010 a 2013** (para os quais temos registo), os atropelamentos ocorridos na cidade de Lisboa provocaram **2.746 vítimas**, das quais 2.539 vítimas ligeiras, 180 vítimas graves e 27 vítimas mortais, o que corresponde a um **valor médio de 60 vítimas por mês**.

Relativamente aos diferentes tipos de acidentes (despistes, colisões e atropelamentos), verifica-se que, em **2013**, os **atropelamentos** representaram cerca de **1/4 do total de acidentes**. Porém, as **vítimas mortais** resultantes de atropelamentos representam mais de 60% do total de vítimas mortais de todos os tipos de acidentes.



A população idosa constitui um grupo especialmente vulnerável dos atropelamentos nomeadamente quanto à gravidade da lesão decorrente do acidente. **Um em cada 10 idosos teve ferimentos graves ou mortais**, enquanto que o peso relativo correspondente nos adultos é de 7% e nos jovens é 6%.

O **tipo de atropelamento** mais significativo em todos os anos em análise foi o **atropelamento em que o peão atravessava em zebra**.

O total de vítimas de atropelamentos ocorridos em passagens de peões com sinal verde para os peões é **superior** ao correspondente com sinal vermelho para os peões.

As vítimas de **atropelamentos verificados em passagens de peões** – com sinalização luminosa e zebras – correspondem a **43% do total de vítimas**.

As freguesias que registaram (2010 – 2013) um número mais elevado de atropelamentos foram **Alvalade, Avenidas Novas, Arroios e Benfica**, que no seu conjunto registaram quase **1/3 do total de atropelamentos da cidade**.

PARA MAIS INFORMAÇÕES

Câmara Municipal de Lisboa

Pelouro dos Direitos Sociais

Equipa do Plano de Acessibilidade Pedonal

Rua Alexandre Herculano, 46 | 1269-054 Lisboa

T: 213 501 340; 96 | www.andalisboa.pt | E: equipa.acessibilidade@cm-lisboa.pt

ANEXO 12 – Projeto “zeladores de bairro”

“Junta de freguesia aposta em moradores para alertarem as autoridades de situações que necessitem de intervenção

A Junta de Freguesia de Aqualva, concelho de Sintra, vai pôr em prática a figura do zelador de bairro, para criar "olhos dentro da comunidade", que alertem a polícia e a autarquia para casos em que seja necessária a sua intervenção.

Numa primeira fase foram seleccionados seis moradores, alguns deles bastante conhecidos dentro da comunidade onde residem, que vão receber formação para estarem preparados para o exercício da função, numa freguesia onde habitam 35 mil pessoas.

Álvaro Silva é há quatro anos o presidente da Associação de Pais da Escola Secundária Ferreira Dias e dedica parte do seu dia a "controlar" a zona envolvente ao estabelecimento escolar. O presidente da associação foi convidado pela junta de freguesia para se tornar num zelador de bairro, aceitou e recebeu um *kit* que contém um telemóvel, um colete reflector, um chapéu e contactos directos das entidades que participam no projecto.

"É óbvio que a junta não pode ver tudo. Isto, no fundo, são coisas que eu já fazia. Às vezes vejo alguém no chão e telefono para o INEM [Instituto Nacional de Emergência Médica], ou então alerto a junta para os buracos nas estradas e nos passeios", disse o novo zelador, citado pela agência Lusa.

De acordo com o presidente da Junta de Freguesia de Aqualva, Rui Castelhana, este é um projecto que surgiu no âmbito da Agenda 21 Local e que conta com a colaboração da Polícia de Segurança Pública. "Para já temos seis zeladores distribuídos pelo mesmo número de bairros. Têm de ser pessoas pró-activas, para nos alertarem sobre algo que não esteja bem, a precisar de intervenção, no local onde estão", explicou o autarca.

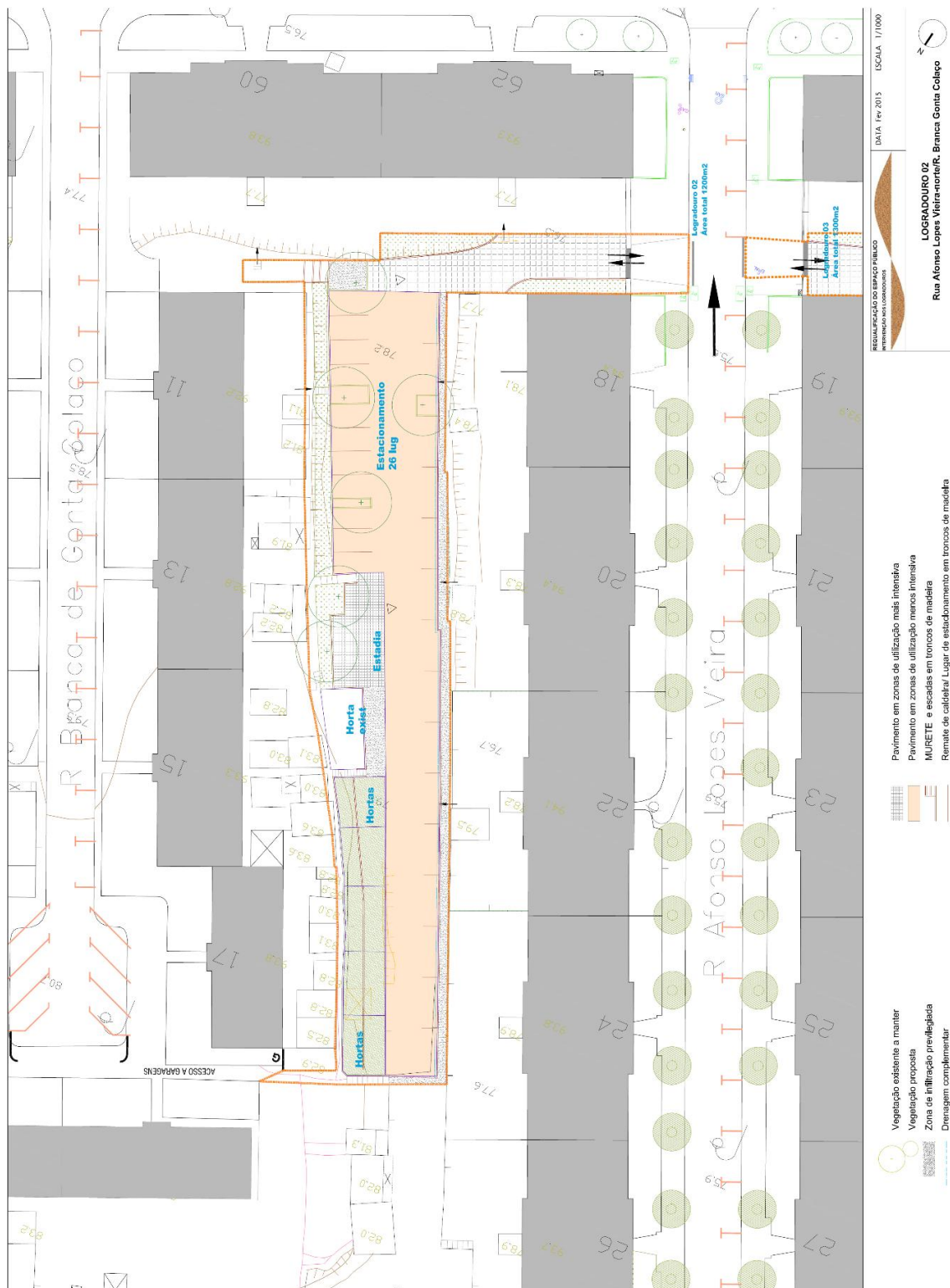
Segundo o eleito social-democrata, o objectivo passa igualmente por se tornarem vigilantes, alertando as autoridades policiais sempre que for necessário. No entanto, e uma vez que pode estar em causa a própria segurança dos zeladores, essa não será a sua principal função. "A ideia é que também avisem a polícia para determinadas situações. Esperamos que nos ajudem a colmatar uma grande dificuldade que havia, que era às vezes saber como se encontram algumas situações nos vários bairros desta freguesia", acrescentou o autarca.

Uma vez que este serviço comunitário não será remunerado, dependendo assim de pessoas que tenham disponibilidade, será desenvolvido maioritariamente por reformados que, além do telemóvel, recebem ainda um almoço todos os dias, suportado pela junta de freguesia. "O fundamental é que estejam diariamente em contacto com a junta e com a PSP. Têm de ser os olhos da comunidade e era bom ajudarem também a sensibilizar outros moradores para as questões da comunidade", explicou o autarca de Aqualva.

A figura do zelador de bairro arranca no final deste mês numa das mais populosas freguesias do concelho de Sintra. Lusa”

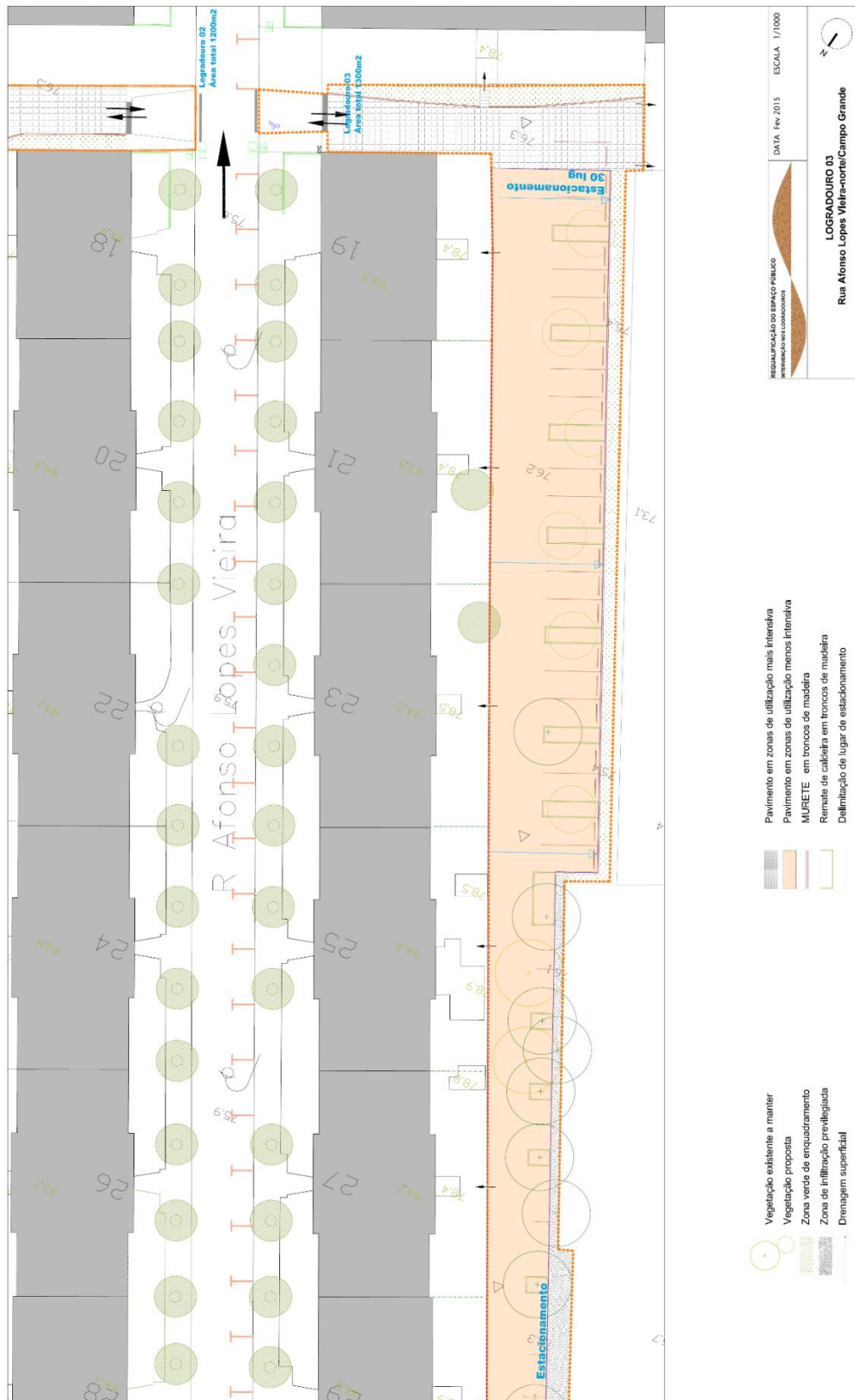
Fonte: Público (2012) in <http://www.publico.pt/local-lisboa/jornal/zeladores-de-bairro-vaio-ser-os-olhos-da-comunidade-24536945> (acedido em 12 agosto 2015)

ANEXO 13 – Projeto de requalificação do logradouro entre a Rua Afonso Lopes Vieira e a Rua Branca Gonta Colaço (Célula 1)



Fonte: Arquiteta paisagista Helena Barros Gomes (Unidade de Intervenção Territorial Centro, CML)

ANEXO 14 – Projeto de requalificação do logradouro entre a Rua Afonso Lopes Vieira e o Campo Grande (Célula 1)



Fonte: Arquitecta paisagista Helena Barros Gomes (Unidade de Intervenção Territorial Centro, CML)

ANEXO 15 – Inquérito Bairro de Alvalade

1. SEXO

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino

2. QUAL A SUA IDADE?

- ☐ Menos de 18
- ☐ 19-35
- ☐ 36-55
- ☐ 56-75
- ☐ 76 Ou +

3. ESCOLARIDADE

- ☐ 1º Ciclo
- ☐ 2º Ciclo
- ☐ 3º Ciclo
- ☐ Ensino secundário
- ☐ Ensino universitário
- ☐ Não sabe ler nem escrever

4. QUAL A SUA PROFISSÃO?

- ☐ Empregado, indique a sua profissão _____
- ☐ Desempregado, indique a última profissão que teve _____
- ☐ Reformado, indique a profissão que tinha _____

5. É RESIDENTE NO BAIRRO DE ALVALADE?

- ☐ Sim, Qual a sua rua? _____
- ☐ Não, reside em que área ou bairro? _____
(se não reside no Bairro de Alvalade, avance para a questão 6)

5.1. NO SEU PRÉDIO RESIDE EM QUE ANDAR? _____

5.2. HÁ QUANTO TEMPO RESIDE NO BAIRRO DE ALVALADE?

- ☐ Menos de 5 anos
- ☐ 5-10 anos
- ☐ 10-20 anos
- ☐ 20-40 anos
- ☐ Mais de 40 anos

5.3. PORQUE MOTIVO SE MUDOU PARA O BAIRRO DE ALVALADE?

6. TEM POR HÁBITO FREQUENTAR O ESPAÇO PÚBLICO DO BAIRRO DE ALVALADE?

- ☐ Sim
- ☐ Não (avance para a questão 7)

6.1. SE RESPONDEU SIM NA PERGUNTA 6, INDIQUE LOCAIS PÚBLICOS DO BAIRRO DE ALVALADE QUE TEM POR HÁBITO FREQUENTAR. (3 NO MÁXIMO)

- a) _____
- b) _____
- c) _____

6.2. COM QUE FREQUÊNCIA SE DESLOCA AOS LOCAIS QUE MENCIONOU?

- ☐ 1 – 2 Dias / semana
- ☐ 3 – 5 Dias / semana
- ☐ Todos os Dias / semana

6.3. QUE TIPO DE ATIVIDADES TEM POR HÁBITO REALIZAR QUANDO SE DESLOCA AO ESPAÇO PÚBLICO DO BAIRRO?

- a) _____
- b) _____
- c) _____
- d) _____

7. INDIQUE OS PRINCIPAIS ASPETOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO ESPAÇO PÚBLICO DO BAIRRO DE ALVALADE. (4 NO MÁXIMO PARA CADA ASPETO)

ASPETOS POSITIVOS	ASPETOS NEGATIVOS
a)	a)
b)	b)
C)	C)
d)	d)

7.1 QUEM CONSIDERA SER RESPONSÁVEL PELOS ASPETOS NEGATIVOS QUE MENCIONOU?

- a) _____
b) _____
c) _____
d) _____

8. TEM CONHECIMENTO DA REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DE LISBOA?

- ☐ Sim
☐ Não

8.1. CONCORDA COM OS NOVOS LIMITES TERRITORIAIS DA FREGUESIA DE ALVALADE?

- ☐ Sim
☐ Não sabe
☐ Não:
Justifique _____

8.2. TEM CONHECIMENTO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA?

- ☐ Sim, Indique uma das competências transferidas que tem conhecimento

☐ Não

8.3. CONSIDERA QUE A REORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DE LISBOA E A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS TEVE IMPACTO NA QUALIDADE DO ESPAÇO PÚBLICO DO BAIRRO?

- ☐ Sim, o que melhorou?

☐ Não: considera que se manteve ou piorou? Justifique

☐ Não sabe

9. TEM CONHECIMENTO DO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DOS LOGRADOUROS DO BAIRRO DE ALVALADE?

- ☐ Sim, como teve conhecimento? _____
- ☐ Não

9.1. QUAIS AS INTERVENÇÕES QUE CONSIDERA SER NECESSÁRIO EXECUTAR NOS LOGRADOUROS?

- ☐ Estacionamento organizado
- ☐ Demolição das construções precárias (barracas, telheiros, etc.)
- ☐ Demolição das estruturas precárias (muros, vedações, etc.)
- ☐ Construção de hortas urbanas
- ☐ Jardins, praças, percursos pedonais organizados
- ☐ Parque infantil
- ☐ Mobiliário Urbano (iluminação, bancos, recipientes para o lixo)
- ☐ Aparelhos de Ginástica ao ar livre
- ☐ Outros, quais? _____

(se não reside no Bairro de Alvalade, avance para a questão 10)

9.2. CONHECE OS LIMITES DA ÁREA DO LOGRADOURO QUE PERTENCE AO SEU EDIFÍCIO?

- ☐ Sim
- ☐ Não

9.3. POSSUI ALGUMA OCUPAÇÃO NO LOGRADOURO?

- ☐ Sim, que tipo? _____
- ☐ Não
- ☐ Não sabe / não responde

10. SUGESTÕES PARA O FUTURO DO(S) LOGRADOURO(S)

Relativamente à operação de requalificação: o que colocaria no espaço do logradouro depois de retirados os entulhos, construções precárias /ou abandonadas, estacionamentos selvagens, lixo, etc.? Frequentaria mais ou menos o logradouro depois de requalificado?
